



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
NÍVEL DE MESTRADO**



**TRABALHO E GÊNERO: PROTEÇÃO E DESPROTEÇÃO DAS
MULHERES PESCADORAS DA CIDADE DE BAYEUX, PARAÍBA.**

MARIA DO SOCORRO DE PONTES BEZERRA

**JOÃO PESSOA – PB
2015**

MARIA DO SOCORRO DE PONTES BEZERRA

**TRABALHO E GÊNERO: PROTEÇÃO E DESPROTEÇÃO DAS
MULHERES PESCADORAS DA CIDADE DE BAYEUX, PARAÍBA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Senso* em Serviço Social do Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na área de concentração em Política Social em cumprimento às exigências para obtenção do grau de mestre.

ORIENTADORA: Prof.^a Dra. Marinalva de Sousa Conserva

**JOÃO PESSOA - PB
2015**

B574t Bezerra, Maria do Socorro de Pontes.
Trabalho e gênero: proteção e desproteção das mulheres
pescadoras da cidade de Bayeux, Paraíba / Maria do Socorro
de Pontes Bezerra.- João Pessoa, 2015.
134f. : il.
Orientadora: Marinalva de Souza Conserva
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL
1. Serviço social. 2. Trabalho. 3. Gênero. 4. Proteção e
desproteção - mulheres pescadoras - Bayeux-PB.

UFPB/BC

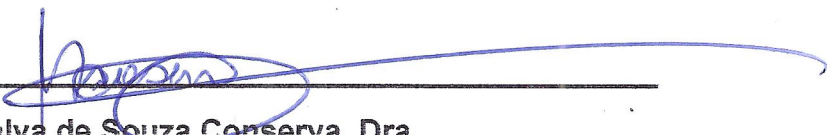
CDU: 36(043)

MARIA DO SOCORRO DE PONTES BEZERRA

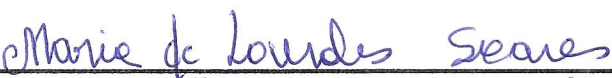
**TRABALHO E GÊNERO: PROTEÇÃO E DESPROTEÇÃO DAS
MULHERES PESCADORAS DA CIDADE DE BAYEUX, PARAÍBA**

Dissertação aprovada em 15 / 04 /2015

BANCA EXAMINADORA


Prof^ª. Dra. Marinalva de Souza Conserva, Dra.
CCHLA – DSS – PPGSS- Universidade Federal da Paraíba – UFPB
(Orientadora)

Prof^º. Dr. Marcelo Gallo
DSS – Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho – UNESP
(Membro externo)


Prof^ª. Dra. Maria de Lourdes Soares
CHLA-DSS-PPGSS- Universidade Federal da Paraíba
(Membro Interno)

Dedico esta dissertação a todas as mulheres que por sua luta conseguiram protagonizar suas histórias de vida, e que servem de exemplo pras futuras gerações, em especial as mulheres pescadoras da cidade de Bayeux, que sem qualquer letramento construíram e constroem seu protagonismo na pesca.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de Mestrado é uma experiência enriquecedora e de plena superação. Modificamo-nos a cada tentativa de buscar respostas às nossas aflições, para, nessas respostas, entendermos que a construção se dá a cada dia e não tem uma única resposta. Para aqueles que compartilham conosco desse momento, parece uma tarefa interminável e enigmática que só se torna realizável graças a muitas pessoas que participam, direta ou indiretamente, mesmo sem saber realmente o que e para que nos envolvemos em pesquisar. E é a essas pessoas que gostaria de agradecer:

- A Deus por me fazer reviver a cada dia intensamente;
- Às Mulheres pescadoras da Cidade de Bayeux, especificamente da Comunidade Casa Branca, pela receptividade, disponibilidade, respeito e consideração para com a pesquisa;
- A Prof^a. Dra. **Marinalva de Sousa Conserva** que acreditou no meu trabalho e aceitou ser minha orientadora, com muito respeito e segurança;
- Ao Prof^o Mestre **Emanuel Luiz Pereira da Silva**, que sempre me incentivou a seguir, acreditando sempre. A você, minhas reais manifestações de admiração e respeito amigo;
- Ao Prof^o. Dr^o **Marcelo Gallo** a admiração de uma fã;
- A Prof^a Dr^a **Maria de Lourdes Soares**, pelo compromisso assumido de fazer parte da minha banca;
- A todos que fazem parte do PPGSS-UFPB, em especial a Coordenadora, Prof^a Dr^a. **Maria do Socorro Vieira**;

- À minha mãe, **Maria de Pontes Bezerra**, e meu pai, **José Gonçalves Bezerra** (*in memoriam*) por minha existência, a vocês minha eterna gratidão;
- A minha filha **Luanda Simone Bezerra de Souza** que desde o primeiro momento acreditou em mim e ao meu eterno filho **Luan Felipe Bezerra de Souza** (*in memoriam*) que mesmo em outra dimensão me mostra que nossa missão é viver intensamente cada dia de nossa vida –*Carpe Diem*;
- A meus netos **Kauã Daniel e Kaio Souza** pelo amor incondicional a mim, meu genro **Kaio Thomaz** pelo carinho e compromisso com a família;
- A tod@s do GPST/PROCAD- como é denominado carinhosamente por nos “a família procadiana” pela troca de experiência, aprendizado e companheirismo;
- A tod@s colegas e amig@s do G 31 (como ficou denominada a turma);
- A **Leila Medeiros**, pelo incentivo e contribuição ao meu trabalho;
- A todas amigas “**Rainhas**” e amigos, que sempre acreditaram na minha capacidade, mesmo que em algumas noites “escapulisse” para o Bar do Baiano;
- A essas pessoas, que se tornaram especiais nesse processo que direto e/ou indiretamente me apoiaram: **Ulisses Barbosa, Elbe, Gelma, Elizangela, Nilma, Cristina, Dona Ana, Lia, Marcelo, Jeronimo (Gege), Jaqueline e o Vereador Júnior do Kipreço (atual Presidente da Câmara).**
- A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - **Capes**, pelo suporte financeiro.

RESUMO

BEZERRA, Maria do Socorro de Pontes - **TRABALHO E GÊNERO: PROTEÇÃO E DESPROTEÇÃO DAS MULHERES PESCADORAS DA CIDADE DE BAYEUX, PARAÍBA**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 2015.

Esta dissertação Teve como objetivo estudar as relações de trabalho e gênero com mulheres pescadoras artesanais do município de Bayeux, na Paraíba.

Trata das imbricações contemporâneas no que infere o estudo das relações de trabalho e gênero com mulheres pescadoras artesanais do município de Bayeux, na comunidade Casa Branca nas margens do rio paroeira, afluente do estuário do Rio Paraíba. No I capítulo, visamos mostrar a importância das relações de gênero, suas desigualdades no mercado de trabalho, de modo especial na atividade da pesca artesanal. Bem como os avanços e desafios que permeiam a temática a fim de entendermos como se deu o processo de construção histórica, socioculturais e socioeconômicas. No capítulo II buscamos dar visibilidade as perspectivas feministas a partir do incentivo e dos avanços das políticas públicas voltadas para a liberdade econômica das mulheres, assim como o papel da mulher na sociedade e sua inserção no sistema de produção capitalista. E no capítulo III, destacam-se: história de vida, entrevistas livres, semiestruturadas, e observação direta; no território da pesquisa, os dados obtidos foram analisados por meio da interpretação do discurso das entrevistadas, com base no modelo de união das diversas competências individuais. O Conhecimento que estas mulheres detêm sobre a qualidade de vida, a partir do que é proteção e desproteção no seu território, constitui-se em uma ferramenta para subsidiar incorporação de planos de implantação de políticas públicas e desenvolvimento socioeconômico do território.

Palavras-chave: Trabalho, Gênero, Proteção, Desproteção e Mulheres Pescadoras.

ABSTRACT

This dissertation has to study labor relations and gender with artisanal fisherwomen in the city of Bayeux, Paraíba. Deals with contemporary overlaps with infers the study of labor relations and gender with artisanal fisherwomen in the city of Bayeux, the White House community on the banks of river paroeira, Paraíba River Estuary affluent. In Chapter I, we aim to show the importance of gender relations, its inequalities in the labor market, especially in the artisanal fishing activity. As well as the advances and challenges that permeate the theme in order to understand how was the process of historical construction, sociocultural and socioeconomic. In Chapter II we seek to make visible feminist perspectives from the encouragement and advancement of public policies for the economic freedom of women, as well as the role of women in society and their inclusion in the capitalist production system. And in Chapter III, stand out: life story, free interviews, semi-structured, and direct observation; within the research, the data were analyzed by interpreting the speech of the interviewees, based on the union model of the various individual skills. The knowledge that these women have about the quality of life, from what is protection and lack of protection in its territory constitutes a tool to support the incorporation of public policy implementation plans and socioeconomic development of the territory.

Keywords: Work, Gender, protection, deprotection and Women in Fisheries.

LISTA DE FIGURA

Figura 1- Mapa da Paraíba- Destaque do município de Bayeux onde esta situada a comunidade alvo da pesquisa: Casa Branca.

Figura 2- Mapa do século XV - Capitania da Parahyba, com o rio Paraíba ao centro.

Figura 3- Mapa da Cidade de Bayeux, onde esta localizada a Comunidade Casa Branca.

Figura 4- Comunidade Casa Branca e seus limites.

Figura 5- Rua-Tenente José Heleno, de acesso a Avenida Liberdade.

Figura 6- Rua dos Pescadores (Lado esquerdo da rua principal da CCB).

Figura 7- Rua dos Pescadores (lado direito) da bifurcação com a Rua Ten. José Heleno.

Figura 10- Mulheres da CCB, trabalhando como tiradeira da carne do caranguejo.

Figura 11- Mulheres da CCB, trabalhando como tiradeira da carne do caranguejo.

Figura 12- Rio Paroeira, com águas escuras devido aos dejetos das usinas.

Figura 13- Rio Paroeira, poluido pelos lixos das residências.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Relação das categorias e subcategorias

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

APP- Área de Proteção Permanente

CCB- Comunidade Casa Branca

CEB's- Comunidades Eclesiais de Base

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MPA- Ministério da Pesca e Aquicultura

P.O- Pastoral Operária

PEHIS- Plano Estadual de Habitação de Interesse Social

PNPM- Plano Nacional de Políticas para Mulheres

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSF- Posto de Saúde da Família

PT- Partido dos Trabalhadores/as

SPM- Secretária de Políticas para Mulheres

ZTE- Zona Turística Especial

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
SUMÁRIO	
LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE GRÁFICOS	
INTRODUÇÃO.....	14
 CAPÍTULO I – DESIGUALDADES DE GÊNERO NO TRABALHO: AVANÇOS E DESAFIOS.....	 21
1- Abordagem conceitual da categoria Gênero.....	21
1.1- Gênero e Trabalho: Um debate necessário.....	27
1.2- A divisão sexual do trabalho: a vida cotidiana das mulheres na pesca artesanal.....	37
 CAPITULO II – HISTÓRICO E AS PERSPECTIVAS FEMINISTAS: AUTONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES PESCADORAS.....	 45
2- Aspectos Históricos: Ministério da Marinha, Pesca artesanal e Mulheres Pescadoras.....	45
2.1- Participações das Mulheres na Pesca.....	52
2.2- A busca da igualdade e do reconhecimento profissional.....	53
2.3- Lutas & Resistência: por uma cultura de garantia de Direitos Sociais.....	55
 CAPITULO III - O RIO E A COMUNIDADE: RELAÇÃO DETERMINANTE NOS VINCULOS DE SOBREVIVÊNCIA NA PESCA ARTESANAL.....	 71
3- O Rio Paraíba e sua Formação.....	72
3.1 - O Município de Bayeux – Paraíba.....	75
3.2 - A Comunidade Casa Branca e sua gente.....	79
3.3 - Trabalho, Gênero e Necessidades Sociais no território.....	83
3.3.1- Trajetórias de vida.....	84
3.3.1.1- Inserção na pesca artesanal e suas causas.....	84
3.3.1.2- Tempo na atividade.....	90
3.3.1.3- Reconhecimento da profissão e igualdade.....	92
3.4 - O meio ambiente e o trabalho.....	94
3.5- O Programa Bolsa Família e a Proteção Social na vida das mulheres pescadoras.....	97
3.6.- O que é ser protegida?.....	100

3.6.1- Garantia de Proteção.....	103
3.6.2- Serviços de Proteção na comunidade.....	103
CONSIDERAÇÕES	105
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	108
Anexos	116
Apêndice – 1	
Apêndice - 2	

INTRODUÇÃO

O contato com a população pesqueira e a questão de gênero é anterior a esse estudo e estar relacionado a uma infância, a atuação junto as CEB's – Comunidades Eclesiais de Base, a militância/dirigente no Partido dos Trabalhadores-PT, a Pastoral Operária-P.O, ao Movimento de Moradia e como profissional a Secretária Estadual da Mulher e da Diversidade Humana, a Secretária Municipal da Mulher no município de João Pessoa-PB e do Conselho Estadual da Mulher.

Falar da infância é recorrer na história com emoção, vivi esse período muito apegado às pescadoras e pescadores (mesmo não vindo de uma família de pescadores/as), quando saímos da zona rural, vimos morar em Bayeux, próxima a maré onde passei a minha infância brincando de pescar com as filhas e filhos dos mesmos, onde catava o caranguejo no mangue e no período de “andada” (O Período de Andada, aquele em que os caranguejos machos e fêmeas saem de suas galerias (tocas) e andam pelo manguezal, para acasalamento e liberação de ovos), era uma festa na maré, não percebendo no momento que essas crianças já se encaminhavam para sua profissão desde a infância, mas que mesmo criança percebia a desigualdade existente entre as classes e isso me deixava entristecida por não poder fazer algo mais por essas pessoas.

Eram perceptíveis as condições desumanas, na forma de vida dessas famílias, que todos os dias precisavam pescar e com isso levavam minhas amigas (que não tinham outra opção), antes não entendia, porque faltavam tanto na escola (estudávamos todas no “Grupo Escolar”, próximo a nossa casa), com o tempo, pelas formas diferenciadas de vida, fui me afastando dessa realidade e vivendo outras.

Minha adolescência e juventude sempre foram pautadas na luta por um mundo de igualdade, vinda de uma família católica e praticante, era obrigada a seguir a religião, (mas isso não foi uma “coisa” ruim) e fui me envolvendo nos grupos de jovens e depois nas pastorais, onde através das formações, fui me

fortalecendo na defesa por um mundo mais justo, percebendo os autores da injustiça social senti que seria mais fácil ir a luta. Vivia então, uma fase de descobrimento e envolvimento político na Igreja e no PT, nas discussões sobre a categoria trabalho e a categoria gênero, no debate da Política Social e no estudo das Obras de Karl Marx. Sendo assim, a cada dia se tornava mais forte o meu envolvimento com as questões da sociabilidade humana e a prática da relação sociedade e natureza.

A cada dia buscava uma resposta para as minhas inquietações no que se refere às questões sociais, e de vida nesse território. Reencontrei as crianças (em outras faces, mas que a história de vida se confundiam com a vivida em períodos passados), que hoje se tornavam mulheres pescadoras nas comunidades ribeirinhas de Bayeux.

Iniciamos um trabalho pastoral na Cáritas¹ Paroquial (primeira no Brasil), na década de noventa, nas comunidades ribeirinhas dessa cidade buscando organizar as mulheres e homens pescadores, através da educação popular e de projetos alternativos comunitários, na perspectiva de conscientizar essa população dos seus direitos e juntos buscarmos soluções nas diversas formas de organizações. Pessoas carentes da parte social, financeira, intelectual e mergulhadas em uma condição de extrema vulnerabilidade imposta pelo

¹ A Cáritas foi criada em 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No início ela foi incumbida de articular todas as obras sociais católicas e assumir a distribuição do Programa de Alimentos para a Paz subsidiado pelo governo americano como um dos eixos de um Programa maior chamado "Programa Aliança para o Progresso", implementado após a Segunda Guerra Mundial.

Em 1966, a quantidade de donativos para a Aliança para o Progresso começou a diminuir e em 1974 o programa foi extinto e junto com ele alguns regionais e muitas Cáritas Diocesanas encerraram suas atividades. Muitas equipes que já vinham trabalhando para se adequar aos novos tempos e foram, com o tempo, encontrando um novo caminho em torno da ideia da educação de base e da promoção humana no lugar do assistencialismo. Deu-se um processo de renascimento da Cáritas Brasileira, apoiado nas orientações sociais do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín.

Nos anos 1980, os(as) agentes Cáritas começaram a respirar o ambiente da educação popular, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e Organismos e Pastorais Sociais (CIMI, CPT, CPO) e foram renovando a sua metodologia de ação. A nova estratégia exigia um estudo da realidade para melhor compreendê-la.

Foi nos anos 1990 que a Cáritas Brasileira projetou iniciativas inovadoras como a dos Projetos Alternativos Comunitários, e com equipes estáveis (nacional, regionais e muitas dioceses), ela assumiu uma liderança ativa no conjunto das pastorais sociais. <http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>

capitalismo que conseguiu com seus múltiplos braços manter a desigualdade de classe abastarda no poder e fragilizar essas comunidades.

O campo determinou toda a trajetória da pesquisa e me reintegrava a uma história já esquecida pelo tempo - a questão tema deste trabalho. Nesse contexto buscamos focalizar a pesquisa nas imbricações contemporâneas no que infere o estudo das relações de trabalho e gênero com mulheres pescadoras artesanais do município de Bayeux, na comunidade Casa Branca, situada as margens do rio paroeira, afluente do estuário do Rio Paraíba. Buscamos ainda, contribuir na sensibilização das mulheres no que se refere ao equilíbrio ecológico do ambiente dos recursos pesqueiros e nos direitos sociais advindo da pesca, que por sua vez permitirá a sustentabilidade social, econômica, cultural e de gênero dessas mulheres pescadoras.

Esta dissertação pretende contribuir nos estudos e trabalhos que estão sendo realizados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS), vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal da Paraíba e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFPB), decorrentes do Projeto de Cooperação Acadêmica Casadinho/PROCAD 2011/2015[1], Edital 06/20011MCTI/CNPq/Capes, sob o número PROJETO CNPQ NO 552248/2001-8, entre o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PGSS) da UFPB e o Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPGS-SSO) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), intitulado “ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA: INTERPELAÇÕES NO TERRITÓRIO DA PROTEÇÃO SOCIAL”, sob a coordenação da Professora Doutora Marinalva Conserva.

Dentro desse campo temático inscrevemos a dissertação, na perspectiva de este se consolidar, por um lado em um dos produtos desta rede de intercâmbio e parceria na área do Serviço Social, e, por outro lado, contribuir na articulação das políticas pública com o território e a proteção social de mulheres pescadoras cadastradas ao programa Bolsa família.

A coleta e análise dos dados da atividade pesqueira ocorreram com as respectivas relações de trabalho e gênero das participantes, além da aprendizagem informal da preservação do meio-ambiente onde os recursos

extraídos se desenvolvem. Conforme Silva (2011a) afirma que estamos vivendo na era do extermínio (Schmied-Kowarzik, 1999, p.6) e que estamos passando do modo de produção para o —modo de destruição dos ecossistemas naturais, a nossa contribuição se sustenta na perspectiva de dar visibilidade a esse processo que é inserido no trabalho das mulheres que vivem da pesca artesanal.

Dos objetivos

Para esse processo investigativo, delimitou-se como objetivo geral estudar as relações de trabalho e gênero com mulheres pescadoras artesanais do município de Bayeux, na comunidade Casa Branca nas margens do rio paroeira, afluente do estuário do Rio Paraíba.

Para tanto, realizou-se especificamente:

- Descrever a trajetória de vida nos processos de trabalho e gênero na atividade pesqueira realizada pelas mulheres no Município de Bayeux na comunidade Casa Branca;
- Verificar as formas de organização social de trabalho e as necessidades sociais do território;
- Diagnosticar o perfil socioeconômico das mulheres pescadoras da comunidade Casa Branca usuárias do Programa Bolsa Família;
- Dar visibilidade acadêmica às mulheres pescadoras sobre as relações de trabalho e gênero na construção dos fios invisíveis das relações sociais.

Caminho Metodológico

O método história de vida foi introduzido no meio acadêmico, em 1920, pela escola de Chicago e desenvolvida por Znaniescki, na Polônia. Contudo, na década de 60, esse método de pesquisa procurou colocar as estratégias de análise do vivido, compondo um método de coleta de dados no contexto das vivências sociais dos seres humanos. (Silva, 2011a)

Conforme o mesmo autor, o real estruturado e concreto inclui relações ocultas e invisíveis entre os elementos em sua totalidade a serem desvendadas. O fenômeno apresenta-se na experiência imediata, separado do seu contexto, do seu significado e de sua essência. segundo Kosik (1976, p.210) o imediatismo e a evidência dos fenômenos do cotidiano penetram à consciência dos indivíduos em sua trajetória de vida.

Na relação entre fenômeno e essência, esta não se manifesta diretamente aos investigadores porque fenômeno e essência não se dão ao mesmo tempo. A essência, apenas sob certos aspectos, de forma parcial, se manifesta no fenômeno. O fenômeno esconde a essência, ao mesmo tempo em que a indica de alguma maneira. A —coisa em si, —a estrutura oculta da coisa deverá ser desvendada por quem quer compreender o real. (Silva, 2011a).

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí chegar aos homens em carne e osso. Parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. (Marx, 1993, p. 37).

A fim de que seja possível entrar no âmago dos fenômenos, faz-se necessário encontrar as conexões no modo de vida dos sujeitos que vivem e fazem a história da humanidade, que na pesquisa que ora se apresenta temos as mulheres da pesca artesanal. O contexto humano é relacional. Há uma conexão entre os indivíduos sociais e a sociedade. Marx parte, em seus pressupostos, da forma como as pessoas organizam os meios de produzir e reproduzir o necessário para suas vidas, constituindo assim sua vida social, que é essencialmente prática.

Considerar o aspecto prático da vida social é incluir a análise do conjunto de circunstâncias que envolvem a atividade dos sujeitos. Perceber a possibilidade de alteração das atividades é considerar que o sujeito pode introduzir mudanças em sua própria vida, no contexto social, econômico e cultural.

Conforme Minayo (2007), o método dialético, na prática de análise do material qualitativo, colabora para o entendimento de que não existem formulações teóricas deslocadas do processo histórico. Nada é eterno nem imutável, portanto, não existem ideais nem categorias estáticas. Assim sendo, sob o ângulo da dialética, as qualidades perdem a natureza fixa e estável que são atribuídas nas concepções clássicas da Física e da Lógica.

O método de análise dialético se dá, por reconhecermos a possibilidade que este apresenta em desvendarmos as múltiplas e as diversificadas relações que permeiam as categorias trabalho e gênero, no contexto contemporâneo da pesca artesanal.

Pesquisa de abordagem qualitativa, esta preocupa-se com uma realidade da trajetória de vida dos indivíduos sociais que não pode ser quantificada, respondendo a questões muito particulares, trabalhando em um universo de significados, crenças, valores, hábitos e que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, sendo assim empregada para a compreensão de complexidades internas (Trivinos, 1995).

O grupo participante da pesquisa são mulheres reconhecidas na comunidade e algumas na colônia de pescadores/as como, pescadoras artesanais protagonistas dessa investigação que são denominadas de pescadora artesanal por trabalhar na extração de recursos pesqueiros na comunidade ribeirinha de Casa Branca. A mesma foi selecionada por apresentar uma maior concentração de trabalhadoras da pesca artesanal.

Baseado no método das histórias de vida, dos questionários semiestruturados, das gravações e das observações, objetivamos discutir a produção que foi analisada na perspectiva de compreender as histórias a partir do olhar do sujeito, respeitando suas opiniões, sentimentos, verbalizados e ou não,

fazendo com que o sujeito relate sua trajetória de vida e reflita sobre a mesma no processo de contar.

Portanto, estabelecemos critérios de seleção para as entrevistas, nesses selecionamos, mulheres pescadoras, cadastradas no programa Bolsa Família, associada à colônia de pescadores e/ou a uma organização na comunidade, para esse fim, iniciamos a pesquisa através de conversas informais com as mulheres da comunidade e a partir dessas conversas, selecionamos vinte mulheres, onde aplicamos um questionário nas suas residências, com trinta e duas questões. A partir dos questionários analisados, selecionamos seis mulheres dos vinte questionários aplicados na comunidade selecionada.

As questões que estão inseridas no arcabouço metodológico da execução da história de vida, mais os questionários semiestruturados elucidaram informações sobre (nível de renda, meio ambiente, condição de vida, composição familiar, escolaridade etc.), conseguimos levantar dados da relação pertinente do trabalho e gênero das trabalhadoras da pesca artesanal com o meio ambiente. Muitas informações relativas às condições de moradia obtiveram-se por meio de observações diretas nos locais das residências e de visitas no interior das mesmas.

Para a análise dos dados utilizamos técnicas de categorização dos relatos que visassem compreender à experiência íntima das mulheres através de seus documentos pessoais na construção de sua trajetória de vida no mundo do trabalho na pesca artesanal.

Assim, foram solicitadas as participantes da pesquisa, depois de esclarecidas sobre o objetivo, importância e implicações do estudo, a assinatura do Termo de consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice), em que é assegurado aos membros o direito de ter preservada sua participação voluntária, tendo liberdade de se retirar do estudo, antes, durante ou após a finalização de coleta de dados, sem risco de qualquer penalização. Para tanto, colocamos nos anexos da dissertação a certidão de consentimento da pesquisa, o questionário e as questões norteadoras da entrevista.

A Dissertação está organizada em três capítulos: O Capítulo I traz considerações sobre a incursão histórica da categoria trabalho gênero e suas conexões com a desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho; O Capítulo II buscou analisar, descrever e debater o Histórico e as Perspectivas Feministas, bem como a Autonomia e Políticas Públicas para as mulheres pescadoras; Capítulo III o Rio e a Comunidade e as relações determinantes nos vínculos de sobrevivência na pesca artesanal.

Este Estudo traz resultados e discussões a respeito do trabalho na pesca visando o debate na divisão sexual do trabalho na esfera da produção e reprodução bem como o conhecimento tradicional dessas trabalhadoras.

Esperamos que este trabalho acadêmico seja também uma ferramenta para subsidiar incorporação de planos de implantação de políticas públicas e desenvolvimento socioeconômico do território. E que a partir dos resultados apresentados as trabalhadoras possam tomar decisões concretas para melhorar as suas condições de trabalho e de vida.

CAPÍTULO I – DESIGUALDADES DE GÊNERO NO TRABALHO: AVANÇOS E DESAFIOS

Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explica-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta por transformações sociais em direção a uma sociedade justa e livre. (GHON, 2012, p. 20)

Visamos, neste capítulo, mostrar a importância das relações de gênero, suas desigualdades no mercado de trabalho, de modo especial na atividade da pesca artesanal². Bem como os avanços e desafios que permeiam a temática a fim de entendermos como se deu o processo de construção histórica, sociocultural e socioeconômica. Nesse sentido, o mercado de trabalho se configurou historicamente como um espaço fundamental de análise de gênero para explicitar as relações de poder que se articulam e reforçam as contradições em outros campos da vida social.

1- Abordagem conceitual da categoria gênero

Desde o início da história da humanidade, a *existência* foi reconhecida no conjunto de compreensão da categoria *gênero*. Surge, daí, a necessidade de entendermos as facetas que absorvem o conceito de *gênero*, o qual pode ser compreendido sob três aspectos: O primeiro diz respeito à adoção ou por um entendimento simplesmente biológico caracterizado pelo sexo masculino ou feminino, portanto, linear, o qual prevaleceu até meados do século XX. E, de acordo com esse padrão, a classe dos homens se distingue das mulheres, o que é causa dessa discrepância entre os gêneros, tendo em vista traços de

² Conforme Silva (2011), pesca artesanal é entendida como aquela sendo realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil de base familiar e comunitária que comporta, em alguns casos, a produção de pescadores-agricultores e se caracteriza pela utilização de baixa tecnologia (Diegues, 1983, 1988).

personalidade, culturas, inclinações, preferências de comportamento, portanto, o homem tem comportamento naturalmente aceito no meio social por sua condição viril, por outro lado, a mulher possui inclinações cômodas para a esfera familiar e privada, como evidencia a sua capacidade de ser mãe.

Mas, é preciso lembrar que, desde os primórdios da história feminina sempre foi atribuída à mulher a tarefa de cuidar da vida familiar e privada, porém, ao longo da história, principalmente com a Revolução Industrial, a mulher foi ocupando lugar no espaço público, ou seja, foi à luta. Começou a trabalhar em fábricas para colaborar no orçamento familiar, porém, seus direitos como trabalhadora foram negados. Por sua vez, a naturalização desse fato por parte da sociedade levou a mulher a duplicar suas atividades, tendo que exercer suas atividades domésticas, e trabalhar fora de casa para manter o orçamento, principalmente as famílias que vinham de baixo poder aquisitivo. Nessa medida, se sobrecarregam e acumulam a dupla ou tripla jornada de trabalho.

O segundo aspecto se deu na década de sessenta, quando o conceito de *gênero* passou a ser construído sob duas dimensões, a partir do acolhimento da “libertação da mulher”, que se opõem às categorias tradicionais de masculino e feminino, sendo mutuamente excludentes, na medida em que se constituem como algo imposto de modo arbitrário à pessoa humana, pois reduz o seu potencial. Como afirma Foucault (1978), a sexualidade, vista sob o prisma de categorias biológicas absolutas, visa “não só evitar declarar a verdade, mas impedir que ela aflore”. Pois, é sabido que a sexualidade se produz “numa convergência crucial do fisiológico, do psicológico, do social, do econômico, do cultural e do estático com forças políticas”. Podemos dizer que, apesar da “libertação da mulher”, a participação feminina no processo de construção de classe não foi considerada relevante, razão pela qual continuaram a se rebelar para sair da invisibilidade social, e daí começar a participar da luta por uma construção histórica e social, baseada na partilha das conquistas entre as classes sociais, adquirida de uma consciência histórica do ser social.

Entretanto, foi na década de oitenta que se traçou o terceiro aspecto da teoria sobre *gênero*, com a construção de um padrão pluridimensional, mediante o qual o *gênero* conceitua-se não como uma propriedade simples dos indivíduos,

mas como uma dinâmica integral dos ordens sociais que produz, reproduz e legitima as escolhas e limites que se predicam nas categorias sexuais. Podemos dizer que dessa dinâmica entre produzir e reproduzir foi se constituindo uma nova ordem social capaz de mensurar os danos causados por essa compreensão isolada entre produção e reprodução, ou seja, percebe-se a necessidade de se combater a desigualdade de classes, principalmente a feminina, não se trata aqui de reconhecer apenas a necessidade de mudanças, mas criar mecanismos sociais capazes de promover transformações dentro de uma nova ordem social e histórica categorial, portanto, plural, coletiva, comum a todos, enquanto cidadão no exercício da sua cidadania, responsável pelo processo da construção histórica e social.

Considerando a influência e representatividade de cada aspecto no processo da sua construção, entendemos que o conceito de *gênero* só poderá ser idealizado e compreendido na esfera da construção sociocultural da humanidade ao ser reconhecido enquanto um ser sociocultural, ou seja, ao se compreender como ser histórico capaz de intervir, escolher, atuar, estar aqui ou ali, se situar no mundo como responsável e corresponsável por suas ações, conquistas, e construir sua própria história.

Sendo assim, o conceito de *gênero* ocupa um lugar central que permeia todas as discussões históricas e políticas, das relações sociais e de poder. Desse modo, se propõe a mostrar o alcance da sua importância no decorrer do processo histórico da existência humana, no que toca o conjunto de representações sociais e culturais elaboradas a partir das diferenças biológicas do sexo. Assim, diz, Saffioti (2004): “o conceito de gênero se situa na esfera social, diferente do conceito de sexo, posicionado pelo biológico.” (SAFFIOTI, 2004, p.109).

A questão do *gênero* é, antes de tudo, uma construção social e, como tal, sua representação e construção pelos meios comunicacionais é responsável pela constituição de ideais sociais, valores e preconceitos concebidos pela sociedade nas diferentes camadas. Portanto, o processo de construção social histórica da humanidade transcorre em nível familiar, privado e de trabalho, de relações de poder em cuja dinâmica é tratada a partir da categoria *gênero*.

Nessa medida, a ação da construção sociocultural, política e econômica pode ser atribuída não só ao homem, mas também à mulher, que tiveram sua importância para a construção familiar dentro da sociedade, levando em conta os costumes de cada lugar, experiência cotidiana das pessoas, da localidade de cada povo, apesar da organização social e noção de saberes ter sido construído primeiramente em nível da vida familiar e privada, para depois se expandir do núcleo, e buscar agregar valores juntamente com as divisões de classe que foram sendo criadas ao longo da história.

O processo de construção sociocultural, político e econômico vem se superando na luta para atender a demanda, as necessidades da sociedade que se compreende como ser social e histórico ao promover o desenvolvimento econômico e promoção social, que se encontra em constante processo de mudanças, de ajustes tendo em vista melhoria das classes menos favorecidas que representam a minoria no meio social.

Considera-se que o conceito de *gênero* procura abarcar as questões sociais e históricas advindas da construção social organizada e idealizada para caracterizar as duas categorias fundamentais da sociedade ao estabelecer a diferenciação entre masculino e feminino, ao mesmo tempo em que ocasiona a divisão da sociedade de classe e de trabalho.

A partir das reflexões desenvolvidas anteriormente neste texto, Saffioti (2004) nos faz entender a amplitude do conceito de *gênero*, e ao mesmo tempo nos chamar a atenção o porquê do conceito patriarcado ter sido deixado de lado por algumas tendências de corrente feminista. Para Saffioti, (2004) “Tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominação masculina” (Saffioti, 2004, p. 136).

Nesse âmbito o conceito de *gênero* sugere um repensar sobre os excessos de utilização do termo ao longo da história, aliados a sua forma midiática, ou seja, na medida em que os excessos da sua utilidade nos meios de comunicação busca esconder os interditos que abrigam o processo de construção e de desconstrução do sentido de patriarcado em detrimento da ampla e irrestrita utilização do conceito *gênero*.

Com isto, Saffioti (2004) reforça que o conceito de *gênero* não pode ser tratado como um mero conceito, uma vez que abriga consigo uma gama de interesses de caráter ideológico de princípio patriarcal. Considerando que, ao ser entendido por esse viés, promove a desigualdade entre mulheres e homens, na medida em que sustenta o sistema da exploração e dominação.

Significa dizer que seus esforços têm como enfoque conciliar a tensão que se dá sob as duas vertentes sociais: *gênero* e patriarcado no compreender dos assuntos feministas, que deve permanecer atento às inclinações de caráter social e histórico das relações entre dominador e dominado.

Nesse sentido, as reflexões de Saffioti foram de grande relevância nas discussões sobre *gênero*, na medida em que nos faz repensar sobre os limites em torno da discussão acerca das diversas correntes feministas ao se fazer uso do conceito *gênero*. Como diz Safiotti (2004),

Assim, se gênero é um conceito útil, rico e vasto, sua ambiguidade deveria ser entendida como uma ferramenta para maquiagem exatamente aquilo que interessa ao feminismo: o patriarcado, como um fato inegável para o qual não cabem as imensas críticas que surgiram (Safiotti, 2004, p.118).

Podemos afirmar que o conceito de *gênero* consiste numa discussão proveitosa e vasta, apesar das ambiguidades que representam, porém essenciais, enriquecedoras e necessárias na medida em que “a utilidade do conceito de gênero, mesmo porque ele é muito mais amplo do que o de patriarcado, levando-se em conta os 250 mil anos, no mínimo, da humanidade” (SAFFIOTI, 2004 pág.132).

Desse modo, os aspectos socioculturais, políticos e econômicos que abarca o conceito *gênero* foram construídos no decurso da temporalidade da história humana. O que compreende o legado da história da humanidade, que se deu sob a mira dos olhares composto por grandes correntes teóricas, imbricadas da engenhosa capacidade humana em realizar ações bélicas, para atender interesses particulares de um grupo, ou de uma classe social situada na rede das relações sociais de poder de natureza política.

Portanto, não há como tratar da categoria *gênero* sem levar em conta o patriarcado, na medida em que os desígnios que o revestem se co-fortalecem, situando a organização social patriarcal, que a rege no espaço e no tempo dessa dualidade: qual seja gênero versus patriarcado. Nessa medida, as transformações e discussões sociais advindas da compreensão entre *gênero* e patriarcado se desvelam na medida em que velam as ambiguidades, entendida na condição humana de seu modo Ser ao se reconhecer enquanto Ser social-histórico, assim diz Safiotti (2004), “Não se precisa, no entanto, ir tão longe, podendo-se examinar, embora ligeiramente, o processo de diferenciação ontológica: o ser social.” (Safiotti, 2004, p.133). Assim sendo, não há como o indivíduo (Ser) deixar de se reconhecer enquanto ser social e histórico como condição *si ne qua non* da vida, que abarca o conceito de *gênero*, na medida em que o indivíduo não pode negar suas origens, história, e desse modo poder se compreender como responsável e corresponsável no processo de construção histórica social da civilização humana.

A dialética entre *gênero* e *patriarcado* se estabelece como fronteira necessária à discussão teórica de Safiotti (2004), na medida em que o jogo se dá entre o que se mostra e, ao mesmo tempo em que se encobre em detrimento dos interesses de classes sociais, de poder e das diferentes correntes teóricas. Nessa dialética, não podemos negar que o *gênero* para ser entendido carece de uma influência significativa de caráter sociocultural.

Considerando que não podemos fugir do meio sociocultural, fato que favorece as transformações sociais, as mudanças quer sejam de ordem negativa ou positiva, que afetem direta ou indiretamente o indivíduo em seu modo de Ser, de estar e se situar no mundo, lutar e de se organizar na sociedade, e permanecer na busca e na luta por melhores condições de vida.

Nesse contexto, a discussão sobre os limites e os excessos construídos sob a tensão da relação entre masculino e feminino se relacionam e correlacionam na procura para nos fazer entender as necessidades que compõem a dinâmica desse processo de construção e desconstrução. Considerando-se aí a necessidade de se repensar as organizações sociais, os movimentos feministas e os saberes que alienam; além das influências políticas, de classes e de trabalho, os interesses particulares, as relações sociais e de poder que compõem e

restringem a discussão entre *gênero* versus patriarcado, podendo vir a comprometer os caminhos e transformações sociais. Acontecimento que possibilita aumentar o compromisso e desafio que envolve a sociedade no transcorrer da construção histórica social.

Desse modo, compreendemos que o processo dessa construção e desconstrução deve se constituir num constante processo de legitimação para melhoria das políticas públicas de forma ampla e irrestrita na luta universal pela garantia do pleno exercício da cidadania de todo e qualquer cidadão. Podemos dizer, sob todos os aspectos, que a discussão a propósito do conceito *gênero* traz a tona à necessidade de a sociedade entender o quanto é preciso avançar e ampliar as discussões sobre as desigualdades que atingem principalmente a mulher, na medida em que o processo de inserção e conquistas ainda carece de igualdade entre os gêneros.

A seguir, a discussão será tratada a partir das perspectivas feministas, e das possibilidades advindas das políticas públicas que busca principalmente o fortalecimento da mulher. Levando em consideração a necessidade de a sociedade capitalista reconhecer a importância da atuação e ocupação da mulher dentro dos espaços públicos, uma vez que, ainda não exerce sua soberania de forma plena, ou seja, a mulher ainda representa uma minoria nesses espaços, fato que compromete o exercício da sua cidadania, o que conseqüentemente reside os entraves para conquista da sua soberania, e luta pelo combate às desigualdades entre mulheres e homens.

1.1- Gênero e Trabalho: Um debate necessário

Conforme essa concepção, a investigação vai nos permitir pensar a respeito da dinâmica de heterogeneização das mulheres trabalhadoras como fonte geradora de discriminação entre mão de obra feminina e masculina. E, com base nesse processo discriminatório em que permeiam as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, bem como seus avanços e desafios, poderíamos, ainda, elencar outras questões específicas, as quais serão tratadas no decorrer da pesquisa.

Considerando que as questões constitutivas das desigualdades têm como fonte o capitalismo, sistema em que a humanidade permanece numa luta constante em busca da garantia de direitos básicos, e ainda tem que superar as dificuldades frente à economia capitalista, demandas e transformações do mercado, o que gera competitividades e desafios.

Nessa medida, buscaremos mostrar que as desigualdades, avanços e desafios não se limitam a fazer apenas uma análise teórica sobre gênero versus patriarcado, mas, sobretudo esclarecer como se dá na prática o processo de conquistas e lutas, bem como sua influência na sociedade, principalmente com o surgimento e atuação do movimento feminista.

Apesar dos intensos avanços das mulheres no mercado de trabalho, ainda evidenciamos constrangimentos advindos da diferença entre os gêneros como causa da discriminação entre homem e mulher, como forma de sublimar os interesses do patriarcado. Considerando que o termo *patriarcado* deve ser entendido como um conjunto de relações sociais que tem uma base material em que se estabelecem relações hierárquicas e de solidariedade entre eles, que os possibilitam controlar as mulheres. Portanto, o patriarcado é um sistema masculino de opressão às mulheres, em que os homens ocupam uma posição central. Ao funcionalizar a desigualdade de gênero que compõe as relações sociais históricas, o mercado de trabalho nivela por baixo os patamares de ganhos do trabalho.

Tal fato nos faz retornar a uma questão clássica e pensarmos sob o modo de como se constituiu as categorias patriarcado e gênero, que até os dias atuais, as relações entre homem e mulher são tratadas como “objeto” e “sujeito” que se transformam em diferenças, em desigualdades hierárquicas, ou seja, um se torna “sujeito” e o outro em “objeto” consequentemente quem está na condição de “objeto” perde sua capacidade de ser, agir e pensar passando a ser dominado, explorado e oprimido pelo sujeito. Essa diferença nos faz ver e entender de como se conceitua e acentua as desigualdades entre homem e mulher no que concerne ao processo de hierarquização de suas relações. De acordo com Saffioti (2013),

Embora muitos países subdesenvolvidos apresentem elevada taxa de utilização de mão de obra feminina, grande parte dessa força de

trabalho efetiva localiza-se em funções não produtivas (por exemplo, os serviços domésticos remunerados), permanecendo, portanto, a margem do sistema produtivo de bens e serviços da sociedade de classes. (SAFFIOTI, 2013, p.83).

Por hora, é importante sublinhar que mesmo os avanços históricos da participação das mulheres no mercado de trabalho, ou, melhor dizendo, na divisão de classes, vem carregadas de limites que não correspondem à configuração social da sociabilidade capitalista. Podemos destacar três fatores preponderantes que expõem o horizonte breve de tais limites: 1. A inserção da mulher no mercado de trabalho foi majoritariamente concedida por um acréscimo absurdo em sua jornada de atividade diária. Em sua grande maioria, elas não conseguem se liberar dos afazeres domésticos e da tradição social patriarcal em que a mulher é a responsável, quase que exclusiva, da atividade reprodutiva; 2. O contingente feminino que logrou, por sua posição social, essa liberação, é uma porcentagem muito ínfima frente à situação concreta da grande maioria das mulheres. E, mesmo assim, as que chegam a atingir o patamar do topo da pirâmide social, ganham em geral muito menos que os homens; 3. Mesmo quando liberada da situação patriarcal doméstica, a mulher geralmente de classe média ou mais abastada, pode contar com a substituição da função por outra mulher de classe subalterna. A atividade em si, e sua estruturação de gênero permanecem intactas. Mesmo quando o Estado ou a iniciativa privada assume a função do cuidado/cidadã com os filhos/filhas através de creches e escolas de tempo integral, são outras mulheres, que em geral, ganhando muito mal, executam a função.

A especificação dessa realidade leva a seguinte conclusão: a formação social patriarcal não é uma simples tradição que repousa sobre as relações sociais modernas, ela é uma incorporação histórica na espinha dorsal das relações sociais capitalistas. Neste sentido, torna-se paliativa a luta por igualdade de gênero, se não se levar em conta as relações sociais de produção. Mesmo levando em conta questões de ordem sociocultural, como a violência doméstica, que extrapolam as relações sociais de trabalho, aparentemente. Porque, o que é a

dupla jornada de trabalho, ou tripla em alguns casos, senão a materialização histórica de uma violência de gênero? Aqui, a discriminação entre homem e mulher pode aparecer frequentemente desfigurada, rompe-se o dique visível em que essas relações se manifestavam, para incorporá-las de forma velada na estrutura social. Em suma, de acordo com Saffioti (2013):

A condição da mulher nas sociedades de classes tem sido vista por numerosos estudiosos como resultado da injunção de fatores de duas ordens diversas: de ordem natural e de ordem social (SAFFIOTI, 2013, p.85).

Desse modo, a situação feminina perpassa por questões de caráter político-cultural e econômico construídos ao longo da história da humanidade para atender e defender os interesses da classe social e econômica denominada capitalista em que excluem a mulher de ocupar espaços com poder de decisão. Nesse contexto, podemos afirmar que um dos fatores que não favorece a participação efetiva da mulher nos diversos setores do mercado de trabalho se dá também em função da sua subordinação a qual está imbuída de uma série de fatores e interesses sócio-político-culturais e econômicos. Pois, além de enfrentar barreiras sociais, e superar os desafios que contemplam a dinâmica da vida cotidiana, ter que se desdobrar para dar conta da vida familiar e pública.

No âmbito dessa análise, podemos dizer que os avanços e desafios se deram notadamente a partir do processo de industrialização e urbanização, momento em que surgiu a necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho a fim de suprir a demanda de mercado, bem como explorar o capital humano feminino, uma vez que o valor da sua mão-de-obra é considerado inferior ao ser comparado com o tratamento dado ao trabalho masculino. O que se configura como uma estrutura de poder desigual entre mulher e homem. Podemos afirmar que o fenômeno do patriarcado está relacionado necessariamente a essa desigualdade, a opressão, cuja articulação se dá por meio do processo de industrialização do capitalismo. Pois, como afirma Saffioti (2013), “Os processos

de industrialização e de urbanização concentraram nas áreas urbanas numerosos problemas sociais, dentre os quais surgia, de modo explícito, o grave problema da mulher (Saffioti, 2013, p.109).

O que significa dizer que o modo como o sistema capitalista constituiu o processo de industrialização e de urbanização legitimou as diferenças entre sexo e raça que se revelam como desvantagem no processo competitivo e reforçam os meios para conservação da estrutura de classes. Considerando-se que essa preocupação sociológica com a desigualdade surgiu com o fenômeno da revolução industrial que se deu entre o século XVIII e XIX, pois, apesar da inserção e formalização da mulher no mundo do trabalho, sua participação não é equivalente ou igualitária a dos homens, quer dizer, o direito de participação dos homens ainda supera o campo de conquistas das mulheres.

A partir do século XIX, com o surgimento do movimento feminista³ configura-se a proposta da convenção dos direitos da mulher em Nova Iorque. Este movimento é de caráter reivindicatório por ocasião das grandes revoluções, dentre elas os ideários propostos pela Revolução Francesa, que tinha como lema a Igualdade, Liberdade e Fraternidade, que são reivindicadas pelas feministas porque elas acreditavam que os direitos sociais e políticos adquiridos a partir das revoluções deveriam se estender a todas as mulheres na condição de cidadãs no exercício da sua cidadania. Cidadania compreendida como um conceito construído a partir da Revolução Francesa que sinaliza “o conjunto de membros da sociedade que têm direitos e decidem o destino do Estado” (FUNARI, 2003, pág. 49). A partir dessa afirmação, a liberdade fundamenta-se como princípio

³ O surgimento do feminismo na Inglaterra e na França, no final do século XVIII está atrelado às ideias de intelectuais como a inglesa Mary Wollstonecraft (autora de *Vindications of the Rights of Woman*, de 1792, e crítica ferrenha do sistema educacional que transmitia aos meninos os conhecimentos acumulados pela cultura ocidental e às meninas os conhecimentos ligados ao manejo do ambiente doméstico) e a francesa Olympe de Gauges (defensora dos direitos das mulheres na esfera política e autora da Declaração dos “Direitos da Mulher e da Cidadã”). Feministas contemporâneas ligadas aos estudos pós-coloniais e ao multiculturalismo têm críticas a esta definição. Ella Shohat (apud Costa, 2001, p. 159), uma árabe-judia naturalizada estadunidense, define esta forma de recontar a história do feminismo (situando sua emergência na Europa e nos Estados Unidos, no interior do projeto de modernidade) como ocidental e eurocêntrica. Do seu ponto de vista, mulheres em várias partes do mundo e em contextos os mais variados lutaram (e lutam) contra as formas de opressão a elas impostas. O feminismo teria, pois, genealogias múltiplas.

básico da cidadania, e ainda se constitui num diálogo entre a igualdade e a fraternidade, uma vez que legitima a igualdade como um direito comum a todos com significação fraternal extensiva a diferentes classes sociais. Uma das conquistas como consequência da participação da mulher na época desta revolução foi o direito ao divórcio, que legitima um direito comum a toda e qualquer civilização, a qual é garantida pelo Estado. Entretanto, foi a partir do surgimento das primeiras organizações feministas no Brasil que abrolha uma das primeiras conquistas feministas, o sufrágio feminino,⁴ e em 1933, na eleição para Assembleia Nacional Constituinte, pela primeira vez, em âmbito nacional, a mulher votou e foi votada. A luta por essa conquista durou mais de 100 anos, considerando que o marco inicial das discussões parlamentares em torno do tema teve seu início nos debates que antecederam a Constituição de 1824, o que corresponde a mais de 80 anos a espera da conquista.

Os movimentos feministas são, sobretudo, movimentos políticos cujo objetivo é conquistar a igualdade de direitos entre homem e mulher, ou seja, garantir a participação da mulher na sociedade de forma equivalente a dos homens. Além disso, os movimentos feministas são movimentos intelectuais e teóricos que procuram desnaturalizar a ideia de que há uma diferença entre os gêneros. No que se refere aos seus direitos, não deve haver diferenciação entre os sexos. No entanto, a diferenciação dos gêneros é naturalizada em praticamente todas as culturas humanas.

Sendo assim, a discriminação sexual é estruturada na forma de distinções sociais e culturais entre homens e mulheres que convertem tais diferenças em hierarquias de poder, posição social e renda. Considerando-se aí a divisão sexual do trabalho⁵ como tarefas atribuídas à mulher e naturalizado um fato biológico e

⁴ No código eleitoral Provisório (Decreto 21076), de 24 de fevereiro de 1932, o voto feminino no Brasil foi assegurado, após intensa campanha nacional pelo direito das mulheres ao voto. Fruto de uma longa luta, iniciada antes mesmo da Proclamação da República, foi ainda aprovado parcialmente por permitir somente às mulheres casadas (com autorização dos maridos) e às viúvas e solteiras que tivessem renda própria, o exercício de um direito básico para o pleno exercício da cidadania. Em 1934, as restrições ao voto feminino foram eliminadas do Código Eleitoral, embora a obrigatoriedade do voto fosse um dever masculino. Em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres. <http://www.tre-es.jus.br/noticias-tre-es/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>.

⁵ Embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista que surgiu

postos de trabalho e profissões com base no masculino e feminino. A banalização desse fato na sociedade começou a ser questionada com mais frequência recentemente. As consequências dessa desigualdade é que a mulher ganha menos que o homem, ou ainda, homem e mulher exercem as mesmas atividades com o mesmo grau de instrução e carga horária e têm rendimentos diferenciados.

Conforme consta em pesquisa recente⁶ no campo profissional a mulher ainda percebe salário 30% inferior aos que são pagos aos homens. Isso só vem reforçar que a sociedade salarial não é uma sociedade de igualdade, há uma grande diferença entre o rendimento gerado pelo homem ao ser confrontado com a renda da mulher. Isso significa dizer que o destaque em relação à desigualdade de gênero surge do aprofundamento da divisão de papéis atribuídos ao homem e a mulher, mais especificamente nas esferas econômica, social, educacional e política.

Nesse contexto, entendemos que a desigualdade da sociedade salarial advém do patriarcado, que possui em sua gênese a desigualdade no trabalho, ou a exploração da força de trabalho nas sociedades de classes, razão pela qual as relações de gênero estão imbricadas de poder, ou seja, é o que revela o processo de hierarquização que vem se dando ao longo da história. Fato que tem contribuído para as desigualdades nas diversas atividades a serem cumpridas ou realizadas por parte das mulheres, o que afeta diretamente seu crescimento nas esferas: familiar, pessoal, social, econômica e política (Saffioti, 2004).

Em função do fenômeno do patriarcado, a mulher ainda sofre as consequências no seu exercício de cidadania, assim como nas atividades cotidianas, práticas políticas e, em cargos com tomada de decisão. Apesar das

uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito. www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf, A primeira parte desta exposição foi redigida por Danièle Kergoat e a segunda, por Helena Hirata. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez 2007.

⁶ Em estudo recém-divulgado, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID - mostra que, apesar do recente crescimento econômico e das políticas destinadas a reduzir as desigualdades, as diferenças salariais relacionadas a gênero e etnia continuam sendo significativas nos países latino-americanos. As conclusões são parte de uma série de estudos sobre as diferenças salariais em diversos países da América Latina e estão presentes no relatório intitulado "Novo século, velhas desigualdades: diferenças salariais de gênero e etnia na América Latina", escrito pelos economistas do BID Hugo Ñopo, Juan Pablo Atal e Natalia Winder. <http://www.observatoriodegenero.gov.br/>

políticas afirmativas como o sistema de cotas⁷ para ampliação e redução das desigualdades, a participação da mulher no meio político ainda não reflete um percentual social compatível com sua luta. Poderíamos dizer que tal fato se dá porque a dominação masculina ainda prevalece, quer seja na política ou em outros setores, cuja dominação é de caráter histórico-cultural e econômico.

Assim sendo, a dominação masculina restringe ou limita a participação da mulher de forma mais efetiva na esfera política. Com isto, é necessário criar mecanismos para combater essa visão de dominação que extrapola e promove a desigualdade social auferida do pensamento gênero versus patriarcado para se conseguir vantagens no ato de subordinação da mulher, assim como da exploração do seu capital humano e, conseqüentemente, do homem exercer controle sobre a mulher.

Nessa medida, se faz necessário compreendermos da necessidade da atuação permanente dos movimentos feministas, e, assim, consumir a inserção da mulher na política partidária, sindical e social a fim de conduzi-la na ampliação da garantia de seus direitos, liberdade e possibilidades de realização pessoal. Pois, foi em decorrência da participação da mulher no Congresso Nacional que houve importantes conquistas, tais como: criação de conselhos de direitos da mulher e delegacias da mulher. A violência contra a mulher passou a ser considerada crime, o assédio sexual já é reprimido por legislação específica, a lei de cotas provocou o compromisso dos partidos com a participação das mulheres na política, entre outras conquistas.

Entretanto, foi em meio às diversas conquistas do movimento feminista que surgiu um momento de aproximação importante entre as mulheres

⁷ Logo após a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em setembro de 1995, em Beijing/China, a bancada feminina no Congresso Nacional, influenciada pelas experiências exitosas de outros países e pelo contexto dessa conferência, que teve entre os seus objetos de debates e resoluções a temática do acesso ao poder, se articula e propõe que se inclua, na legislação eleitoral brasileira, um artigo assegurando uma cota das vagas de cada partido ou coligação para as candidaturas de mulheres. Em 29 de setembro de 1995, foi aprovada a Lei n.º 9.100, que estabeleceu as normas para a realização das eleições municipais do ano seguinte, e determinou uma cota mínima de 20% para as mulheres.⁶ Em 1997, após esta primeira experiência eleitoral com cotas, a Lei n.º 9.504, estende a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional ¼ Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara Distrital ¾ e altera o texto do artigo, assegurando, não mais uma cota mínima para as mulheres, mas uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70%, para qualquer um dos sexos. Rev. Estud. Fem. vol.9 no.1 Florianópolis 2001<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100010>

intelectualizadas de classe média e as mulheres das comunidades periféricas ou de áreas carentes, que também lutavam por seus direitos e melhores condições de vida. Muitas pelo fato de terem em algum momento sentido na pele a discriminação e terem conseguido ascender socialmente, outras por consciência de classe. Desse encontro, surge um novo olhar em relação ao feminismo na medida em que as conquistas se destacam pela sua força e representatividade de participação e atuação na sociedade.

Na contemporaneidade, a luta do movimento feminista anuncia e efetiva conquista de destaque tais como: denúncia contra violência doméstica e a defesa do aborto. E, ainda em 2006, a Lei nº 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha,⁸ se consagrou como uma importante conquista na defesa de mulheres vítimas de agressões físicas e ameaças. Nesse âmbito, o feminismo se estabeleceu como possibilidade para desenvolver, ampliar e difundir políticas que tratam de interesses comuns, através da sua participação e envolvimento nos diversos setores sociais, com a sua incansável luta pela busca de garantia do direito comum a todas as mulheres na condição de cidadãs.

Portanto, o movimento feminista se configurou como uma manifestação social de caráter transformador, causando mudanças significativas através da ampliação de programas de integração social, de conscientização do indivíduo enquanto um ser social que se confronta com as desigualdades sociais vivenciadas no seu meio e nas classes sociais. Daí, a necessidade de se organizar e reverter essa realidade discriminatória, não só em nível local como também no mundo. Uma vez que o movimento abrange diversos grupos que passam a se unir na defesa de interesses comuns, ou seja, de garantir igualdade entre gêneros.

Sendo assim, podemos afirmar que a organização do movimento de mulheres e do feminismo enquanto corrente teórica e prática veio expressar e deflagrar mudanças no processo de construção histórica da luta feminista baseada num modelo de transformação da sociedade, no intuito de agregar outros valores

⁸ A Lei 11.340/06, conhecida com Lei Maria da Penha, ganhou este nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que por vinte anos lutou para ver seu agressor preso.
http://www.observe.ufba.br/lei_mariadapenha

dentro de um processo de luta coletiva. Num revisitar permanente das conquistas como um marco na igualdade social para torná-la universal, principalmente nas sociedades em se que cultua e cultiva a política do machismo, do patriarcalismo, racismo, da opressão, discriminação e da desigualdade.

Desse modo, o desafio do movimento de mulheres consiste na necessidade da luta contra a opressão feminina, e assim, criar uma política do feminismo socialista como caminho possível de mudanças, de transformação na vida das mulheres. Para isso, é necessário agir no conjunto das relações sociais para construirmos junto à sociedade um olhar crítico, e fazê-la entender que a opressão às mulheres consiste num modelo de subordinação, submissão, exploração do capital humano, tirania ou abuso de poder. Assim sendo, o processo de construção de mudanças nesse cenário só é possível frente a um olhar crítico da sociedade em geral.

Com isto, os desafios e obstáculos no decorrer do percurso não se constituem numa tarefa simples, considerando que é recorrente a dificuldade de perceber que há uma base material de desigualdade expressa na divisão sexual do trabalho. Significa dizer que o processo de mudanças da luta pela igualdade só se dará no momento em que a mulher deixar de arcar sozinha com os trabalhos domésticos ou enquanto não se desnaturalizar a ideia de que a figura masculina está tão somente na condição de provedor.

Portanto, para avançarmos, é preciso entender que os desafios não são de natureza teórica, mas de caráter político e organizacional, ou seja, é preciso situar o debate a partir da compreensão de que a opressão é velada. A partir daí, indagar, questionar as bases da sociedade capitalista, racista e patriarcal. O que requer um movimento intenso, com capacidade em potencial de mobilização, articulação e organização das mulheres nessa luta. Orientada para a construção de uma nova dinâmica de relações sociais, projetando um novo modelo de sociedade ao afirmar sua soberania e autonomia, tornando a igualdade como parte constitutiva do conjunto das ações, em todas as aberturas possíveis que permitem as vias para transformação do pensamento da sociedade ao estabelecer as diferenças e discriminação entre os gêneros.

Em seguida, trataremos de apresentar como se deu o processo de subordinação social da mulher e sua relação entre o trabalho reprodutivo e o produtivo, e suas consequências em nível pessoal e do trabalho, implícitas nas variadas faces do capitalismo.

1.2 - A divisão sexual do trabalho: a vida cotidiana das mulheres na pesca artesanal

Partir-se da reflexão baseada na vida cotidiana das mulheres trabalhadoras da pesca artesanal tendo como foco a divisão sexual do trabalho nas suas dimensões do trabalho produtivo e reprodutivo, na intenção de identificar possíveis mudanças no convívio social, no âmbito privado e público, e de compreender como esses espaços se entrecruzam e permeiam as relações desiguais de gênero. Para tanto, faz-se necessário conhecer como organizam a vida cotidiana, entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo.

As reflexões sobre a divisão sexual do trabalho correspondem a uma significativa contribuição para o aprofundamento das questões de gênero no mundo do trabalho segundo o modo de produção moderno (leia-se: capitalista) que assume nas últimas décadas do século passado o nome genérico de mercado, e que também se apresenta como um espaço onde os indivíduos, de ambos os gêneros, disputam vagas no que se denomina mercado de trabalho, onde a força de trabalho é oferecida em troca de outra mercadoria, o dinheiro, na forma de salário e/ou seus desdobramentos. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho assume características históricas que nascem de uma base material definida segundo práticas sociais desenvolvidas numa complexidade de elementos, que podem ser mais ou menos conservadores das tradições, reproduzindo ou criando novas modalidades e espaços de trabalho, e segregando socialmente segundo construções socioculturais de gênero derivadas da respectiva base material do modo de produção da vida social vigente (SILVA, 2011a).

A divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto, a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino (Brito & Oliveira apud Carloto, 2001, p. 3; Silva, 2011a).

Deste modo, a divisão social do trabalho tem nas suas reflexões críticas acrescidas a dimensão do gênero, que não poderia mais ser ignorada ou naturalizada meramente em explicações de natureza biológica, ideológica, etc. Portanto, é a divisão sexual do trabalho, a partir das construções das relações de gênero que foram consolidadas dentro da divisão social do trabalho, que legitima as disposições ideológicas, sejam representações religiosas, políticas, jurídicas, etc., e não essas ideologias e perspectivas culturais que inicialmente determinaram a realidade social. Como citamos no início, a constatação científica de Karl Marx, lembremos que *não é a consciência dos homens o que determina a realidade social, ao contrário, a realidade social é que determina sua consciência*.

Conforme Silva (2011), ter a divisão sexual do trabalho como base material do sistema de sexo e gênero concretiza e dá legitimidade às ideologias, representações e imagens de gênero, estas por sua vez fazem o mesmo movimento em relação às práticas cotidianas que segregam as mulheres nas esferas reprodutivo-produtivo-produtivas, num eterno processo de mediação.

As consequências sociais nessa divisão de gênero no mundo do trabalho nos remete ao avanço e ao surgimento de novas tecnologias que exigem qualificação e formação continuada para o trabalhador que pretende ter acesso e ascensão dentro da divisão sociotécnica do trabalho, que implicarão em diferentes dificuldades, segundo as modalidades de atividades atribuídas historicamente a cada gênero. Para introduzirmos, teremos como base as reflexões de Helena

Hirata⁹ segundo as Novas Tecnologias, Qualificação e Divisão Sexual do Trabalho (2002, p. 221).

Helena Hirata vai discutir inicialmente sobre quais são as consequências da introdução das novas tecnologias sobre o emprego, o trabalho e a qualificação de acordo com os sexos. Consecutivamente, tenta mostrar dentro da reflexão da divisão sexual do trabalho questões relativas à flexibilidade da mão-de-obra do ponto de vista das relações homens-mulheres. A tecnologia, as mudanças tecnológicas e as inovações tecnológicas não têm as mesmas consequências sobre as mulheres e sobre os homens.

De acordo com Hirata (2002), aquele gênero (leia-se: feminino) que historicamente foi sempre inferiorizado socialmente e culturalmente, terá reproduzido na esfera da divisão do trabalho uma desvalorização significando a marginalização das mulheres que têm séculos de desfavorecimento sob a imposição de funções sociais domésticas e desqualificadas para o mundo técnico do trabalho, implicando na falta de qualificação com que são penalizadas e marginalizadas no mundo do trabalho técnico-qualificado onde constantemente surgem novas tecnologias exigindo novas demandas de conhecimento por meio da qualificação profissional. Ressalta Hirata: —Assim, a tese — considerada universal — de uma requalificação dos operadores como consequência das novas tecnologias até então foi baseada quase exclusivamente em estudos de ramos masculinos (2002, p. 223). A autora cita exemplos na França, estudados por vários autores, como G. de Tessac e B. Coriat (1984 apud Hirata, 2002), na Alemanha, por H. Kern e M. Shumann (1989 apud Hirata, 2002); e, no Brasil, pela própria, que traz dados de pesquisas realizadas na indústria de vidro, como por exemplo: A criação de novas funções qualificadas reservadas à mão-de-obra masculina (mesmo sendo possível encontrar algumas mulheres engenheiras, especialistas em informática ou analistas de sistemas, por exemplo); a

⁹ Cf. HIRATA, Helena. Nova Divisão Sexual do Trabalho. São Paulo, Boitempo, 2002.

substituição de mão-de-obra pouco ou não qualificada, procedimentos automatizados, o que tem consequências fundamentalmente sobre o emprego das mulheres. "(...) Por que as mulheres não podiam receber uma formação sobre as novas tecnologias a ter acesso às salas de controle?" (Hirata, 2002, p. 226).

Silva (2011) afirma que através da divisão sexual do trabalho poderemos compreender desmistificando as naturalizações reducionistas que a história da humanidade tem sido —a história dos homens, e esta partiu do primeiro fato histórico, como demonstrou Marx na investigação crítica da sociedade capitalista, assim como dos modos de produção anteriores à mesma: "(...) a produção dos meios que permitam que haja a satisfação das necessidades, a produção da própria vida material" (Marx & Engels, 2004, p. 53.), esse é o primeiro fato histórico e, a partir dele, as relações sociais que foram desenvolvidas significaram uma hierarquia nas relações de gênero onde o feminino ficou e seguiu subordinado e oprimido, objetivado por relações sociais caracterizadas culturalmente pelo machismo.

Em pesquisa de campo no município de Bayeux, analisando de forma crítica a história de vida das mulheres pescadoras podemos constatar que essas trabalhadoras possuem uma longa tradição na história da pesca artesanal, em que o seu modo de vida assenta na exploração da pesca familiar, e elas são trabalhadoras experientes e conhecedoras essenciais para a sobrevivência das comunidades ribeirinhas distribuídas ao longo do estuário do Rio Paraíba. No entanto, as famílias estão cada vez mais afetadas com as problemáticas ambientais que ameaçam e degradam o recurso/marisco, por uma gestão deficiente, por tecnologias inapropriadas, pela aquicultura intensiva e por políticas de pesca que não respeitam a equidade de gênero (SILVA et al, 2012). Na divisão sexual do trabalho, de acordo com Ávila:

[...] coube às mulheres as tarefas domésticas e aos homens as tarefas produtivas, na prática, mulheres sempre estiveram tanto na esfera da reprodução quanto na esfera da produção, enquanto os homens na sua grande maioria mantiveram-se na esfera da produção [...]. (ÁVILA, 2002, p. 39).

Em comunicações e produções científicas (SILVA, 2011; SILVA et al., 2012; SILVA et al., 2014), afirma-se que esse quadro faz parte da vida cotidiana não só das mulheres em contextos urbanos, mas, principalmente, no contexto rural e pesqueiro, onde as relações desiguais de gênero são mais camufladas e neutralizadas. Segundo Oliveira (2007, p. 105), o debate sobre as esferas do trabalho produtivo e reprodutivo precisa se situar dentro de um contexto mais amplo da vida cotidiana. Como explica Carrasco (2002, p. 135): — vida cotidiana é um território onde tem sido possível delimitar as presenças e ausências masculinas e femininas, de maneira estrita, e conhecer a divisão sexual e a hierarquia que as preside.

Na visão de Carrasco, as análises em torno da vida cotidiana têm facilitado o conhecimento de como esse cenário e essa divisão convertem todo o feminino em subordinado e todo o masculino em possuidor do poder material e simbólico. Na realidade, na comunidade pesqueira estudada, 'Casa Branca', essa configuração ainda é mais perversa, pois as mulheres têm poucos espaços e oportunidades para refletir sobre tais desigualdades e os papéis que assumem na esfera privada.

Com base nessa realidade, pontua-se a necessidade de formação de grupos autônomos como as associações de mulheres catadoras de marisco, propiciando um espaço de encontro onde essas mulheres possam se organizar, elevar a autoestima e tomar consciência de sua subordinação. Na esfera privada, assumem as tarefas domésticas e reprodutivas no cuidado com a educação das crianças, que é um caso crítico, pois se observa um número enorme delas realizando a catação de mariscos junto às suas mães, o que, de forma significativa, contribui para a evasão escolar na comunidade, pois muitas crianças chegam exaustas da atividade de pesca, acabando assim não indo à escola.

De acordo com Moser (1995), o papel reprodutivo é caracterizado por responsabilidades de gestação e criação dos filhos e as tarefas domésticas que quase em sua totalidade são realizadas pelas mulheres. Não só inclui a reprodução biológica como também a manutenção da força de trabalho

(marido/companheiro e filhos trabalhadores) e a futura força de trabalho (crianças, meninos e meninas em idade escolar).

Silva et. al. (2011b) assegura que o trabalho feminino, no âmbito doméstico, não é socialmente reconhecido como trabalho, mas como um destino próprio das mulheres, atribuindo ao papel da maternidade, historicamente compreendido como constituinte natural de sua identidade de mulher; enquanto o papel produtivo, na visão de Moser: o trabalho feito pelo homem e pela mulher e que produz bens e serviços, geralmente em troca de uma remuneração, incluía produção comercial como valor de troca e a produção de subsistência/doméstica como um valor de uso real e um valor de troca potencial. (Moser, 1995, p. 55).

Entretanto, o trabalho doméstico está imbricado no trabalho produtivo, na vida cotidiana das pescadoras, o que dificulta uma leitura de forma separada. À medida que, em seus relatos, elas destacam as tarefas que realizam no âmbito do trabalho produtivo, remetem de alguma forma suas atribuições ao âmbito doméstico. Como podemos constatar no trabalho desenvolvido pelas mulheres pescadoras, a divisão sexual do trabalho é um fator importante de análise na vida delas, que se dá entre o trabalho produtivo nas atividades desenvolvidas na pesca artesanal e que recebem pagamento por este serviço e no reprodutivo, este que acontece no espaço doméstico na manutenção do lar, cuidado com a casa, filhos (as), marido, sendo a responsável direta pela manutenção e bem estar da família sem nenhum valor/pagamento por este serviço.

Deere & Leon (2002, 55) afirma que:

[...] uma das consequências disto é a invisibilidade do trabalho feminino no espaço privado - da casa, e o desconhecimento do tempo de trabalho das mulheres, integrantes de uma jornada de trabalho enquanto as responsáveis diretas pela reprodução e produção dos seres humanos [...].

Sendo assim, a divisão sexual do trabalho tem por característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também, simultaneamente, a captação pelos homens das

funções com forte valor social agregado (KERGOAT, 2001), reservando às mulheres o espaço doméstico, pois são responsáveis pela manutenção da subsistência, cujos campos incluíam a alimentação e a higiene de homens e crianças (MENICUCCI, 1999). Marx e Engels já apresentavam alguns elementos em relação à presença da divisão sexual do trabalho no espaço reprodutivo.

[...] na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas as outras, dá-se ao mesmo tempo a distribuição e, com efeito, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; ou seja, a propriedade, que já tem seu núcleo, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do marido. A escravidão na família. Ainda embora tosca e latente, é a primeira propriedade [...]. (MARX & ENGELS, 1977, p. 46).

A evidência da historicidade das relações sociais nos permite compreender que a família é um fato social, e que a divisão social do trabalho gera uma forma de divisão sexual do trabalho entre as ditas funções femininas e masculinas. (NOGUEIRA, 2004, p. 4; SILVA, 2011). Ao aproximar-se particularmente dessa questão, Engels acrescenta:

[...] A primeira divisão do trabalho é que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; a primeira opressão de classe, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande processo histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam a custa da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade. (Engels, 1977, p.70-1).

De tal modo, a família monogâmica é, em grande medida, um espaço manifesto de conflito entre o homem e a mulher em consequência da opressão masculina, já que nessa esfera doméstica há um claro domínio patriarcal. Ainda segundo Engels:

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupa, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem homens de determinada época ou de determinado país esta condicionado por duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família de outro (...). [Além de ser uma sociedade em que o regime familiar está completamente submetido às relações de propriedade e na qual têm livre curso as condições de classe e a luta de classes, que constituem o conteúdo de toda a história escrita, até nossos dias. (Engels, 1977, p. 2-3).

Em grandes proporções, as mulheres envolvidas na pesca artesanal não se evadem do mundo feminino tradicional; não recebe pelo seu trabalho benefícios morais e sociais, e isto as desanima e constrange. Mesmo atingindo a liberdade econômica, não alcança situação moral, social e psicológica igual a do homem (Beauvoir,1980). As pescadoras do município de Bayeux-PB, além de enfrentarem essa desigualdade nas relações de gênero, o trabalho que exercem não é reconhecido formalmente, não têm estatuto legal, não possuem direitos à seguridade social e direitos à formação profissional, com a regulamentação da atividade da pesca artesanal pela lei n. 11.959/2009, admitiu-se sua realização pelo sistema de economia familiar. Nesse momento, as mulheres passaram a poder figurar entre os profissionais da pesca. Entretanto, não há previsão específica em relação às mulheres que já desempenharam até os dias atuais trabalhos pesqueiros. Como também observado e constatado por Silva (2011) em pesquisas realizadas com as catadoras de marisco nos territórios de pesca do litoral paraibano.

CAPITULO II – Histórico e as Perspectivas Feministas: Autonomia e Políticas Públicas para as mulheres pescadoras

Neste capítulo, iremos dar visibilidade acadêmica às perspectivas feministas a partir do incentivo e dos avanços das políticas públicas voltadas para a liberdade econômica das mulheres, assim como o papel da mulher na sociedade e sua inserção no sistema de produção capitalista. Fato que vem permitindo não só o seu fortalecimento, mas também a ampliação da sua capacidade de articulação, na medida em que continua conquistando novos espaços na esfera pública. Ou seja, ao se apropriar de seu próprio horizonte de vida, a mulher vem se fortalecendo e desenvolvendo outras habilidades para adquirir autonomia, gerando melhoria na qualidade de vida.

2- Aspectos Históricos: Ministério da Marinha, Pesca artesanal e Mulheres Pescadoras

A pesca esteve presente na história do país desde os tempos da colônia e está entre as atividades econômicas mais antigas e mais tradicionais do Brasil. Além disso, a preponderância da pesca artesanal no ambiente pesqueiro brasileiro estabelece um fator adicional de importância socioambiental para este setor. De acordo com a SEAP (2008), ao longo de toda a costa brasileira, inúmeras comunidades pesqueiras nasceram nesses cinco séculos de história.

Inspirado na inscrição marítima francesa, que institui os pescadores como reserva naval natural deste país, o Ministério da Marinha do Brasil, a partir da criação das Capitânicas dos Portos e Costas, como também os Distritos de Pesca em 1846, elaboraram a primeira listagem oficial de todos os pescadores brasileiros. Não apenas pescadores, incluíam, também, pessoas que desenvolviam a atividade marítima, tais como os pequenos embarcadiços (canoeiros, catraieiros, remeiros) e os tripulantes de grandes embarcações da Marinha Mercante foram obrigados a se matricular em nas capitânicas, para exercerem suas profissões (SILVA, 1988; SILVA, 2011).

O autor acima citado pontua que o cadastramento de pescadores, como também dos pequenos embarcadouros, não consistia e nem se tratava de uma regulamentação da profissão advinda da classe de trabalhadores da pesca em busca de melhorias nas condições de trabalho de uma categoria, tinha em sua formação o objetivo de construir um contingente de homens e barcos disponíveis para assegurar a defesa do país. O projeto de constituir entre os pescadores um contingente para a Armada da Marinha Mercante perpassou por vários episódios históricos que em alguns momentos avançava e em outros recuava na sua instauração no período de 1840 a 1930. Diante desses acontecimentos, tal projeto se consolidou com a criação da colônia de pescadores que aconteceu de forma exata nos anos de 1919 e 1923 (LEITÃO, 1995; SILVA, 1998; SILVA, 2011a).

Nesta concepção, podemos nomear dois aspectos que chamam atenção para o debate no que concerne na cooptação da Marinha. A primeira investida tem seu núcleo na consolidação do Estado-Nação, enquanto que a segunda diz respeito à importância desse grupo, os pescadores, para tal empreitada. Com relação à consolidação do Estado-Nação, o Brasil, no início da década de 1840, enfrentava problemas internos como externos. Os de ordem interna consistiam na implosão de várias revoltas por todo o país, tais como, a Setembrizada em Pernambuco (1831–1835), a Cabanagem no Pará e a Farroupilha no Rio Grande do Sul, ocorridas entre 1835 e 1845. É necessário, portanto, conter tais revoltas com o uso da força e do aparelhamento bélico da nação, bem como garantir o envio de tropas e armamentos na frente da batalha. Envio este quase todo feito por via marítima e/ou Fluvial (SILVA, 2011a).

Os problemas externos ora eram inerentes à política anti-tráfico realizado pelos ingleses, que abertamente repreendiam e prendiam os navios brasileiros envolvidos no comércio de escravos, ora diziam respeito aos conflitos com outras nações em defesa das fronteiras, principalmente no controle fluvial da região do Prata (SILVA, 1991).

Silva (2011a) promove o alinhamento de uma questão fundante nesse processo, que, conforme esses problemas, sem dúvida, justificavam a necessidade do aumento da marinhagem, bem como a frota naval. No entanto, surge a pergunta: O que justificava a escolha dos pescadores para compor o

corpo de reserva naval? A Marinha do Brasil desenvolveu seus planos de acordo com o modelo francês de recrutamento para armada naval, a escolha segundo Silva (1991) deu-se a significativa participação dos pescadores no mercado interno do país e ao fato desse grupo constituir de forma cultural diferenças dos demais profissionais da época. Todo o empenho em recrutar os pescadores era, sobretudo, a probabilidade de utilização das embarcações dos pescadores, assim como constituírem um agrupamento de marinheiros que fossem brasileiros natos ou naturalizados, e com conhecimento das águas e costas brasileiras. Além disso, a pesca, que no período colonial esteve associada e/ou era realizada por grupos marginais da sociedade, havia se constituído como fundamental para a reprodução da sociedade (SILVA, 2011a). A maioria da população – os escravos – bem como os demais grupos dominantes, não tendo meios para obter seu próprio alimento, precisava tanto dos pequenos agricultores como dos pescadores (SILVA, 1988).

Mesmo com todos os esforços advindos da Marinha do Brasil, o recrutamento foi mal sucedido. As dificuldades para a implantação desse projeto apontam, principalmente, para a resistência dos pescadores que acontecia de forma silenciosa ao controle da Marinha. Essa resistência consistia na difusão deles pelas costas, rios e pela diferença entre as comunidades que, em alguns casos, também, realizavam atividades agrícolas e, em outros casos eram, exclusivamente, pescadores nos igarapés sem nenhum conhecimento costeiro. Outro fato relevante eram as alianças estabelecidas entre os pescadores e os capatazes das capitanias, o que acabava por afligir a aplicação de qualquer repressão aos pescadores (Silva, 2011a).

Diante de tal conjuntura, a Marinha, aliada à elite política do Brasil, em meados do século XIX decidiu que era preciso modificar ou, no limite, destruir as formas tradicionais de produção na pesca e edificar uma forma moderna, industrial, de produção – a chamada grande pesca baseada no capital intensivo. Tratava-se, em suma, de organizar um mercado de trabalho no setor pesqueiro, de modo a se contar com um tipo de pescador próprio ao recrutamento para a Armada – expropriado e especializado, como afirmou um ministro, —na pescaria de alto-mar (SILVA, 1991).

De acordo aos interesses da Marinha instaurou-se como prioridade a elaboração de uma estrutura que garantisse a formação de um agrupamento de homens que tanto estivessem de prontidão para ao serviço militar como para serem operários da pesca industrial, dada à tradição das comunidades pesqueiras ou ribeirinhas de serem artesanais. Percebe-se que as mudanças ocorridas não dizem respeito apenas à confecção de seus apetrechos e instrumentos de pesca, mas refletia no modo de vida dessa população que não se enquadrava nas exigências da indústria (SILVA, 2011a).

Podemos ressaltar, de acordo com Silva (2011a), que a criação das Colônias de Pescadores em 1919, foi sem dúvida um dos mecanismos eficientes e decisivos na consolidação de tal projeto. A criação das Colônias de Pescadores, que, sob a proposta de proporcionar um amparo social para o grupo dos pescadores, tinha como objetivo conseguir a adesão dos pescadores ao plano de transformá-los em agrupamento militar para a defesa nacional e impor uma nova compreensão de trabalho aos pescadores, condizente ao modo capitalista (SILVA, 1991). Tratava-se não só da suplantação da noção de trabalho dos pescadores regida pelas condições do ambiente, e, como a atividade da pesca possui um caráter incerto, dada às condições ambientais, tais como ventos fortes, correntezas, e, também, ao período de escassez dos recursos pesqueiros, mas também do modo de vida destes (SILVA, 2011a).

Claramente, se observa a transformação ou novos rumos que a atividade pesqueira começa a tomar. No período do império, a pesca mostrava-se como um setor com um grande potencial econômico e, conseqüentemente, o controle do governo sob a produção pesqueira, tais como o imposto e o dízimo cobrado sobre o pescado (Silva, 1988, p. 117). No momento de criação das colônias de pescadores, assistia-se a ênfase na comercialização do pescado cada vez mais crescente. Desejava-se, portanto, o desenvolvimento da pesca industrial, que, conseqüentemente, traria mais lucro ao governo, uma vez que esta produziria mais do que os pequenos pescadores artesanais que culturalmente produziam apenas para a subsistência, sendo o excedente, caso existisse, doado aos parentes, vizinhos e/ou vendido.

No cerne desse contexto, como era a participação das mulheres no setor pesqueiro? Ao observarmos a proposta de Silva (1988), em seu livro *Os Pescadores na História do Brasil – Colônia e Império*, em três trechos, o autor faz algumas considerações que permitem alusões acerca da forma em que as mulheres participavam da atividade pesqueira naquela época. Dentro desta perspectiva, no primeiro trecho, vê-se uma citação datada do ano de 1943, em que um reverendo americano, chamado Daniel Kidder, menciona que as mulheres pescadoras tinham mais regularidade no trabalho, em Itamaracá, e não só no trabalho doméstico, mas, sobretudo, na atividade pesqueira (SILVA, 1988). No segundo trecho, exatamente na página 137, o referido autor declama acerca do insucesso do cadastramento no Pará, feito pela Marinha, citado em um relatório de 1852, onde, na realidade, o fato de que naquela região os trabalhadores da pesca serem constituídos, em grande parte, por mulheres, tornou-se impossível formar um corpo significativo de homens para o serviço militar. O último trecho refere-se à normalização e fixação de pontos de venda do pescado, na Província do Recife. Este menciona que:

(...) as vendedoras de peixe seco que, muitas vezes, eram também pescadoras ou esposas de pescadores (...) poderiam vender seu produto nas casas da Praça Nova da Riveira (...). As contraventoras sofreriam a pena pecuniária de 8 mil réis e, nas reincidências, o duplo (SILVA, 1988, p. 122).

Os trechos acima citados, além de retratarem da participação das mulheres na pesca desde o período colonial, reconhecem como sendo suas funções e/ou atributos a realização da atividade pesqueira no que se refere à extração, à venda do peixe, à execução de atividades domésticas, bem como, ao lugar de esposas dos pescadores.

No entanto, não deixa claro que tipo de pesca elas realizavam. Se só a de peixes e/ou a de outros grupos, tais como, os moluscos, os crustáceos, visto que, naquele período, as primeiras povoações que passaram a viver próximas ao litoral praticavam a pesca de polvos, lagostins, lagostas e mariscos à noite com fochos acesos, espantando-os, de forma que eram facilmente apreendidos. Ostras e

lapas serviam de ordinário mantimento aos moradores desta terra, principalmente aos que vivem chegados ao mar (SILVA, 1988). Essa oposição entre o tipo de alimento da mesa dos pobres e o dos ricos, ou mais abastados economicamente, reflete em uma disparidade entre o valor do peixe e os dos não-peixes como mariscos, ostras, caranguejos que são recursos advindos da pesca artesanal. Claramente, o peixe era mais valorizado socialmente como produto comercial e como alimento, configurando-se ao modelo de vivência dos pescadores da atualidade (SILVA, 2011a). Mesmo sendo consideradas pescadoras, naquela época, as mulheres foram excluídas dos planos da Marinha e da dita regulamentação profissional da proposta pelo mesmo órgão, em que apenas os que fossem cadastrados poderiam exercer a atividade pesqueira. Expondo de outra forma, as mulheres não foram, desde então, consideradas profissionais desse setor (SILVA, 2011a). E, como o controle da Marinha perdurou por muito tempo, mesmo após os anos de 1930, que de acordo com Leitão (1995), a partir de 1934 a pesca, assim como os pescadores, passa a ser administrada pelo Ministério da Agricultura.

Apesar disso, a Marinha volta, como nos anos de 1942 a 1945, a se fazer presente na administração da pesca. Outro aspecto a se considerar é a relação que os pescadores, nos dias atuais, mantêm com a Marinha, especificamente, com a Capitania dos Portos. É comum na fala dos pescadores, principalmente dos mais idosos, algum sentimento de obediência e/ou orgulho em ser visto como parte do corpo da Marinha, como um soldado. Esse fato foi observado por Silva (1988), que aponta como expressão dessa relação à convocação de homens e barcos da pesca para socorrer algum naufrágio ou acidente ocorrido em ambiente aquático (SILVA, 2011a).

A Afirmação de Silva (2011a) é clara quando expõe que dentro dessa proposição as mulheres, possivelmente, ficaram à margem dos órgãos representativos de classe – as colônias - como profissionais da pesca, visto que os mesmos foram criados com o intuito de efetivar o plano de transformação dos pescadores em reserva naval para a Marinha de guerra e em operários para a indústria pesqueira.

Embasado neste argumento, nas colônias de pescadores, escolas foram criadas para possibilitar a formação de marinheiros e operários para a pesca industrial.

O ensino seria o 'alicerce' da obra traçada no programa da nova diretoria, e o mesmo visava principalmente às crianças – que estavam em idade ideal para serem adestradas nas modernas artes de guerra e de pesca, enquanto futuros marinheiros e enquanto futuros pescadores-operários nas empresas pesqueiras. Contudo (...),

A instrução pedagógica cívica, mecânica, militar [era dirigido] para as crianças e moços de menos de 30 anos; e para os velhos, facilitar-lhes meios que os possam habilitar a retirar do oceano o necessário para o seu conforto... Encaminhando-os ao cumprimento do dever, extinguindo seus vícios. (SILVA, 1991, p. 106).

Buscamos compreender que, apesar de tantas modificações no setor da pesca, principalmente no que se refere à instituição de um sistema de representação da categoria enquanto profissional, apenas os homens são considerados pescadores pela Marinha. Mesmo sendo as escolas nas colônias instrumentos de controle, verifica-se que as meninas e as mulheres não foram contempladas. O que acaba por contribuir com uma cultura de saberes em que as meninas não possuem conhecimentos acerca da vida nos mares, bem como, as colocam fora da produção da pesca enquanto profissional (SILVA, 2011a).

Apesar da participação efetiva das mulheres na pesca, pouco se fala a esse respeito na história desse segmento. No entanto, vale ressaltar o destaque dado à ideia de regularidade na execução das atividades. Esta parece indicar que o reconhecimento das atividades realizadas pelas mulheres, tanto as domésticas quanto às de pesca, devem obedecer ao critério do trabalho regular, diário e frequente. Características, também, presentes num trabalho nos moldes da indústria e/ou do comércio, observa-se sérios problemas no reconhecimento do trabalho reprodutivo dessas trabalhadoras. No período que permeia 1919 a 1930, fica evidente que as mulheres não correspondiam ao perfil profissional apto para a constituição da reserva naval e, por sua vez, também se tornam incapazes de ir

além da costa, em alto-mar, para realizar a pesca de caráter industrial (Silva, 2011a).

Ao propor a modificação, ou mesmo, a destruição do modo de vida dos pescadores, conforme aponta Silva (1988), desqualificava-se a compreensão de pesca tradicional baseada na subsistência do grupo familiar em favor da pesca dita moderna - a industrial. Possivelmente, a mulher também foi desqualificada, uma vez que era preciso justificar a necessidade de cadastrar apenas homens. Foi-lhe dado o lugar de não-pescador. Assim, fica claro todo o trajeto histórico de onde surgiu a denominação de Pescador para homens e a adequação de Catadoras de marisco para mulheres que desenvolvem suas atividades nos mangues e estuários sendo excluídas das atividades de mar devido às interferências da Marinha na cultura das comunidades de pescadores tradicionais (SILVA, 2011).

2.1 – A Participação das Mulheres na Pesca

Conforme Silva (2011a) em pesquisa documental em registros coletados na anterior SEAP (Secretaria Especial Aquicultura e Pesca da Presidência da República) que na atualidade tornou-se o MPA a partir de outubro de 2010 (Ministério da Pesca e Aquicultura), ao longo dos últimos vinte anos houve um crescimento significativo da participação das mulheres nas atividades da pesca e aquicultura, mas essa realidade não é traduzida em números, uma vez que as mulheres não aparecem nas estatísticas oficiais, onde tal fato justifica-se pela atividade de coleta de moluscos ser considerada informal (BRASIL, 2006).

Esse quadro é resultante de uma herança onde os saberes achegados à pesca estão dentro do universo masculino, restando às mulheres outras atividades produtivas de subordinação, que dentro da hierarquia da comunidade pesqueira são consideradas menos relevantes (CARDOSO, 2002; OLIVEIRA, 1993; SILVA, 2011a; SILVA et al 2011b; SILVA et al 2014).

A partir das considerações feitas por Suntornratana & Visser (2003) que mostra de forma clara que as contribuições das mulheres na pesca tornam-se invisibilizadas devido às coletas de dados de muitas pesquisas não considerar os

aspectos de gênero, poderíamos apontar esse fato como um dos pontos que contribuem para a invisibilidade das trabalhadoras. Assim, os sistemas contábeis nacionais e as plataformas de estatística avaliativas tendem a instituir a informação baseando-se nos dados coletados do universo masculino, ou seja, dos pescadores. O núcleo familiar ainda tem grande importância na estruturação do sistema da pequena produção mercantil pesqueira, apesar das mutações em que o mundo do trabalho vem sendo submetido pela crise econômica e pelas fortes mudanças tecnológicas (DIEGUES, 2000). Nesta conjuntura, o papel desenvolvido pelas mulheres no manejo e no uso dos recursos pesqueiros é de extrema importância, uma vez que integra ou suporta a atividade de pesca (ALENCAR, 1993; SILVA, 2011b).

Analizando a produção científica que dialoga com as questões de gênero, constata-se que as trabalhadoras da pesca têm participação efetiva em todos os segmentos a que se destinam as atividades com recursos aquáticos em diversas regiões do planeta (KRONEM, 2002; LAMBETH, 1999). Muitos estudos realizados no Brasil sobre as questões de gênero em comunidades pesqueiras (ALVARES & MANESCHY, 1997; AOKI et al., 2007; BARBOSA & BEGOSSI, 2004; CARDOSO, 2007; CAVALCANTI, 2008; DI CIOMMO, 2007; MAGALHÃES et al., 2007; PINHEIRO, 2008; PISUA & LEONARDO, 1998; OLIVEIRA, 1993; ROCHA, 2010; SILVA & CONSERVA, 2009; SILVA et al, 2011b; SILVA et al 2014) conduzem a identificação do papel social, político e econômico da mulher considerando o contexto em que elas estão inseridas, promovendo o avanço das políticas públicas que satisfaçam suas necessidades básicas e as garantias dos direitos, como as relacionadas à saúde, reprodução e oportunidade iguais de trabalho.

2.2- A busca da igualdade e do reconhecimento profissional

Uma realidade no século XXI consiste na participação do sexo feminino no mercado de trabalho, fato marcante que veio proporcionar um significativo progresso, que, conjuntamente, traz uma série de preocupações que refletem em

desafios que precisam ser confrontados e debatidos para a busca de inserção do feminino nas políticas públicas (SILVA, 2011).

Na atualidade, encontramos muitas mulheres inseridas no mundo do trabalho, e muitas delas são as únicas mantenedoras, ou seja, a principal fonte para o sustento da família. Este fato não tem significado um maior reconhecimento de seu papel social na esfera pública. Mesmo com todas as conquistas alcançadas pelas mulheres nos últimos 50 anos, o trabalho feminino ainda é visto como algo relativo ao domínio doméstico e, quando há a inserção da mulher no domínio público, seu trabalho é considerado como uma ajuda ou complemento ao trabalho exercido pelo homem.

Conforme Beauvoir (1970), economicamente homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Tal fato pode ser verificado nas relações sociais e de gênero estabelecidas na vida cotidiana nas comunidades pesqueiras de todo o litoral brasileiro. Na sua totalidade, não se verifica alteração do encargo com as atividades domésticas, já que as mulheres continuavam sendo as responsáveis por tais atividades.

As trabalhadoras da pesca artesanal são invisíveis em relação ao manejo, e também são invisíveis aos órgãos de gestão ambiental (AGARWAL, 2001; REVELO et. al., 1995). Tal fato também foi evidenciado por pesquisa desenvolvida por Rocha e Mourão (2010) com marisqueiras do estuário do Rio Mamanguape-PB, onde a ocorrência progressiva do acúmulo de tarefas por parte das mulheres incidem na dupla e até tripla jornada de trabalho. E, apesar delas desenvolverem múltiplas tarefas, o trabalho feminino é invisibilizado e considerado de menor relevância para a sociedade a que pertencem, e as propostas para a gestão local raramente prestam atenção às atividades femininas (SILVA & CONSERVA, 2009; SILVA, 2011a; SILVA et. al., 2011a; CARDOSO, 2007; ROCHA, 2010). Adentrando na esfera ambiental e nos seus espaços de decisão como em qualquer área do conhecimento, como diz Karl Marx, o que une os indivíduos são os seus interesses em comum, sendo assim, os grupos de trabalhadoras da pesca artesanal estão suscetíveis a enfrentar alguns desafios que podem dificultar ou até

inviabilizar os processos participativos. Analisando o trabalho de alguns estudiosos sobre o assunto, AGUILAR (2002), CHAMY (2004), DEMO (1993), FURRIELA (2002), GARCIA (1999), PRADO (2000), SANTOS (2005), SILVA (2011a), em pesquisa de campo realizada entre novembro de 2014 a Janeiro de 2015, identificamos as principais dificuldades na prática desses processos participativos, tais como: desconsiderar a importância da equidade de gênero nos espaços decisórios; ausência de diálogo; diversidade de interesses dentro da própria comunidade; bloqueios ou limitações na comunicação; pouco conhecimento sobre a legislação ambiental; situação de pobreza socioeconômica; carência de organização social; ausência de políticas públicas; comodismo e assistencialismo; órgãos ambientais; propor ações que não se identificam com a comunidade; incompetência técnica e/ou política; pouca habilidade dos técnicos na condução do processo; herança repressora de alguns órgãos ambientais; sobrepor interesses (econômicos) externos aos da comunidade e burocracia excessiva.

2.3- Lutas & Resistência: por uma cultura de garantia de Direitos Sociais

Podemos afirmar que o legado da história feminina vem sendo construído numa perspectiva de muitos desafios, os quais devem ser superados, uma vez que são necessárias mudanças de comportamento na sociedade através de uma visão universal.

Nessa medida, a mulher deve seguir na luta e buscar mecanismos legítimos capazes de gerar e garantir o exercício da sua cidadania, e que seja de cunho universal, ou seja, uma conquista dentro de uma proposta macro em que toda e qualquer cidadã ou cidadão possa ser beneficiado e amparado nos moldes da Lei, vislumbrando as perspectivas da sua autonomia socioeconômica e sociocultural. Pois, para Safiotti (2004), “Empoderar-se equivale, num nível bem expressivo do combate, a possuir alternativa(s), sempre na condição de categoria social”. (p.114, 2004).

Isto significa dizer que só através das políticas públicas torna-se possível que as mulheres realizem projetos de vida capazes de promover sua independência econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social, e isso equivale a sua capacidade de empoderamento por meio do combate a desigualdade. Portanto, são vários os horizontes que compõem a independência das mulheres no mundo do trabalho. A independência no trabalho e na vida, ocorre sob vários aspectos, dentre os quais: o poder de decidir sobre os projetos a serem realizados; identificar as condições possíveis para pôr em prática suas decisões, não só em nível de trabalho, mas também no que se refere à sua sexualidade e à sua vida cotidiana.

Isto quer dizer que não há como tratar da independência da mulher sem relacioná-la à sua autodeterminação, ou seja, a liberdade de tomar decisões com implicações econômicas que garantem a sua sobrevivência. Entretanto, essa liberdade só é passível de realização através de mudanças e transformações na estrutura social, que estejam ao alcance de toda e qualquer mulher, dentro de um processo inclusivo, portanto, de caráter social e econômico. A partir dessa análise, podemos afirmar que a maestria da conquista dessa liberdade, só tem sentido e serventia se atender aos preceitos universais, ou seja, a partir de projetos de lei comum a todas as mulheres, caracterizando-se, assim, por sua dimensão universal.

A partir disso, podemos tecer algumas considerações, na medida em que no cenário das conquistas, no que diz respeito à inserção da mulher no mercado de trabalho com carteira assinada, quantitativamente não representa um percentual relevante, no contexto da inclusão social, portanto, representa uma minoria. Dito de outro modo os dados em termos percentuais do seu acesso ao emprego remunerado com direito a carteira de trabalho assinada e, aumento da participação na economia familiar ainda não representa ou indica sua liberdade na tomada de decisões.

Considerando que temos a participação de um grupo de mulheres que permanecem na invisibilidade social, ou seja, aquelas que correspondem a uma grande maioria que vive à margem da sociedade ou no anonimato, sem direito, por exemplo: a carteira assinada em função da baixa qualificação, baixo grau de

escolaridade, oportunidade e acesso a políticas públicas inclusivas, como ocorre com as trabalhadoras da pesca artesanal.

Nesse sentido, o processo para a liberdade da mulher se torna complexo, em função de alguns fatores que limitam a sua inserção no mercado de trabalho na forma das condições ideais, ou seja, pautada na igualdade do direito que deveria ser extensivo a toda mulher, a partir de mecanismos capazes de oferecer melhores condições de acesso ao mercado de trabalho, através de oportunidades reguladas no direito a inclusão social.

Na conjectura atual, identificamos que outras informações devem ser levadas em conta, tais como: a participação da mulher no mercado de trabalho e o compromisso com os afazeres domiciliares e cuidados. Pois, para haver mudanças é necessário que haja modificações profundas na estrutura social e econômica, na medida em que a estrutura que ora se apresenta, as desigualdades se acentuam e permanecem veladas na sociedade do capital.

Poderíamos, aqui, pensar como conciliar a luta entre a desigualdade e a igualdade que transcorre na história do meio familiar. Implica dizer que as conquistas da liberdade feminina estão vinculadas aos processos de conquista da igualdade. Ou seja, a igualdade só se dará através da luta pelo combate a desigualdade como garantia para fazer valer conquistas de interesse comum a toda e qualquer cidadã ou cidadão independente da categorial social.

Desse modo, no decorrer da análise das perspectivas feministas, a pauta retoma como eixo central a igualdade econômica entre homens e mulheres. Considerando que a garantia do domínio econômico assenta-se na perspectiva que diz respeito à capacidade das mulheres se tornarem provedoras de seu próprio sustento, quer dizer, se tornarem capazes de se manter com seus próprios recursos, e ainda se responsabilizar pelo sustento dos seus dependentes, além de poder decidir qual a melhor forma de realizar.

Portanto, o domínio sobre a condição financeira tem papel decisivo na medida em que deve permitir e garantir o acesso à previdência social de caráter contributivo, assim como a serviços públicos, e com isto ampliar conquistas nos espaços da esfera pública, como modo de garantir o exercício de sua cidadania na condição de cidadã.

Com isto, a análise a respeito da liberdade financeira na perspectiva feminista busca mecanismos ou alternativas para consolidar e fortalecer a organização social do trabalho e da economia, como modo legítimo de combater a desigualdade entre mulheres e homens.

Sendo assim, na organização social e econômica, se faz fundamental a luta para manter a ordem nas relações sociais, a partir de dados e fatos concretos e, com alcance no conjunto dessas relações, ou seja, a organização social só pode ser concebida a partir de mudanças estruturais que reflitam o conjunto das relações sociais como modo de manter a ordem no organismo das relações. Assim, a caracterização desse tipo de organização social tem origem na sociedade capitalista, uma vez que, a base material da organização está diretamente relacionada com o trabalho e as relações sociais de sexo, que se define com a divisão sexual do trabalho, ao separar a esfera da produção, pública atribuída aos homens, em contraposição a esfera privada, considerada espaço tão somente das mulheres¹⁰.

Entretanto, essa divisão é considerada ultrapassada, na medida em que a realidade, no que se refere a mudanças na vida das mulheres no mercado de trabalho, vem se aproximando cada vez mais dos homens. Ou seja, a mulher vem atuando não só no campo da reprodução, do privado, mas também conquistando campo na produção, na vida pública. O referencial para tais mudanças vem se dando pelo reconhecimento do acúmulo das diversas atribuições em atividades privadas, domésticas, e de reprodução no decorrer do legado da construção histórica feminina. Fato que impediu por muito tempo sua visibilidade na esfera da produção, porém, o reconhecimento da necessidade da força do seu capital humano na esfera da produção vem transformando o cenário do mercado.

¹⁰ Tal simbologia é bastante explorada por Pierre Bourdieu, em suas pesquisas a respeito do comportamento da sociedade cabila, que servem como diretrizes para o entendimento da sociedade ocidental. Em seu livro intitulado *A dominação masculina*, ele mostra como a dominação está corporificada, inscrita nos corpos. A partir do nascimento, o sexo determina já uma posição social, que não é natural, mas concebida pela sociedade, através não somente da repressão física, mas da violência simbólica, ou seja, por meio de signos, símbolos, rituais (como o do casamento) e representações de toda espécie que constroem um ideal de mundo binário onde características como frio ou mole são desígnios femininos; e quente ou duro, masculinos.

Tal fato é tarefa essencial para se entender de como vem se dando o processo de construção de igualdade da mulher, no campo familiar, sob o olhar feminista na medida em que denunciam os caminhos necessários às transformações e mudanças de comportamento da sociedade capitalista e patriarcal. Com isso, a mulher vem conquistando visibilidade social no mercado de trabalho, ao passo em que se fortalece no conjunto das relações sociais entre as classes, com o apoio das diversas mobilizações de Mulheres e dos Movimentos Feministas a partir da luta pela valorização de sua força de trabalho, por meio da ocupação e atuação de espaço na esfera pública, assim como o reconhecimento e garantia de direitos na esfera privada.

Mas, não podemos desconsiderar que para o universo do capitalismo, o trabalho só é valorizado se tiver relação direta com o que pode ser comercializado, numa relação de caráter monetário, em cuja ação seja equivalente a obtenção de lucro. O conceito de trabalho visto sob esse aspecto se reduz significativamente. Tal fato recai sobre a desvalorização das atividades realizadas pelas mulheres de forma negativa, de maneira que as atividades privadas, e de reprodução, não são consideradas como trabalho, ou seja, o modelo econômico capitalista acaba por desconhecer a relação entre produção e reprodução.

Portanto, o modelo econômico capitalista transcorre sob o jugo da discriminação entre mulher e homem, não levando em consideração as potencialidades, o capital humano, o respeito devido à individualidade de cada um desses trabalhadores e trabalhadoras. O capitalismo deixa de lado as necessidades de produção e reprodução da vida dessas/es trabalhadoras/es, que aliadas formam um conjunto de relações sociais imprescindíveis para a manutenção de seus postos no mercado de trabalho.

Implica dizer que a produção da vida cotidiana, que corresponde a atividades de natureza doméstica, organização da casa ou cuidados de modo geral para manter a organização e o equilíbrio familiar, deixam de ser tratados como parte integrante responsável pela organização das atividades de produção realizadas na esfera pública, que envolve mulher e homem. Portanto, a negação desse vínculo entre reprodução e produção é incorporada pela sociedade

capitalista como parte natural desse processo relacional entre o privado e o público.

Significa dizer que o não reconhecimento de bens e serviços realizados no seio familiar continua na invisibilidade social e, conseqüentemente, na sociedade, a partir do momento em que esses bens e serviços produzidos em favor da economia não são tratados como uma extensão da produção da economia, mas, como uma atividade a parte. Observa-se aí que a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo valorizam e fortalecem as atividades exercidas por homens, como podemos observar em pesquisas realizadas por Silva (2011a, 2011b, 2014) e Rocha (2010) na pesca artesanal no litoral paraibano, como também por outros pesquisadores do litoral brasileiro (CARDOSO, 2002; 2007; FASSARELA, 2008).

Nessa medida, os privilégios se tornam prática comum numa sociedade capitalista, causando desigualdades, que atingem todas as extensões das relações de poder. Identificamos que a organização econômica contemporânea busca a manutenção da economia capitalista, que é mantida sob a alienação do trabalho, quer dizer, o capitalismo se apropria e dispõe da mão de obra do trabalhador para atender e se manter no comando das relações de poder das relações sociais. Fato que retroalimenta o favorecimento ao comportamento de dominação do masculino sobre o feminino, onde o homem pode se eximir dos afazeres domésticos, o que vem a reforçar o processo de desigualdade da mulher na esfera privada e pública.

Nesse âmbito, o exercício das impertinências da organização social do capitalismo busca mecanismos no intuito de promover o redimensionamento de fronteiras que regulam essa economia. A ampliação dessas fronteiras no campo econômico tem como exigência principal a legislação das políticas públicas. Portanto, as políticas públicas institucionalizadas na sua universalidade, que “devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres.” (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, as políticas públicas devem assegurar e garantir o acesso do direito da mulher não só na área social, mas, também, sua participação na área

econômica. Dito de outro modo, as políticas públicas devem ampliar a sua participação não só no campo social, mas, sobretudo nas políticas econômica com o devido ajuste estrutural, ou seja, de adequação do modelo de produção, reprodução e consumo para que se façam as acomodações necessárias, a fim de promover a participação da mulher de forma efetiva nas relações econômicas e sociais (BRASIL, 2013).

As desigualdades de gênero só serão minimizadas por meio do combate das relações econômicas de poder, quer dizer, tendo como finalidade ampliar a ‘participação da mulher na formulação, implementação, e avaliação e controle social das políticas públicas’ voltadas para sua autonomia econômica e social, conforme o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres de 2013¹¹. Aprovado a partir de 2004, e referendado em 2007 e em 2011 pelas respectivas conferências. Como um plano nacional, que reafirma os princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres.

Com isto, assegurar sua participação na avaliação, implementação e controle social das políticas públicas, sem, no entanto, restringi-las de seus direitos, buscando, através de políticas de ações afirmativas, inclui-las num processo de conquistas, não só nas políticas sociais, mas, principalmente, sua participação nas relações econômicas de poder, que tem como princípio promover a igualdade entre os gêneros. Assim sendo,

“Justiça social implica no reconhecimento da necessidade de redistribuição dos recursos e riquezas produzidas pela sociedade e na busca de superação da desigualdade social, que atinge as mulheres de maneira significativa.” (II PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013, p. 08).

¹¹ Em julho de 2004, fomentada pela SPM, realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ª CNPM), com 1.787 delegadas que debateram as suas agendas e elaboraram o I PNPM. O processo como um todo envolveu mais de 120 mil mulheres em todas as regiões do país. Em agosto de 2007, ocorreu a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2ª CNPM), com a participação de 200 mil mulheres, das quais 2.800 constituíram a delegação na etapa nacional, que sistematizou um conjunto de propostas e demandas ao Estado brasileiro. A partir das resoluções da 2ª CNPM, foi elaborado o II PNPM. A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM) ocorreu em dezembro de 2011, com 200 mil participantes em todo o país e 2.125 delegadas na etapa nacional. Como resultado, temos o PNPM 2013-2015. http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf

Nesse contexto, o Estado deve ter ação fundamental, considerando que as atividades domésticas e os cuidados por parte da mulher de caráter privado beneficiou o Estado, que se eximiu de oferecer garantias para a realização dessas atividades, mas que, indiretamente, contribuíram notadamente para o crescimento social e o desenvolvimento econômico do capitalismo. Vejamos o que diz o princípio da igualdade e respeito à diversidade:

“Mulheres e homens são iguais em seus direitos e sobre este princípio se apoiam as políticas de Estado que se propõem a superar as desigualdades de gênero. A promoção da igualdade requer respeito e atenção à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, de situação econômica e regional, assim como aos diferentes momentos da vida. Demanda e combate às desigualdades de toda sorte, por meio de políticas de ação afirmativa e consideração das experiências das mulheres na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.” (II PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2008, p. 07).

Nesse sentido, as discussões do Estado brasileiro nos debates a respeito da reforma política, da atualidade, tratam da necessidade de criar um modelo de desenvolvimento que reúna nos seus interesses, políticas de combate à pobreza, através de programas como: Bolsa Família, Brasil Carinhoso, entre outros. Mas, como analisar tal proposta sem relacioná-la a programas de combate às desigualdades, quer dizer, é necessário que esses programas cumpram de fato ao que se propõem, e não se tornem propostas políticas paliativas, mas que realmente contribuam para o combate às desigualdades, principalmente da mulher.

Por essa razão, os movimentos feministas precisam estar atentos sobre os debates que envolvem o controle social e econômico do Estado, no que diz respeito às políticas públicas. Daí a necessidade de participação das mulheres nesse processo de construção socioeconômico e sociocultural que envolve benefícios e melhorias. Implica dizer que os movimentos precisam avançar para

garantir participação e inserção na organização de ações afirmativas, considerando a experiência das mulheres para formulação e acompanhamento das propostas voltadas para as políticas públicas.

Portanto, as políticas públicas voltadas para a autonomia econômica das mulheres, e para o combate à pobreza devem atentar para a redução da utilização do seu tempo com tarefas domésticas e de cuidados com a organização familiar e da casa. Considerando que, através da autonomia econômica conquistada, a mulher deve começar a usufruir o que lhe é de direito enquanto cidadã, no sentido em que deve ter acesso a serviços de proteção, segurança para transitar em ruas adequadamente iluminadas, o que deve inibir ou reduzir o risco à violência sexual; construção de creches ou berçários em tempo integral, acesso a políticas de segurança alimentar, ampliar sua inserção e participação nas atividades de administração pública e gestão, e ainda provocar a sociedade para ocupação em espaços públicos e, tudo isso deve ser ampliado e ajustado pelo Estado com o objetivo de atender e reduzir as desigualdades entre mulheres e homens.

Desse modo, as políticas públicas de combate à pobreza devem estar articuladas com os diversos setores sociais e camadas sociais, para assegurar que esses benefícios e melhorias possam vir a suprir necessidades básicas da família, em especial, os serviços e programas de alimentação, por se tratar de uma necessidade básica familiar, da sobrevivência humana, o que possibilita e contribui para o processo de construção da igualdade. Portanto, as políticas públicas de combate à pobreza através dos benefícios sociais visa promover a inclusão social e econômica familiar. Mas, ao promover autonomia para gerir a economia da casa, a mulher se torna vulnerável ao assumir maiores compromissos com a família, uma vez que, uma de suas preocupações consiste em melhorar as condições da vida familiar.

A disposição para aumentar as responsabilidades da mulher com a família, nesse caso, funciona como uma pseudoproposta de socializá-la e, ao mesmo tempo, de responsabilizá-la pela família (SAFFIOTI, 2013). O que está de fato por trás dessa ideologia é que as políticas públicas, na maioria das vezes, tendem a reforçar ou atribuir a ela mais responsabilidades. Desse modo, fica subentendido que a mulher deve se acomodar e se ajustar às regras estabelecidas pelas

políticas públicas, que reforçam a necessidade de geração de renda e, ainda, ter que cuidar e conciliar os afazeres domésticos.

A partir disto, podemos observar que os programas de ações afirmativas buscam promover a inserção e participação da mulher nas políticas públicas, ao mesmo tempo em que a sobrecarga de atividades, o que lhe impõe um ritmo acelerado para dar conta das diversas atividades, que inclui ser mãe, cuidadora e, ainda, conseguir criar e gerar mecanismos para geração de renda. Consequentemente, o acúmulo de atividades reduz suas chances de participação no mercado de trabalho formal ou de carteira assinada, assim como a ocupação em espaços públicos e políticos.

Considerando o exposto de natureza educativa entre o pensar e o agir da sociedade advinda da relação entre reprodução, produção e consumo, que não seja caracterizada por um modelo capitalista, onde a mulher continua a perder espaços públicos e políticos, em função dessa visão singular. Daí, a necessidade imperativa de uma ação conjunta para a construção da tão idealizada igualdade de gênero, e assim romper com esse modelo clássico em que subordina apenas a mulher a se responsabilizar pelo trabalho doméstico e de cuidados.

Pois, apesar da complexidade que envolve a temática e a dinâmica das políticas públicas, os programas surgem como forma de contribuir para a autonomia econômica da mulher, entretanto, o que deve ser considerado não é apenas o aspecto financeiro, mas a experiência profissional, as atividades realizadas em grupo, incluindo a participação em organizações comunitárias, acesso a lideranças políticas e, até certo ponto, o apoio da sociedade civil organizada, fato que tem se mostrado como fator positivo para a valorização pessoal e realização profissional da mulher, o que consequentemente promove o resgate da sua autoconfiança, cidadania e independência.

Desse modo, as redes das relações sociais e políticas estão sendo construídas com o objetivo de superar os limites da categoria *gênero*, no intuito de contribuir com a classe trabalhadora no processo de organização socioeconômica e sociocultural, a partir de mudanças concretas, e assim dimensionar o fortalecimento das relações de participação no poder através das políticas públicas. Com isso, mantê-las num pensamento coeso de ideais, incentivando a

continuar na luta por melhores condições de vida, de trabalho, acesso a políticas públicas, programas, e à renda, dada a importância de sua participação na formulação das políticas, aliados a valorização dos saberes.

Portanto, nesse processo de construção de busca e luta para conquistar a autonomia econômica, a mulher vem consolidando sua participação e inserção nos espaços públicos, através de ações afirmativas de combate as desigualdades em nível econômico, social e cultural, é importante que a tendência natural desse processo promova seu fortalecimento, e principalmente possa ser tratada no mesmo patamar de igualdade dos homens na sociedade.

Trata-se de uma conquista de natureza muito mais abrangente, de dimensão universal, com base numa economia solidária, que se configura como intermediadora dos atores sociais, que inclui o Estado, a família e o mercado de trabalho. Dentro dessa perspectiva, é fundamental a participação da mulher, considerando o modelo atual de reprodução, produção e consumo, que incide sobre mudanças a serem realizadas.

Diante de tal realidade, cabe aos grandes movimentos em que as mulheres estão à frente romper com os interditos da divisão sexual do trabalho, e lutar para transcender os limites que cerceiam o seu fortalecimento, crescimento pessoal, profissional.

Pois, apesar da crescente participação feminina no mercado de trabalho nas últimas décadas, ainda se faz necessário criar novos mecanismos que venham contribuir com a melhoria das condições desse modelo de produção e reprodução e consumo vigente, o qual se baseia numa economia e mercado de trabalho que não atende, nem satisfaz, na maioria das vezes, as condições dessas trabalhadoras, principalmente aquelas que vivem no mercado de trabalho informal que atinge uma parcela significativa.

Nessa medida, é fundamental que os movimentos continuem a se organizar para fazer valer as conquistas advindas das causas sociais, na proporção da sua dimensão universal, ou seja, dentro de uma visão social macro do problema, através da participação incansável nas lutas de inserção e atuação nos espaços públicos.

E, que mantenha em sua proposta princípios inerentes à sua autonomia econômica, e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social extensiva a toda e qualquer cidadã. Para que possa usufruir do exercício da sua cidadania, em quaisquer contextos sociais, independente do espaço, localidade, continente, camada social na qual esteja inserida, mas que, sobretudo, não venha lhe submeter a condições abusivas, dentro da dinâmica da divisão sexual de trabalho, em que na maioria das vezes é submetida. Considerando que essa submissão ocorre até os dias atuais, através de uma política velada de subordinação, discriminação sexual, que se baseia numa experiência estabelecida na relação entre dominador e dominado.

O que implica dizer que as ações com indicadores de discriminação e desigualdade só serão combatidas quando houver o reconhecimento por parte das relações sociais de poder vigente, de que a origem de tudo isso reside no poder dos homens sobre as mulheres, emanada das melhores condições de oferta do mercado de trabalho para os homens, que reforçam a política da desigualdade, uma vez que a remuneração é superior ao oferecido às mulheres.

A partir dessa análise, podemos fazer uma breve reflexão em relação ao modo como a mulher e os homens participam da vida econômica, social e política do país, e nessa medida dizer que os ajustes a serem realizados não dependem tão somente da ação direta do governo, nem de instituições do Estado, mas, de parcerias entre as diversas esferas de disputa e participação política.

Trata-se de um processo que envolve muitos desafios a serem enfrentados, a partir de ações estratégicas de interesse comum e participação da sociedade, e de diálogo com as diversas instâncias do poder em nível local e nacional. Nessa medida, sensibilizar a sociedade para a necessidade de concretização de uma ação conjunta com intuito de contribuir para o fortalecimento da categoria gênero composta por homens e mulheres.

Dito isto, vejamos o que nos diz o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres-PNPM, no capítulo 5, a respeito da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, considerando as seguintes prioridades (BRASIL, p.09):

- Sensibilização da sociedade e implementação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;
- Criação de mecanismos de apoio à participação político-partidária das mulheres;
- Fortalecimento da participação social na formulação e implementação das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e de combate a todas as formas de discriminação baseadas na raça, etnia, geração, orientação sexual, entre outras relacionadas à diversidade humana e cultural;
- Criação, revisão e implementação de instrumentos normativos com vistas à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, na ocupação de postos de decisão nas distintas esferas do poder público.

Nesse âmbito, foram criados dezenove ministérios e secretarias especiais trabalhando juntos com objetivo de melhorar as condições de vida das mulheres brasileiras no combate as desigualdades sociais, os quais, juntos, contribuem para o princípio da igualdade feminina. Para isso, o PNPM, foi orientado por alguns princípios gerais, que foram aprovados na I e II Conferências Nacionais na seguinte ordem: Igualdade e respeito à diversidade; equidade; autonomia das mulheres; laicidade do Estado; universalidade das políticas públicas; justiça social; transparências dos atos públicos; participação e controle social.

Portanto, o PNPM foi lançado em 2013 com anuência até o ano de 2015, com ainda maior inserção das temáticas de gênero em diversas frentes do governo objetivando contribuir e reduzir as desigualdades, de garantir e ampliar o acesso aos benefícios através das políticas públicas e programas. Entretanto, para a implementação e concretização das políticas é imprescindível formar parcerias entre a União, governos municipais e estaduais. É importante que o movimento das mulheres, dos movimentos feministas juntamente com a sociedade civil organizada, além de garantir a participação nesse processo, tenha acesso às informações e conhecimento das propostas elencadas nas ações afirmativas. Implica dizer que a forma de organização dos trabalhos de reprodução e produção, devem superar as expectativas da atual divisão sexual de trabalho,

considerando a perspectiva de um novo modelo de sustentabilidade das condições socioeconômicas e socioculturais.

Assim, a criação de secretarias de mulheres com aparato de toda logística material e operacional, além da disponibilização de recursos para planejar e projetar as políticas em nível estadual e municipal representa um grande avanço no campo da conquista, uma vez que todo esse aparato é determinante para a construção de uma política passível de realização em toda e qualquer região (BRASIL, 2013).

Para concluir a análise em questão, poderíamos dizer que o cerne das políticas públicas voltada para a autonomia econômica das mulheres é composta por um conjunto de fatores que ainda submete a classe feminina a condições de vulnerabilidade social. Ou seja, para conquistar essa autonomia econômica, não basta ter acesso ao mercado de trabalho, mas também ter seus direitos garantidos na condição de cidadã.

Mas, para se aproximar das condições ideais no contexto social, econômico e político, as propostas não devem se esgotar nas reivindicações econômicas, nem tampouco na disputa pelo poder na sociedade de classe, deve antes redimensionar a forma de institucionalização e financiamento de políticas públicas para as mulheres, como um modo de expressividade da sua autonomia e irrestrita frente à sociedade de classes.

Desse modo, é necessário, que a sociedade patriarcal reconheça a classe feminina, em seus direitos, potencialidades, e considere a sua capacidade de reflexão, formulação e poder de decisão nas questões laborativas da sociedade, no mesmo nível de potencialidade e capacidade dos homens. Nessa medida, é essencial garantir sua participação nas organizações sociais, partidos, movimentos sindicais, movimentos de mulheres, ou seja, devem assegurar sua participação nas mais diversas organizações sociais, e assim formar parcerias no combate às políticas que promovem as desigualdades socioeconômicas e socioculturais.

Mas, apesar das diversas conquistas, é necessário que o processo de organização das mulheres e das feministas nos movimentos se estabeleça de

forma autônoma, com capacidade de propor, dialogar, denunciar, contrapor, protestar, e fazer críticas em todas as esferas da sociedade, de tal modo a lhe incentivar, estimular a luta pela igualdade entre mulheres e homens, numa proposta de sensibilização e mobilização conjunta da sociedade, de tal maneira a promover uma revolução social. Como adverte Souza (2011):

[...] É que permanece invisível a imagem das mulheres que ocupam os espaços públicos, como se sempre ali estivesse e como se sua realidade não interpelasse o discurso feito, sobre os movimentos, que frequentemente se construía inclusive no gênero gramatical masculino. Da mesma forma, o aumento da participação feminina no trabalho assalariado em condições fortemente desiguais, no que diz respeito à qualidade, à carreira, ao salário e promoções, tampouco se constitui em problema para o discurso de especialistas acadêmicos, de dirigentes sindicais e das políticas sociais. É, no entanto, um problema colocado pelas mulheres nos movimentos e pelas mulheres familiarizadas com a produção acadêmica feminista. (SOUZA, p. 255).

Enfim, no cenário para o fortalecimento das mulheres através dos movimentos, considerado a partir do processo de construção da sua autonomia econômica, e inserção nos espaços públicos, é fundamental a ampliação de seus direitos, ocupação em cargos com poder de decisão, se constituindo como modo da mulher ocupar lugar nos espaços públicos, dentro das mais distintas esferas políticas e sociais. Tais mudanças devem se configurar como um conjunto de instrumentos capazes de contribuir para seu fortalecimento, o que inclui capacidade de decidir, agir, atuar e influenciar nas relações de poder e participação política.

Portanto, é fundamental a presença das mulheres nos movimentos sociais, especialmente nos movimentos de mulheres, na medida em que se co-fortalecem no modo coletivo e individual, passando a tomar conhecimento de seus direitos como cidadãs, começar a compreender o porquê da exploração às mulheres na sociedade de classes. Na medida em que as práticas políticas das mulheres e dos movimentos da esquerda estabeleceram no seu modo de agir uma identificação em comum com as práticas sociais diferenciadas, que acabou por se tornar um marco para promover a diferenciação entre homens e mulheres.

Desse modo, é necessário que se atente sob a motivação de tal diferenciação, uma vez que não se configura como uma proposta favorável para

os movimentos. Pois, ao estabelecer essa diferenciação, os movimentos se limitam em debater questões que se camuflam na necessidade de autoafirmação, em detrimento de um histórico tradicional de subordinação construído ao longo de uma sociedade patriarcal. Assim, o enfrentamento ao preconceito social, a diferenciação e a divisão sexual do trabalho pode vir a ser tratado como uma proposta universal, portanto, comum a toda cidadã ou cidadão, que se reconhece na necessidade do princípio da igualdade amparada pelos direitos humanos.

CAPITULO III: O RIO E A COMUNIDADE: RELAÇÃO DETERMINANTE NOS VINCULOS DE SOBREVIVENCIA NA PESCA ARTESANAL

Na contemporaneidade, conforme Silva (2011a), a metade da população mundial vive e depende direta ou indiretamente das faixas litorâneas French, (1997), conforme MacNae (1968), das dez maiores cidades do globo, sete localizam-se próximas a rios. Um percentual significativo das comunidades depende quase que exclusivamente dos recursos provenientes dos rios, possuindo suas economias vinculadas à produção desses ecossistemas e/ou das atividades desenvolvidas no litoral Silva, et al, (2011b).

Nessa perspectiva, a importância das faixas litorâneas transcorre, estendendo-se para o econômico e o social. Constata-se que, nos Estados Unidos, cerca de 110 milhões de pessoas vivem atualmente em áreas litorâneas, inclusive em costas e rios, o que representa cerca de 60% da população total americana, estimada em 263 milhões de pessoas Cicin-Saint & Knecht, (1999).

Na América Latina, especificamente no Brasil muitas comunidades buscam sua sobrevivência nas áreas ribeirinhas, que tem sua finalização em uma realidade global (Silva, 2011b). Os manguezais¹² do litoral brasileiro são os únicos do mundo que são considerados pela legislação como áreas de preservação, segundo Lacerda, *et al.*; (2006) e mesmo assim, continuam sendo explorados sem nenhuma forma de manejo acarretando em sérios problemas de degradação dos recursos naturais destes ecossistemas¹³.

Em pesquisas realizadas nos manguezais do Brasil por Lacerda, *et al.* (2006) foi detectado um crescimento sutil de suas áreas, sendo na Paraíba o segundo menor (Silva, 2011a). Entretanto segundo estes autores o aumento das

¹² O manguezal é um ecossistema com ampla distribuição na costa brasileira e de grande importância nas esferas biológica e sócioeconômica.
<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/vienpec/CR2/p943.pdf>

¹³ *Um ecossistema é um sistema dinâmico onde comunidades de fungos, de animais, de plantas e micro-organismos interagem constantemente umas com as outras por meio de relações tróficas e reprodutivas, além de interagir também com fatores físicos do meio- água, luz, minerais e nutrientes.*
http://eco.ib.usp.br/lepac/conservacao/ensino/biodiv_como_eco.htm

áreas de manguezais vem sendo provocado pelo aumento no nível da maré devido ao aumento do volume oceânico. Portanto, este aumento tem levado águas salobras mais adentro no canal dos rios, modificando a salinidade dos solos, possibilitando que as plantas de manguezais colonizem essas áreas, como também se observa no nordeste brasileiro.

O Município de Bayeux apresenta 06 (seis) comunidades ribeirinhas que são: Baralho, Porto da Oficina, Casa Branca, Porto do Moinho, São Lourenço e Manguinhos, dentre as quais esta a comunidade alvo – Casa Branca, situada no bairro do Sesi e que conforme Farias Júnior (2013), (Falcão et al 2014, p. 129), a comunidade em questão, surgiu às margens do Rio Paroeira, a partir da necessidade dos pescadores em morar próximo ao local de extração de seu sustento. Foi selecionada para essa pesquisa acadêmica em nível de mestrado por apresentar a maior concentração de trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal no município de Bayeux. Tal território assenta-se nas margens do rio Paraíba em um dos seus afluentes – Rio Paroeira, esse foi um dos fatores para selecionamos essa comunidade. Que buscaremos detalhar com mais precisão mais adiante.

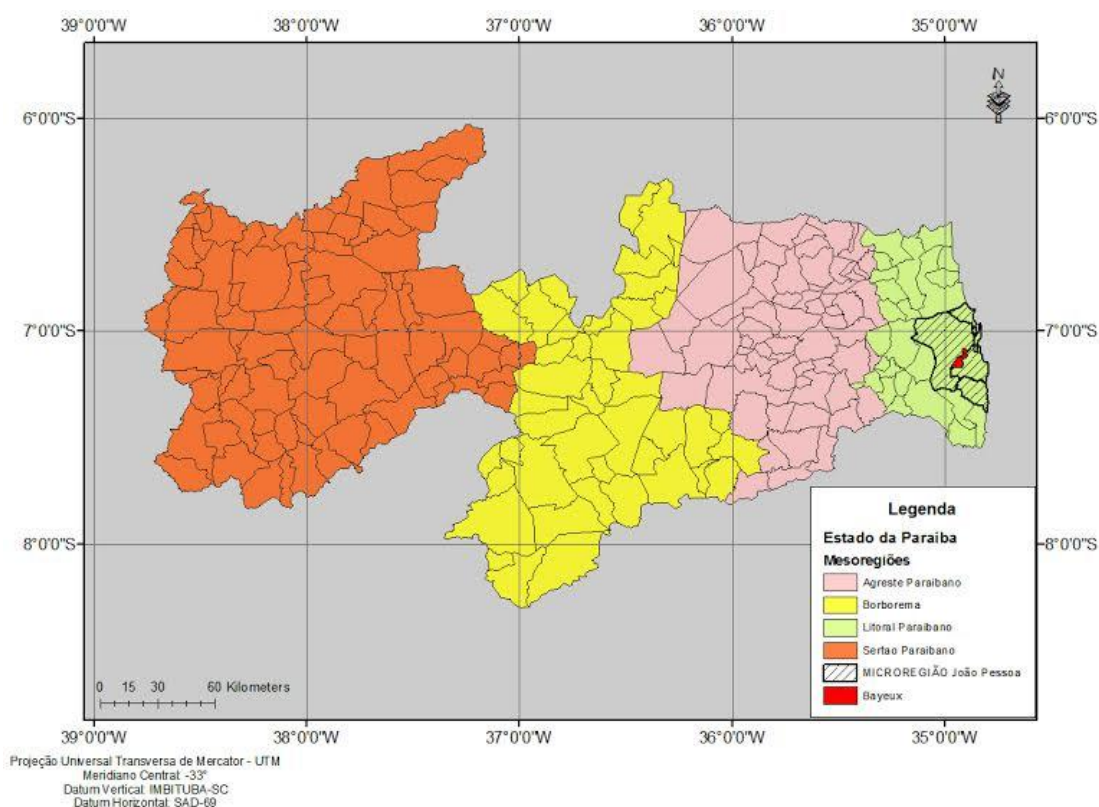
3 - O Rio Paraíba e sua Formação

O Rio Paraíba está situado na porção mediana do litoral do Estado da Paraíba (Figura 01). A bacia hidrográfica do rio apresenta uma extensão aproximadamente de 380 Km e intercepta 37 municípios com uma área de 14.397.35 Km e subdivide-se em alto Paraíba com 114.5 Km de extensão, bacia do médio Paraíba com 155.5 Km e bacia do baixo Paraíba com 110 Km (Gualberto, 1977 & Nishida, 2000; Silva, 2011a).

Conforme Nishida (2000) o rio recebe água de 08 tributários: pela margem esquerda, os rios Portinho, Tiriri, da Ribeira e da Guia e, pela margem direita, os rios Sanhauá, Parapoeira, Tambiá e Mandacaru. O rio está assentado sobre grupo de areias de mangue, solos tipo salgado e encharcado permanentemente e sob influências de marés (Atlas Geográfico da Paraíba, 1985).

Na altura da Ilha da Restinga o canal principal se bifurca formando a oeste a referida ilha, que consiste em uma planície flúvio-marinha. Segundo Mendonça (2005), o manuscrito histórico da ilha se dá a partir do descobrimento do Brasil, cujos relatos tratam das relações dos nativos com a terra, e os interesses dos colonizadores portugueses e de outros povos, visto como comerciantes clandestinos Mendonça (2005). Atualmente a ilha é uma Área de Proteção Permanente (APP) e Zona Turística Especial (ZTE), se destacando historicamente no Estuário permitindo o encontro da cultura e do lazer.

Figura 1: Mapa da Paraíba com destaque do município de Bayeux onde esta situada a comunidade alvo da pesquisa: Casa Branca.



Fonte: Farias Junior (2013).

Silva (2011a) apresenta que em 1579, a mando do Governador da capital de Pernambuco, sob a ordem do Rei, foi construído um fortim de madeira na Ilha da Restinga considerada lugar estratégico para defesa da Paraíba por estar

localizada na Foz do Rio Paraíba. Essa ação deu origem tanto à ocupação como à fundação, em 1585, da capitania da Paraíba, cujo território fazia parte, anteriormente, da capitania de Pernambuco que anos depois se tornou província da Paraíba (Figura 02).

Figura 2: Mapa do sec. XVI da então Capitania da Parahyba, com o rio Paraíba ao centro.



Fonte: (<http://wapedia.mobi/pt/Paraíba>).

A partir do mapa podemos perceber a importância que teve o rio Paraíba, proporcionando aos colonizadores o desbravamento do ambiente pelas margens e aos poucos adentrando nas áreas mais remotas do Estado, destacamos também a ajuda dos nativos para esse desbravamento no litoral norte, Brejo, Curimataú, Cariri e ao Sertão Paraibano. O Rio e seus afluentes foram sem dúvida a forma mais efetiva de conquistar os territórios que compõe na contemporaneidade o Estado da Paraíba.

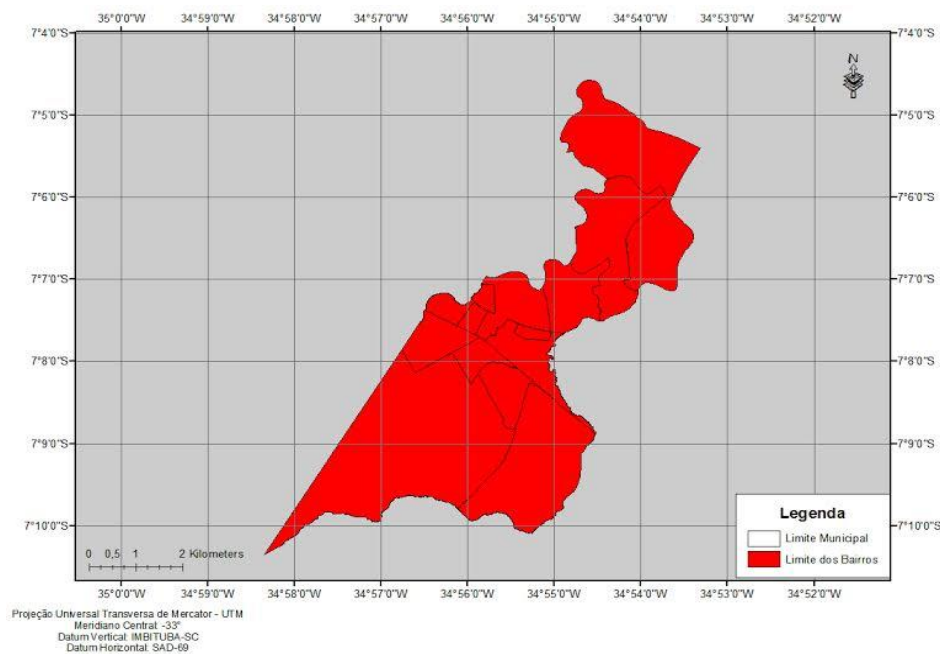
O sistema de defesa tinha sua formação por três fortes, na forma de um triângulo, no começo do estuário. Ao leste, o forte Santa Catarina, a Oeste o Forte Velho e no centro, o Fortim da Ilha das Camboas, como era anteriormente

chamado, hoje denominado de Forte de Santa Catarina. Em 1591 os índios Potiguaras, aliados aos franceses, comerciantes de pau-brasil, atacaram o fortim das Camboas, arrasando toda a guarnição, obras e construções existentes (Mendonça, 2005; Silva, 2011a).

3.1 – O Município de Bayeux - Paraíba

A colonização do município de Bayeux (Figura 3), está interligada às histórias de João Pessoa e Santa Rita. Em 1585 foi fundada a cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves que atualmente constitui a capital da Paraíba a cidade de João Pessoa. Anos mais tarde foi iniciado o povoado de Santa Rita. Bayeux, no meio das duas localidades sofreu influência dessas colonizações (IBGE, 2010). Constituem os limites do município - ao norte com o Rio Mumbaba; ao sul com o Riacho Paraíba; ao leste com a ponte sobre o Rio Sanhauá; e a oeste com o Rio Tambay, até a sua nascente no Açude Santo Amaro em Santa Rita, seguindo em linha reta até o Rio da Bebida, descendo pelo lado direito do mesmo até encontrar-se com a ponte Sanhauá em João Pessoa (BAYEUX,1990).

Figura 3: Mapa de localização do município de Bayeux.



Fonte: Farias Junior (2013).

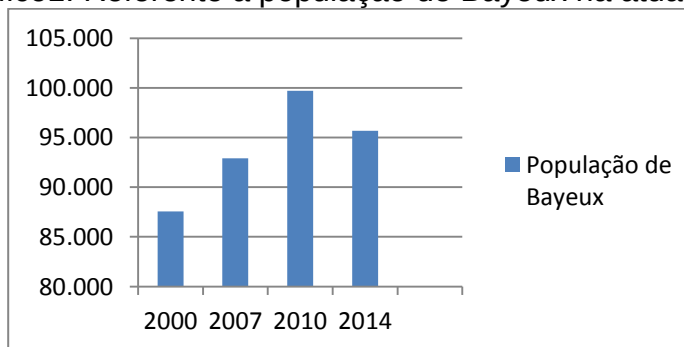
O povoamento, que se distanciava da capital, só quatro quilômetros, teve sua primeira denominação de Rua do Baralho, que depois viria a ser Boa Vista, Barreiras e finalmente pelo Decreto-Lei estadual nº 546, de 21 junho de 1944, sugestão do então jornalista Assis Chateaubriand ao interventor do estado na época, Rui Carneiro, modificou o nome para Bayeux em homenagem à primeira cidade francesa (de mesmo nome) a ser libertada do poder nazista pelos aliados durante a Segunda Guerra Mundial (IBGE,2010).

A ascensão à categoria de distrito ocorreu através da lei municipal nº 48, de 10 de dezembro de 1948. Bayeux foi distrito de Santa Rita até então, quando finalmente adquiriu o status de município pela Lei nº 2.148, de 28 de junho de 1959, oficializado como município no dia 15 de dezembro de 1959 (IBGE, 2010).

Sua principal artéria urbana é a Avenida Liberdade, cujo nome também faz referência à libertação da cidade francesa do poder nazista. Banhado pelo Rio Sanhauá, o município apresenta uma área de 27,536 km², sendo um dos menores municípios do estado da Paraíba, com uma população de 99.716/2010 distribuída e uma estimativa para 2014 de 95.677 (IBGE, 2010).

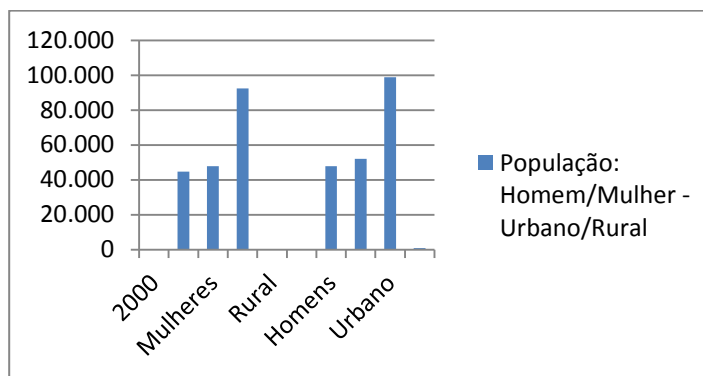
Ainda analisando o desenvolvimento urbano, destaca-se o desequilíbrio do crescimento populacional que adquiri o caráter desordenado, por apresentar vínculo direto e próximo ao centro da capital - João Pessoa, conferido a este município, conforme o costume da população local de chamá-lo de cidade dormitório (IBGE,2010).

Gráfico1: Referente à população de Bayeux na atualidade



Fonte: IBGE (2010)

Gráfico 2: População - Homem/mulher-Urbano/rural.



Fonte: IBGE (2010)

Possuindo uma extensa área do ecossistema de manguezal. Em torno de 60% do território municipal, que é ainda constituídos de manguezais e resquícios de Mata Atlântica, como a Unidade de Conservação Estadual da Mata do Xem-xem, com 181,22 hec. Que constitui uma região de grande representatividade para a preservação da fauna e da flora ameaçadas, e que ainda existe no estuário do Rio Paraíba (IBGE,2010). Toda essa diversidade representa um acentuado potencial para a geração de renda e empregos com a exploração do ecoturismo (ainda inexplorado pelo município), que pode vir a ser explorado pela facilidade de acesso à própria cidade, que conta com rodovias federais e estaduais, o Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto, o maior do estado, e quilômetros de rios navegáveis.

Com base nos dados relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, obtidos no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, sob um olhar específico para a cidade envolvida no estudo, detectamos que apresenta mais de 22.600 domicílios com renda per capita dos moradores até 01 salário mínimo, o que totaliza aproximadamente 80.400 pessoas em situação de pobreza, (80,64% do total da população), considerando-se a média de 3,56 pessoas por domicílio (IDMH, 2011).

Esta pontuação confere a cidade de Bayeux a 5º posição no ranking estadual e a 3166º no nacional, ficando abaixo da média nacional, que é de 0,766. Sua densidade construtiva elevada e sua pequena dimensão territorial, se comparada à população residente, demonstra um dos fatores da alta densidade populacional, justificando assim os graves problemas existentes em relação a

políticas que venham promover um desenvolvimento econômico, social e cultural à população (IBGE, 2010).

A cidade reflete problemas estruturais característicos do sistema capitalista, a aguda contradição entre a globalização “modernizadora” empreendida pelas elites dominantes, ideologicamente apresentada como um passaporte de ingresso para o Primeiro Mundo, e as bases sociais miseráveis, oriundas do passado colonial, sobre as quais essa modernização se assenta, tal contradição não é nova, e foi há muito evidenciada, pelos grandes intérpretes da formação do Brasil, como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes ou Celso Furtado (Sampaio Jr., 1999).

Conforme o autor, tal realidade descreve uma lógica comum, em muitos aspectos, a todos os países e conseqüentemente Estados e Municípios como é evidenciado na prática a cidade de Bayeux, onde vivem sob a égide do capitalismo dependente, claro que com suas variações devidas às especificidades históricas e culturais. Estes autores ressaltam a oposição entre imperialismo (os interesses da expansão da economia do mundo capitalista), e da formação de Estados Nacionais capazes de controlar o próprio destino (Sampaio Jr., 1999).

3.1.1 – A Comunidade Casa Branca e sua gente

Território de vida das participantes da pesquisa, denominada de Casa Branca por ter na entrada da Rua uma casa antiga, branca e grande, nasceu às margens do Rio Paroeira, localizada em uma área composta por manguezais. A ocupação se deu a partir da necessidade dos pescadores e pescadoras em se instalarem próximo ao local da extração de seu sustento. Uma grande parte das residências ocupam terrenos em áreas de preservação, segundo Farias Junior (2013).

Despostos de forma desordenada, carente de serviços públicos essenciais, é uma comunidade em que, uma parcela significativa das pessoas que lá residem, não possuem o direito a propriedade, por se tratar de uma área de preservação

ambiental conforme identificados pelo PEHIS – PB (2014) como aglomerados subnormais¹⁴:

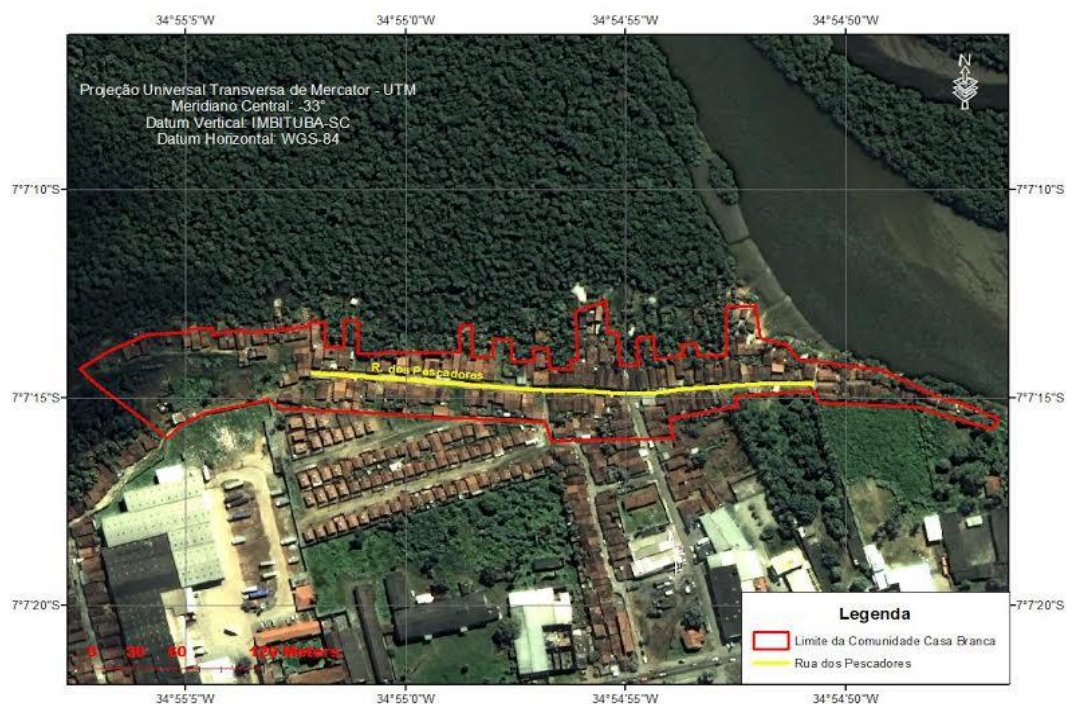
Os aglomerados subnormais, os assentamentos precários, favelas ou qualquer aglomerado humano fruto das estratégias da população de baixa renda para obtenção de moradia, via de regra agredem ao meio ambiente e à sua própria existência, quando se instalam em áreas de proteção, em encostas, em áreas afetadas pelas marés (e consequentemente em terrenos de marinha ou de mangues), à margem de rodovias, em áreas verdes, ou em quaisquer situações que possam trazer riscos ao meio ambiente e à vida humana. (PEHIS – PB, p.86).

Essa não é uma característica de exclusividade da Comunidade Casa Branca, no Estado da Paraíba, como afirma o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado da Paraíba – PEHIS-PB (2013, p.24), as maiores cidades têm altos índices de urbanização, e todas possuem assentamentos precários com características de vulnerabilidade ambiental e social. Assim, como outros municípios da Paraíba, o município em estudo compõe esse quadro por ter comunidades localizadas em encostas como é o caso da comunidade Casa Branco que se enquadra nesse perfil.

Ocupando uma área de aproximadamente 30.118m², segundo FARIAS JUNIOR (2013), os dados foram disponibilizados pela Secretária de Planejamento do Município de Bayeux, essa área perfaz um polígono limitado pela Avenida Liberdade (principal via de acesso), o Rio Paroeira, áreas de manguezais e a empresa NORDECE (FÁRIAS JUNIOR,2013). Esta composta basicamente por duas ruas a principal denominada de Rua dos Pescadores, onde nessa esta fixada a maior parte dos/as moradores/as e a Rua Ten. José Heleno de acesso à artéria principal da cidade a avenida Liberdade (Figura 4).

¹⁴ A identificação dos Aglomerados Subnormais, ainda segundo o IBGE deve ser feita com base nos seguintes critérios: “a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; e precariedade de serviços públicos essenciais”.(PEHIS,2014, P.83)

Figura 4: Comunidade Casa Branca e seus limites.



Fonte: Farias Junior (2013:37)

Estas características objetivaram a escolha da comunidade que por sua vez apresenta uma maior concentração de pescadores e pescadoras da modalidade artesanal e como já foi dito a cima, as mulheres protagonistas na luta pela sobrevivência nesse lugar. Na figura 4, 5, 6 e 7 está configurada a comunidade e sua forma habitacional, a Rua Tenente José Heleno é a via de acesso da comunidade com o bairro do Sesi, onde esta localizada e de acesso a avenida Liberdade - figura 5, principal via de acesso da cidade. E as figuras 6 e 7 mostra a principal Rua da comunidade, conhecida como Rua dos Pescadores, essa fica as margens do Rio e dos manguezais e reside a maior parte da população, onde numa média de 90% são pescadores e pescadoras. E como identificado nas imagens, mesmo estando essas ruas asfaltadas podemos observar o escoamento do esgoto pelas ruas, concluindo assim, que não existe saneamento básico, além de outros agravantes de degradação ao meio ambiente.

Figura 5: Rua-Tenente José Heleno, de acesso a Avenida Liberdade.



(foto: Luanda Simone, 2015).

Figura 6: Rua dos Pescadores (Lado esquerdo da rua principal da CCB)



(foto: Luanda Simone, 2015).

Figura 7: Rua dos Pescadores (lado direito) da bifurcação com a Rua Ten. José Heleno.



(foto: Luanda Simone, 2015).

Ressaltamos que, além dos limites já citados, a comunidade ainda tem em seu entorno, um conjunto construído pela Prefeitura Municipal de Bayeux denominado de Nova Casa Branca e alguns estabelecimentos (como mostra a figura 9), direcionados para serviços, comércio e institucionais como: escola, Igreja, mercadinho, afora as próprias áreas residenciais.

3.3- Trabalho, Gênero e Necessidades Sociais no território

Baseado no método das histórias de vida, dos questionários semiestruturados, das gravações e das observações, objetivamos discutir a produção que foi analisada na perspectiva de compreender as histórias a partir do olhar do sujeito, respeitando suas opiniões, sentimentos, verbalizados e ou não, fazendo com que o sujeito relate sua trajetória de vida e reflita sobre a mesma no processo de contar.

Organizamos a pesquisa em categorias e subcategorias, para apresentação e discussão dos resultados adquiridos. A mostra da pesquisa consiste em 20% do universo total de mulheres pescadoras cadastradas no programa bolsa família no município de Bayeux, que apresenta 52 mulheres pescadoras cadastradas (MDS-SAGI, 2014). A comunidade Casa Branca foi selecionada por apresentar uma maior concentração de mulheres pescadoras e usuárias do PBF.

Os nomes utilizados são fictícios, mas as histórias são reais e fazem parte do cotidiano da comunidade pesquisada. As participantes foram previamente informadas sobre o tema do estudo, estando conscientes da concessão dos relatos para divulgação científica, tendo assinado posteriormente o Termo de Consentimento, uma vez que o estudo servira para a elaboração da dissertação intitulada “Trabalho e gênero - protagonismo das mulheres pescadoras da cidade de Bayeux-Paraíba”.

3.3.1- Trajetórias de vida

Na trajetória de vida dessas mulheres, buscamos concretizar nossa pesquisa, encontrando a fundamentação categorial, que esta ligada diretamente a divisão sexual do trabalho, ao universo domestico e ao PBF-Programa Bolsa Família, como base determinante da pesquisa. Nessa perspectiva determinamos o perfil das seis Mulheres Pescadoras que participaram contando sua história de vida selecionadas, a partir das vinte mulheres envolvidas nos questionários semi estruturados e nas observações participante. Para um maior aprofundamento analítico da trajetória de vida das mulheres pescadoras, trabalhamos com as seguintes subcategorias: Inserção na pesca artesanal e suas causas no trabalho; Tempo na atividade e o reconhecimento da profissão.

3.3.1.1- Inserção na pesca artesanal e suas causas

Na pesca artesanal a condição da mulher é bastante delicada, como atesta (ARAÚJO e LEITÃO, 2010; VERAS e LEITÃO, 2011; SILVA, 2011a). Reafirmando o que na pratica se confirma quanto a visibilidade destas mulheres que está diretamente relacionada à divisão sexual do trabalho e está sujeitada ao universo doméstico.

Só em 2006 as pescadoras (marisqueiras, tiradeiras, entre outros) tiveram o regime de trabalho equiparado ao pescador artesanal, essa era uma das lutas das mulheres pescadoras organizadas na pesca, que passou a ser reconhecida em regime de economia familiar¹⁵, onde em alguns casos a colaboração onerosa de conhecidos e familiares, se torna um elemento essencial para o exercício de sua

¹⁵ PROJETO DE LEI Nº DE 2006: Equipara a mulher que exerce atividade pesqueira e marisqueira artesanal em regime de economia familiar ao pescador artesanal, para efeitos previdenciários e de seguro desemprego, e altera o Decreto-Lei nº 221/67 e as Leis nº 10.779/03; 8.212/91 e 8.213/91. Art. 1º. As mulheres que exercem atividades diretamente relacionadas à atividade pesqueira e marisqueira artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, bem como seus respectivos conjugues ou companheiros e filhos maiores de 14 (anos) ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo, e que fazem disto uma profissão habitual ou meio principal de vida, são consideradas pescadoras artesanais para fins previdenciários, e de concessão do benefício seguro-desemprego nos termos da Lei nº 10.779, de 2003.

profissão. A inserção na pesca ocorre por diversas razões como podemos constatar no perfil dessas mulheres. Como foi acordado previamente, usaremos um nome fictício, (denominamos todas com um codinome de uma flor, sugerido por uma delas).

A entrevistada Papoila, tem 43 anos de idade e trabalha há vinte anos como pescadora, desempenhando a função de marisqueira, depois que constituiu família, solteira, tem dois filhos e uma filha, todos maior de idade e não moram mais com Ela, frequentou os bancos escolares por pouco tempo, não chegou a concluir o ensino fundamental, trabalha numa média de dez horas por dia, durante toda a semana. De família humilde, Papoila sempre trabalhou para sustentar a família. Vive numa casa de alvenaria, dividindo o terreno com sua filha (filha, genro e neto), que também é pescadora (ela e o marido). Que podemos reiterar com seus relatos:

[...] Eu só cuidava da casa, aí os filhos foram nascendo e a situação apertando e eu comecei a ir pra maré e criei meus filhos tudinho da maré, tanto que todos pescavam, agora não porque, um tá trabalhando e o outro faleceu, agora, só minha filha e o marido que também trabalha pescando, mas eles adoravam pescar, o que faleceu adorava pescar atum. Eu mesmo por mim gosto muito de pescar, quando tenho uma folguinha eu vou pra maré.[...] agora tô trabalhando de serviços gerais, mas estou doida pra sair. Passei um mês de férias em casa e todo dia ia pra maré. (Papoila, 43 anos).

Dentre as seis pescadoras entrevistadas, duas disse exercer outra função além da pesca e com carteira assinada só Papoila, justificando que precisa ajudar a família, mas que, o que gosta mesmo é de pescar. Outro dado importante que precisa ser ressaltado é que depois que “criou” os filhos e já não moram mais com ela, voltou a estudar e diz que agora vai “terminar”.

A entrevistada Dália tem 42 anos de idade, casada, trabalha desde os dez anos de idade na pesca, a mãe e o pai sempre atuaram na pesca, diz fazer de tudo: arrasta, pega sururu, marisco e ostra. Nasceu na comunidade, tem dois filhos, um de menor e o outro frequentando a universidade, motivo de realização para Ela (fala sobre isso, toda orgulhosa, diz que, seu filho faz o curso de Direito na UFPB), quanto a ela, frequentou os bancos escolares por pouco tempo, não

chegou a concluir o ensino fundamental, numa família de dez irmãos sendo a mais velha, precisava ajudar na pescaria e com isso não teve tempo pra estudar, só de trabalha, todos os dias ela e o marido trabalham dez horas por dia, cinco a seis horas na maré e o resto do dia em casa “arrumando o que pescou e cuidando da casa”.

Ao falar sobre si e seu trabalho, diz que a vida sempre foi difícil, pois em sua história de vida sempre teve que trabalhar na pesca para ajudar no sustento da casa dos pais e depois de sua família, nunca teve tempo para lazer, pois o trabalho na pesca e em casa os afazeres domésticos, sempre ocupou o seu tempo (casou-se cedo), fala ainda que:

[...] quando a pesca não tá dando, eu vou ser diarista ou pegar outras coisas na maré mais distante, que tem mais bichos, só que a gente passa o dia inteiro na maré porque é muito longe e a gente vai remando, porque não tem motor no nosso bote tem que se virar.(Dália,42 anos).

A entrevistada Bromélia tem 70 anos, mãe de Dália, já esta aposentada como pescadora, criou 10 filhos pescando ela o marido, todos envolvidos na atividade, viúva, e hoje cria um neto e continua pescando. Pesca três vezes na semana, como pescadora aprendeu a pescar todo tipo de pesca, diz que “aprendeu na vida”, nunca frequentou os bancos escolares e nunca trabalhou em outra função, natural de Tejucopapo-Goiana/PE, chegou com a família pra morar na Comunidade Casa Branca ainda criança, e nisso, o pai a chamava pra ir pescar e foi se acostumando, “até hoje” ainda pesca. Com orgulho relata que, criou todos os filhos na pesca e que:

[...] pra mim foi muito bom, que agente chegou pra aqui e tds viviam na pesca, viviam assim mesmo, ainda hoje ainda pesco, quando eu cheguei pra morar aqui meu pai me chamou pra pesca “vamo pesca minha fia” ai eu fui porque lá onde agente morava, num pescava não que era praia, Ponta de Pedra/PE só que onde eu nasci é tejucopapo-Goiana/PE a terra da heroína onde quatro mulher venceu a guerra lá (Maria Camarão, Maria Quitéria, Maria Clara e Joaquina), ai vinheмо pra cá pegemo ir pra mare, eu com medo do barco, meu pai era pescado e trabaиava também na padaria, pescava mais que trabalhava na padaria, ai comecei a pescar devagarinho ai acostumei a pescar ai fiquei até hoje ainda pesco aprendi na vida, tive nove filho, dez porque criei um dá minha filha ai eu registrei no meu nome, é mermo que ter dez fio né? Todos que eu tive graças a Deus deu pra gente, se criaram

tudinho pescando, de cinco ano acima eu butava tudinho pra pescar, pra quando cresce sabe né...era tudinho pescador saíram agora depois que casaram né, foram morar cada um nos seus canto [...] (Bromélia, 70 anos).

A entrevistada Magnólia, tem 45 anos, começou a pescar com 10 anos, morava numa tribo indígena Marcação-PB, tem três filhos é casada, nunca frequentou um banco escolar, trabalha na pesca a vinte anos e como pescadora pega de tudo, trabalha todos os dias de domingo a domingo, diz trabalhar de 3hs da manhã até às 19:hs, perfazendo um total de 13hs por dia.

Ao falar do seu envolvimento na pesca, diz que sua vida sempre foi muito sofrida, que sua mãe abandonou ela e seus outros irmão e que tiveram que se “virá” pela casa dos outros e que com 19 anos “arrumou” o marido e os filhos, mas que a vida nunca foi fácil não, sempre teve que trabalhar para viver e dá de comer aos filhos e ainda vender “dim-dim” pra ganhar mais uns “trocado”. Conforme relatos de sua fala:

[...] uma mulher muito sofrida trabalhei demais na maré prá criar os filhos[...] venho lá de Marcação, vim com meus irmãos trouxe agente cheguei lá minha mãe foi simhora pro Cristo (bairro de João Pessoa-PB) deixou noi tudim lá mai mermo assim, não deixei faltar nada prá ela sempre cheguei perto dela passei muita fome pela casa dos outros sofri muito fui homilhada e até hoje sou homilhada[...] E eu não envergonho disso aí não[...] (Magnólia, 45 anos)

A entrevistada Rosa, tem 64 anos, filha natural de Santa Rita, morava num engenho, começou a trabalhar na pesca com 9 anos de idade, nunca frequentou o banco escolar, conta que, já trabalhava com a família no engenho do meio (até hoje existe em Santa Rita), na agricultura pra ajudar o pai, moraram numa Ilha por um tempo e acabaram “esbarrado em Bayeux, faz 50 anos que mora nessa comunidade e depois pra criar os/as 16 filhos, diz que criou todos, trabalhando na pesca e o marido trabalhando na Prefeitura local como vigilante, quanto aos filhos/as, estão todos/as de maior e quatro moram em São Paulo e os outros trabalham na pesca, divide o terreno com a filha mais nova e já não trabalha mais, tem problemas de saúde e esta aposentada como pescadora a um ano. Como confirma a partir de sua fala

[...]Comecei a trabalhar na pesca com nove anos de idade, com nove anos eu vivia batalhando a vida meu pai era um home doente e eu comecei na agricultura muito cedo com minha famia no engenho (engenho do meio da Cidade de Santa Rita) e do engenho vim morar em Várzea Nova (Bairro de Sta Rita), passei uns quinze anos numa ilha chamada catolé e desse tempo pra cá deu uma enchente e eu vim “esbarrar” aqui em Bayeux, faz cinquenta anos que eu moro aqui dentro(Comunidade Casa Branca)[...](Rosa, 64 anos)

A entrevistada Perpetua tem 47 anos é solteira tem sete filhos/as, cinco frequentando a escola e um beneficiário do BPC-Benefício de Prestação Continuada (que não mora com ela), a trinta anos trabalha como pescadora e não consegue ser associada na Colônia, diz ser reconhecida na comunidade como pescadora mas que lá fora não tem esse reconhecimento, nunca frequentou o banco escolar, mas na pesca faz de tudo que tiver, pesca de foice, marisco, hostra, trabalha todos os dias da semana e fala que agora se encontra doente e que a única coisa que conta pra sobreviver é o dinheiro do PBF e seus filhos/as que estão pescando pra ajudar.

Vivo da pesca e no momentoto doente, peguei uma bactéria na maré e tem dia que num guento nem sai da cama[...].agente só vivi do sustento da maré e do bolsa família, quem agora vai pesca são eles (filhos que são de menor), se não agente num come[...] eu só sei faze isso mermo.(Perpetua, 47 anos)

Nas falas é perceptível que muitos dos trabalhos assumidos por elas na pesca, apresentam uma variabilidade no tempo e no espaço, observamos também, o vinculo de responsabilidade na criação dos/as filhos/as, mesmo que 50% dessas mulheres tenham uma companhia, fica claro que no cotidiano a divisão sexual do trabalho é desigual. Em verdade, apesar das lutas pela redução da desigualdade existente, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo, mesmo com todos esses anos decorridos a logica hegemônica para manter a estrutura da família patriarcal, reservando as mulheres as responsabilidades domesticas, tende a contribuir na persistência da desigualdade na divisão sexual do trabalho.

Os relatos apresentados nas histórias das pescadoras nos faz ver que, todas apontaram que o processo de se tornarem pescadoras, teve influência nas experiências vividas e nas falas, fica claro que isso não foi uma escolha e que a maior motivação foi a necessidade de auxiliar pais e maridos que já exerciam a função de pescadores artesanais. Dessa forma o envolvimento da família na atividade, caracteriza-se dentro do regime de economia familiar, que segundo PAIXÃO (2007):

Entende-se por economia familiar a forma de produção que tem por base a utilização de mão-de-obra no âmbito da própria família. A principal preocupação dessa forma de produção é a auto-sustentação familiar e, apenas a parte excedente da produção, é disponibilizada para a comercialização e viabilização da aquisição de outros bens necessários à família mas que são produzidos fora da matriz familiar. Os produtos adquiridos, são de extrema necessidade para assegurar a reprodução social. O conceito de economia familiar é recente no Brasil, existe há alguns anos. Antes disso, falava-se em pequena produção, fosse ela uma unidade produtiva urbana ou rural. Em linhas gerais, hoje, entende-se por economia familiar, um empreendimento com duas características principais: gestão ou administração familiar e trabalho predominantemente familiar. Trata-se, por assim dizer, de uma unidade de produção, de consumo e de reprodução social. (PAIXÃO, 2007, p. 1).

Observamos que esse processo se dá de forma natural e é muito comum na comunidade esse envolvimento da família tanto pela necessidade, quanto por não ter outras perspectivas e que a prioridade dessas mulheres é o cuidado com a casa, filhos e filhas e o trabalho na pesca. Enquanto que o estudo pra elas fica sempre em segundo plano. Todos os relatos no que se refere à escolaridade ou não concluíram o ensino fundamental ou nunca estudaram e isso se deu por estarem ligadas desde a infância à atividade da pesca.

3.3.1.2- Tempo na atividade

Quanto ao tempo de trabalho, essas mulheres tem em média de quatro a dez horas por dia de trabalho, numa condição sub humana e quando perguntadas sobre se trabalhavam todos os dias na pesca, 50% responderam que não, umas

pela função que exercem, como exemplo podemos citar as tiradeiras de carne de caranguejo que dependem de um contratante (nome ao qual é identificada a pessoa que as contrata para o serviço), e ganham por quilo de carne de caranguejo tirada uma média de R\$ 5,00(cinco reais).

Figura 10 – Tiradeiras de carne de caranguejo da CCB.



(foto: Luanda Simone, 2015).

Figura 11 - Tiradeiras de carne de caranguejo da CCB.



(foto: Luanda Simone, 2015).

Outras porque quando “*a maré não ta pra peixe*” (Papoila, 43 anos), precisam buscar outras formas de tirar seu sustento, porque só com a pesca não conseguem sobreviver e 45% responderam que sim trabalham todos os dias como, relatam:

[...] 10 anos que foi quando agente (Ela e as irmãs) começou a entrar na maré [...] É uma vida boa mais é uma vida sofrida. (Magnólia, 45 anos)

[...] quando eu cheguei pra morar aqui meu pai me chamou pra pesca “vamo pesca minha fia” ai eu fui[...]comecei a pescar devagarinho ai acostumei a pescar e fiquei até hoje ainda pesco (aposentada, 70 anos) aprendi na vida[...]eu pesco 3 dias na semana “somente”, a semana passada eu fui, levei uma pisa muito grande de muriçoca com mosquito na minha cara que fiquei até com vontade de vomita, assim mermo peguei um saco e meio de marisco[...] (Bromélia, 70 anos)

[...]Trabalho todos os dias da semana na pesca dez horas, cinco horas na mare e cinco horas em casa[...] (Dália, 42 anos)

Trabaio o dia todo, saio de 3 horas da madrugada e chego no fim da tarde (Perpetua, 47 anos)

Além da condição sub-humana a qual as mulheres pescadoras estão expostas, tem também a condição de venda, a maioria repassa para o atravessador por um preço bem menor do que é revendido e na maioria das vezes “fiado” comprovado através dos relatos de,

[...] vende fiado, recebe por semana as veis recebe por meis, por quinze dia, é cheque pré-datado, de todo jeito que agente precisa[...] (Magnólia, 45 anos)

[...] Ai arranquei um saco e mei de hostra e quando butei no fogo que tirei só deu dois kilo[...] o home num pago ainda, já ta fazeno mai de semana, ai eu fui lá e disse - seu zé porque eu so apusentada eu num preciso, o meu dinheiro sai lá pro fim do mei e eu to precisano homi, ai ele dixe venha mastarde, ai eu tava dizeno -Gracinha(filha) quando agente for pra semana pra mare agente num vende a ele marnão, agente vai insaca, ai quando passar aquele povo que fica perguntano nas porta, quem tem marisco, quem quer verder marisco, ai agente vende é muito mai futuro. (Bromélia, 70)

Os atravessadores são as pessoas que fazem a ponte na comercialização do pescado entre os bares/restaurantes da região metropolitana de João Pessoa. Eles adquirem o produto diretamente com as pescadoras e pescadores, uma vez que por falta de tempo para realizar a comercialização do produto sentem-se pressionadas pelo valor baixo atribuído pelo atravessador e pelas condições precárias de trabalho, muitas não tem onde conservar o seu pescado sendo assim obrigadas por tais condições a realizar o repasse imediato.

3.4.4- Reconhecimento da profissão e igualdade.

Apesar da significativa representação das mulheres na comunidade exercendo variadas funções na pesca, como: tiradeira de carne de caranguejo, marisqueira e outras que exercem todo tipo de pesca, observamos que seu trabalho ainda continua invisível e pouco valorizado. Tal desvalorização se constitui como uma barreira para a afirmação dessas mulheres como pescadoras artesanais e a consequente luta por seus direitos profissionais. Quando perguntadas sobre as condições de vida na pesca, Perpetua, 47 anos diz:

“Vivo da pesca e atualmente to doente, peguei uma bactéria na água da maré e tem dia que nem saio da cama de dor [...], quem agora vai pescar são Eles (apontando para os filhos (as) de menor)”.(Perpetua, 47 anos)

Essa situação é uma constante na vida delas, mesmo que 80% afirmem ser boa a vida na pesca. As lamentações quanto às condições continuam, nas falas das pescadoras:

[...]É uma vida boa mais é uma vida sofrida[...]eu pesco 3 dias na semana[...], a semana passada eu, levei uma pisa muito grande de muriçoca com mosquito na minha cara que fiquei até com vontade de vomita, assim mermo peguei um saco e meio de marisco[...]quando butei no fogo que tirei só deu dois quilo de ostra o home(atravessador) num pago ainda, já ta fazeno mai de semana[...](Bromélia, 70anos)

[...]Eu mesmo por mim gosto muito de pescar, quando tenho uma folguinha eu vou pra maré[...]Eu estou trabalhando de serviços gerais, mas estou doida pra sair. Passei um mês de férias em casa e todo dia ia pra maré[...](Papoila, 43 anos)

“o trabalho da maré é um trabalho muito puxado é um serviço muito duro, nem todo mundo aguenta o trabalho da maré, mas eu trabalhei e pra mim foi muito bom[...]”(Rosa, 64 anos)
 [...]É difícil,uma vez eu quase me afoguei e quem me tirou foi meus filhos[...]”(Perpetua,47)

Quando perguntamos se tiveram dificuldades para serem reconhecidas como pescadoras, a maioria diz que não teve, mas que tem dificuldade de se cadastrar na colônia de pescadores, e isso é fato pois só das 40% das entrevistadas são filiadas a Colônia de Pescadores enquanto que 85% são filiadas a Associação de moradores da CCB. Com isso percebemos que a uma participação ativa das mulheres na comunidade em contradição com a colônia e a partir dos seus relatos podemos concluir que existe um impedimento no reconhecimento profissional dessas mulheres.

[...] Foi fácil não, foi mei difici mais agente ia entrano.(rosa, 64).

[...] não eles podem dizer mais eu vou lá e mostro que sou pescadora mesmo[...]

[...] Foi difícil não, foi tudo fácil, eu num tinha bote, ai os pessoa disse “não se a senhora quiser alugar um bote agente aluga pra senhora” (pescadores), se a senhora num pude paga, agente dá pra senhora pesca, enquanto agente num fazia um, ai eu disse Caetano(marido) e ai, agente fica e arruma um trocado pra fazer o dágente, ai apareceu um senhor que deu um bote agente[...] ai desse bote mermo agente vencemo na nossa vida[...]eu dizia eu sou é pescadera que na minha cartera é só o que tem e mar nada[...]quando eu tava com 55 ano, ai o comandante disse pode ir na colônia que a senhora já vai se aposentar eu tenho documento da sudepe, da capitania e da colônia. (Bromélia, 70 anos)

[...] Na comunidade sou reconhecida, mas na colônia não, to com um problema de saúde, dum germe que peguei na maré e to sem pude ir pescar, quem vai é meus fi. (Perpetua, 47 anos).

Além desta exclusão advinda da divisão sexual do trabalho, domestico e da pesca é notável o alto grau de exposição dessas mulheres em relação às violências sofridas sejam elas físicas, psicológica e laboral, como ressalta (RIOS, REGO e PENA, 2011) a cerca das condições humanas a qual estão submetidas.

3.4 - O meio ambiente e o trabalho

A natureza é o meio de trabalho das pescadoras e pescadores artesanais que, retira dela as condições objetivas de sua reprodução social.

Nessa perspectiva buscaremos mostrar a partir das falas que, no cenário atual da comunidade percebe-se claramente que há instauração de revolta por parte das trabalhadoras da pesca artesanal. Nos depoimentos de história de vida elas afirmaram que houve algum tipo de dano ao rio, este foi caracterizado pelo despejo de dejetos no estuário, nos mostrando a água escura que mata os peixes e crustáceos (Figura...). No contexto de degradação ambiental provocados pela ação direta do homem denominada na bibliografia científica por ação antrópica (SILVA, 2011a), mostraram a poluição da água, e aumento da temperatura, percebemos que existe um sentimento de revolta diante dos fatos, e as falas confirmam.

[...] o povo não destrói a maré não. O que Deus faz ninguém destrói. [...] Agora ele (IBAMA), que botar leis certo [...] ele, meche com agente mas com os usineiros não meche não, quando os peixes tá morrendo aí, os siri, ostra, sururus, marisco morre tudo, tudo cadê, morre caranguejo aí, o IBAMA não faz nada, aí pro lado da gente persegue igual a um ladrão inte pra ir pra uma feira tem que ter uma nota fiscal agora, declarando quantas cordas tem, quantos quilos tem, pra pagar, existe essa lei? O caranguejo é catado foi Deus que botou, não foi ele não, existe essa lei não, tem que ter uma lei sim, prá eles olharem pra maré, pra ninguém acabar com a mata, pra num acabar com a produção. [...] por que em cada comunidade os povo precisa de ajuda. (Magnólia, 45 anos)

[...] eu reclamo quando o pessoal joga lixo, de preferencia era bom que retirassem os esgotos da mare, tivesse uma lei que fosse mais rigorosa para não colocarem lixos na mare [...] o pessoal vem com os sacos e joga na maré, principalmente jogar bolsa plástica porque os peixes comem e morrem e tudo que jogar na maré de lixo prejudica, os esgotos que não era pra ser na maré mas é, eu acho que todo esgoto da cidade de Bayeux é na maré, até o esgoto do Hospital São Domingos caia na maré, precisava ser mais limpa pra

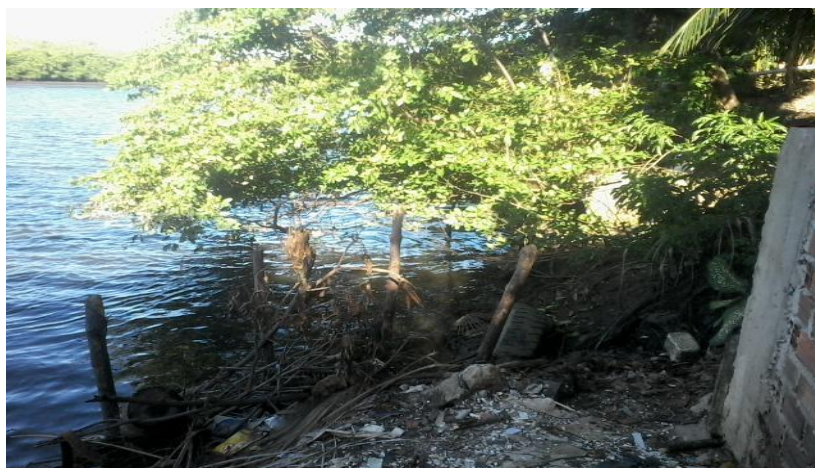
melhorar as coisas, também as cardas das usinas que matam os peixes, como agora por hora está. (Papoila, 43 anos).

Figura 12- Rio Paroeira com águas escuras devido aos dejetos das usinas.



(Foto: Socorro Pontes, 2015)

Figura 13 – Rio Paroeira e o manguezal poluído pelos lixos



(Foto: Socorro Pontes, 2015)

Essa revolta é justificada quando é evidente a degradação da natureza e quem mais sofre com tudo isso são essas pessoas que se sentem acuadas diante da empresa capitalista que não assume os custos ambientais de seus empreendimentos.

Enquanto isso, pescadoras e pescadores artesanais, precisam enfrentar as águas poluídas todos os dias passam horas do dia em meio às variações da maré,

isso é uma rotina constante na vida dessas mulheres que sem nenhuma proteção, enfiam mãos e pés na lama em busca dos caranguejos, passam o dia dentro d'água pra pegar o marisco, os peixes. E que muitas vezes não conseguem nada devido a tudo isso.

A comunidade Casa Branca, tem vários problemas de ordem social, econômica e na relação com o meio ambiente e um dos fatores predominantes é que devido às condições impostas pelo capitalismo e o advento da globalização as desigualdades sociais tornam se mais intensa sendo cada vez mais marcante a exclusão social, é preciso observar que, a exclusão social não esta relacionada somente a falta de recursos financeiros da comunidade, mas também a outro fator, a negação da cidadania, constituída pelo não acesso aos recursos disponíveis, que priva o indivíduo da sua liberdade individual.

Tais situações predominam nas relações de intercâmbios diretos com a natureza como a pesca, a caça e o extrativismo gerando assim de forma forçada o processo de exclusão social, esses vai provocar nas comunidades desqualificações que podem ser identificadas nas famílias sem os conhecimentos necessários para a garantia de sua sobrevivência.

3.5- O Programa Bolsa Família e a Proteção Social na vida das mulheres pescadoras

[...] agente só vive do sustento da maré e do bolsa família.
(Perpetua, 47 anos)

Conforme dados da SAGI, Secretária de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome (MDS), no Município de Bayeux/PB, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2014 era de 17.415, dentre as quais:

- 12.149 com renda per capita familiar de até R\$ 77,00;
- 2.300 com renda per capita familiar entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00;

- 2.325 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo;
- 641 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Desse total, temos segundo os dados da SAGI, 54 famílias de pescadores e pescadoras cadastradas e 48 famílias beneficiárias (BRASIL, 2014), esses dados comprovam essa não identificação da profissão, isso culturalmente falando é naturalizado esse não reconhecimento da profissão por diversos fatores sociais e com isso perdem benefícios próprios da categoria. Ainda predomina a visão de que, quem atua na pesca e, principalmente, quem embarca é homem. Portanto é preciso partir de um ponto, para tornar consciente uma classe e rever os conceitos que preconiza que pescar é retirar o peixe do mar e quem a faz, por definição nos dicionários de Língua Portuguesa, um ser masculino singular, pescador. A pesca é, envolve e implica muito mais do que isso. Incluí trabalhadoras que, tanto quanto os homens são profissionais da pesca. Portanto, tem o direito ao reconhecimento como pescadoras.

A partir dos questionários aplicados as mulheres pescadoras, beneficiárias do PBF da CCB. Na caracterização referente a pessoa entrevistada observamos que 65% das mulheres pescadoras tem renda a baixo de um salário mínimo e que 35% percebe até dois salários mínimo e dessas, 90% são beneficiárias ou cadastradas no PBF e 5% responsável pelo BPC (marido), como podemos observar na tabela 1. Esses dados nos remete a uma confirmação de que as mulheres pescadoras da cidade de Bayeux no Cadastro único, não se identificam como pescadoras. Porque isso acontece? Será uma realidade local? Essa discussão, trataremos em outro momento.

Tabela 1- Quanto aos Benefícios de proteção social

Qual o benefício recebido?	PBF-	80%
	Cortada ou nunca recebeu o BF	15%
	BPC	5%
Benefício recebido, específico aos	Seguro Defeso	5%
	Curso- PRONAF	21%

pescadores/as?	Nunca recebeu	74%
O PBF melhorou sua vida?	Sim	86%
	Não	14%
O que entende por proteção social?	Não sabe	90%
	Proteger na pesca	5%
	Família estruturada	5%
O Município contribui para implementar as políticas sociais na Comunidade?	Sim	10%
	Não	90%
Conhece a Lei que regulamenta o serviço da pesca?	Sim	10%
	Não	90%
Condições de vida da família	Ótima	11%
	Boa	84%
	Ruim	5%
Quais os serviços públicos existentes/acessa na comunidade?	PSF	50%
	Escola	30%
	Nenhum	20%

3.6.- O que é ser protegida?

A ideia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida – supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Esse sentido preservacionista é que exige tanto a noção de segurança social como a de direitos sociais. (Sposati 2009, p.21).

Conforme Silva et al (2014) de modo geral, sabe-se que não há sociedade humana que não tenha desenvolvido alguma forma de proteção social aos seus membros mais vulneráveis. Seja de modo mais simples, por meio de instituições não especializadas e plurifuncionais, como a família, por exemplo, ou com altos níveis de sofisticação organizacional e de especialização, diferentes formas de proteção social emergem e percorrem o tempo e o espaço das sociedades “como processo recorrente e universal” (Yazbek, 2012; Silva, Wanderley e Conserva, 2014).

Conforme Di Giovanni (1998, p. 10), compõem sistemas de proteção social as formas — às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas — que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações.

Em análises da Proteção Social e territórios de vida das trabalhadoras e trabalhadores da pesca artesanal no litoral Paraibano Silva et al (2014) afirma que historicamente, em especial a partir da Constituição Federal brasileira de 1988, ocorreram profundas mudanças na proteção social, com a inclusão da assistência social como política de direitos na seguridade social. Essa foi uma decisão plenamente inovadora, primeiro por tratar a assistência social como política pública, de responsabilidade estatal, e não como ações e atendimentos pontuais e eventuais. Segundo, por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, pelo qual a ação da família e da sociedade antecedia a do Estado. O apoio a entidades sociais foi sempre o biombo relacional adotado pelo Estado para não quebrar a mediação da religiosidade posta pelo pacto Igreja-Estado. Terceiro, por introduzir um novo campo em que se efetivam os direitos sociais. A inclusão da assistência social significou, portanto, ampliação no campo dos direitos humanos e sociais e, como consequência, introduziu a exigência de a assistência social, como política, ser capaz de formular com objetividade o conteúdo dos direitos socioassistenciais do cidadão em seu raio de ação, tarefa, aliás, que ainda permanece em construção (Sposati, 2009).

A concretização do modelo de proteção social sofre forte influência da territorialidade, pois ele só se instala e opera a partir de forças vivas e de ações com sujeitos reais. Para Sposati (2009) ele não flui de uma fórmula matemática ou laboratorial, mas de um conjunto de relações e de forças em movimento. Para a autora, o sentido de proteção supõe antes de tudo um caráter preservacionista e de defesa da vida, dos direitos humanos e sociais e da dignidade humana.

A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso

precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Ao perguntarmos sobre o que entendem por proteção social 90% responderam que não sabem, 5% que é ser protegida na pesca e 5% é ter uma família estruturada e se o Município contribui na implementação das políticas sócias 90% disse que não e 10% que sim, ver tabela 1. A Comunidade de Casa Branca não possui CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), o município de Bayeux possui quatro CRAS, nos seguintes bairros: Jardim Aeroporto, Mário Andreazza, Imaculada e São Bento, desses o acessado pela comunidade fica no São Bento. (BRASIL, 2014)

3.6.1- Garantia de Proteção

O Programa Bolsa Família (PBF) nasceu como um organismo político na perspectiva de executar as garantias constitucionais dos cidadãos e cidadãs brasileiros e brasileiras, relativo às condições mínimas de direito a vida, com o objetivo de minimizar a pobreza e as pessoas em situação de vulnerabilidade social, ancorado no pagamento de um benefício não contributivo em dinheiro, acessado com condicionalidade, cuja titularidade é preferencial as mães e avós da família. Enfatizado por vários estudos. (INÁCIO & LEITÃO, 2012; SPOSATI, 2011).

Na perspectiva dessas garantias de proteção, constatamos nas falas quando perguntadas, sobre como o PBF se materializava na proteção social.

“[...] Pra mim ele trouxe grandes coisas boas, porque o que eu não podia fazer, com esse dinheirinho eu to fazeno, porque, naquele tempo o dinheiro dele (esposo) era um dinherinho pouco e esse dinheiro começou a cair nas minha mão e já serviu pra comprar uma carne, um pão, uma alimentação melhor! Mim trouxe grandes coisas boas, porque as vezes me faltava o pão e agora não tá faltano [...] porque entre o meu (aposentadoria) e o dinheirinho da bolsa família da pra mim buta o alimento na minha mesa e chegar uma pessoa tombem carente e precisano dum pão eu tombem tenho na minha mesa pra dá.” (Rosa, 64 anos)

“[...] porque ficou uma coisa mais certa, é pouquinho mais ajuda[...] ajuda muito.” (Dália, 42 anos)

“Eu acho que é de grande ajuda, eu mesmo quando tirava ajudava muito, pagava uma água, comprava um gás[...]Eu acho que é de grande ajuda, porque tem muita gente que vive só dessa bolsa, aqui na comunidade ajuda muita gente, porque tem muita gente que tem três, quatro filho que vive disso[...] Quando perdi não sofri muito, porque meus filhos já estavam todos grande e só quem recebia era eu R\$ 70,00 (setenta reais), ai depoi que eu arrumei o trabalho eu fui cortada e se eu sair do trabalho, não vou atrás mais não, porque tem gente que precisa mais do que eu e não recebe, eu ainda recebi um tempão[...]”(Papoila, 43 anos).

E quando perguntadas se melhorou a vida das mulheres pescadoras depois do PBF, 86% das mulheres entrevistadas disseram que melhorou e 14% disseram que não, teve uma diversidade de respostas, quando perguntamos em que? 47% disse ajudar muito na alimentação, 32% melhorou a renda da família, 16% ajuda em tudo, porque é a única renda que tem e 5% em material escola, ver tabela 1.

[...] Uma vez disseram que tinha saído o seguro defeso, fomos no MTE, fomos na CAIXA assinamos um montão de papel e não recebemos nada[...] (flor, ww).

De acordo com as falas das entrevistadas coletadas nas historias de vida que são uníssonas no que corresponde a proteção social advinda do seguro defeso identificamos uma negação de direitos adquiridos por lei relegando essa classe de trabalhadoras a invisibilidade. Em pesquisa realizada por Silva (2011a) verificamos que a Lei Nº 10.779, 25 de Novembro de 2003 de concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso é foco desta lei, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal, estabelece no Art. 1º a definição de pescador artesanal próxima à utilizada pela Lei nº 8. 212/91. Entretanto o texto da Lei nº 10.779/03 difere quanto à possibilidade de realizar a atividade com auxílio eventual de parceiros.

Com a aprovação da atividade para receber o benefício, o pescador é aquele que possui registro emitido pelo Ministério de Pesca e Aquicultura – MPA, que deverá apresentar inscrição no instituto Nacional de seguridade Social – INSS, como também o pagamento de contribuição previdenciária, comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício da previdência ou da assistência social, além de atestado da colônia de pescadores a que esteja filiado,

comprovando o exercício da profissão, a dedicação à atividade em caráter ininterrupto e que não disponha de outras fontes de renda.(Silva, 2011a).

[...] vejo outras colônias que recebem tudo direito e ainda recebem cestas básicas todo mês e aqui nem o defeso, aí quando pega a gente pescando na época do defeso quer prender, um dia prenderam nossos botes e disseram que a gente ia receber o defeso e até hoje não recebemos nada , colocamos na justiça não deu em nada também até hoje.(Flor, ff).

Sem a documentação comprobatória fica difícil acessar os benefícios e a outros. Com base no parágrafo 2º, do Art. 1º, ao determinar que —o período de defeso é fixado pelo (...) IBAMA, que estabelece como pesca a captura em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre, cuja atividade o pescador se dedique. Na lei de nº 9.605/918, pode se ver a utilização de outros verbos, além de capturar, para classificar a pesca (Silva, 2011a).

[...] O presidente da colônia foi dizer que a gente não tinha direito ao seguro defeso porque aqui não tem sardinha.[...]

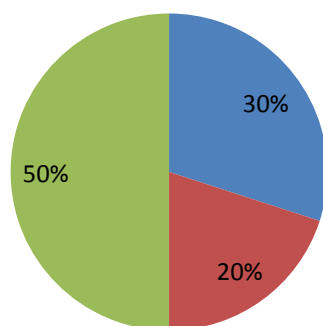
O mesmo autor em suas análises coloca que o Projeto de Lei Nº 6697 de 2006, provocado e apresentado pela deputada Federal Luci Choinacki e outros, através do projeto de Lei apresentado no dia 8 de Março de 2006 pediu a equiparação da mulher que exerce atividade pesqueira e da marisqueira artesanal em regime de economia familiar à condição de pescador artesanal, para efeitos previdenciários e de seguro desemprego, e altera o decreto-lei nº 221/67 e os nos 10779/03; 8.212/91 e 8.213/91. Com relação ao defeso na Paraíba temos alguns contra tempos impostos pelo IBAMA ao pedido feito pelo Ministério de Pesca e Aquicultura – MPA, mais o órgão responsável por tal deliberação alega que há poucos estudos que legitime tal pedido.

3.6.2- Serviços de Proteção na comunidade

Os serviços acessados pelas pescadoras na Comunidade se resumem a uma escola e um Posto de Saúde da Família- PSF, como nos mostra o gráfico e na sequencia veremos a partir das falas como se materializa.

Serviço de proteção na comunidade

■ PSF e Escola ■ nenhum ■ não sabe



Percebemos com muita clareza, a falta de consciência das mulheres quando perguntadas sobre os serviços de proteção existentes na comunidade e a qualidade dos serviços, vejamos a partir de suas falas:

[...] Eu usava o posto tava tirando medicação de lá, mas num pude mais porque num tava mim dando ai eu deixei, porque me acuso de um problema sério ai eu marquei consulta com doutora Jaqueline (particular), ai to me tratando com ela e to comprando remédio, mas lá tem um atendimento bom, elas tratam agente com carinho, com amor . (Rosa, 64 anos)

[...] Tem um PSF e pra pegar ficha lá, você tem que ir um dia antes pra pegar pro outro dia[...]na Escola tem meus netos que estudam um na do Município e o outro na do Estado, aqui na comunidade no Yolanda Medeiros que eu também estudo. (Papoila, 43 anos)

[...] O posto até aqui tá bom, agente é bem recebida, todo mundo gosta de quando eu chego lá, eu tenho problema de pressão e na escola eu pergunto a meus netos (cria os netos) como foi na escola ai eles dizem “tô bem vó”, Graças a Deus

todos meus netos que tão estudando nunca veio reclamação, nem dos meus filhos.(Bromélia, 70 anos)

Nas falas fica claro que, os serviços não atendem as necessidades das mulheres da CCB e que mesmo sem esse atendimento necessário, elas tem uma gratidão por serem bem “recebidas” pelas pessoas que trabalham nesses espaços, isso nos remete a uma percepção de que os órgãos de políticas públicas existentes na comunidade não atende ou atende de forma precária, mas que, a forma de acolhimento do corpo técnico, as deixam satisfeitas e conjecturamos que, por falta de conhecimento não exigem um serviço de qualidade, um pronto atendimento ao qual estão destinados esses serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos foram os desafios e limites encontrados no caminho percorrido. No entanto, procuramos trazer um olhar específico para nossa proposta de pesquisa, buscando resultados e discussões a respeito do trabalho na pesca visando o debate sobre proteção e desproteção na vida dessas mulheres trabalhadoras oriundas da pesca. As trajetórias vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras da pesca, demonstraram que ainda é marcada por diversas barreiras que impedem o reconhecimento do seu trabalho como produtivo.

O Estudo do protagonismo das mulheres pescadoras foi e continuará sendo um grande desafio, uma vez que discorrer sobre a participação efetiva é versar sobre um assunto que envolve as mulheres e os elementos existentes na esfera privada, na casa, como também na esfera pública.

Ao dar visibilidade a essa complexa questão, que se encontra sujeita a transformações ao longo da história das diversas sociedades, reconhece-se a presença das mulheres como agentes de proteção social, tanto da esfera privada quanto da esfera pública. Esse reconhecimento opõe-se ao senso comum o qual banaliza a presença feminina na história, e confirmamos tal reconhecimento por parte da academia através dos dados e reflexões feitas na pesquisa.

O rio mostra-se historicamente como um importante meio de subsistência para as mulheres da comunidade de Casa Branca do Município de Bayeux-Paraíba, que na constituição de pescadoras artesanais se desenvolvem no seu entorno. Visamos ao longo da pesquisa, mostrar a importância das relações de gênero, suas desigualdades no mercado de trabalho, de modo especial na atividade da pesca artesanal. Bem como os avanços e desafios que permeiam a temática a fim de entendermos como se deu o processo de construção histórica, sociocultural e socioeconômica. Nesse sentido, o mercado de trabalho se configurou historicamente como um espaço fundamental de análise de gênero para explicitar as relações de poder que se articulam e reforçam as contradições em outros campos da vida social.

Há uma interdependência das pescadoras na relação das obrigações domésticas da casa e do território de pesca que envolve o ecossistema

manguezal em que o trabalho dessas mulheres tem seu início na esfera da reprodução, ou seja, no cuidado com os filhos e filhas e toda a família, com continuidade na esfera da produção na pesca, coleta e beneficiamento do recurso pesqueiro.

Na comunidade estudada a pesca é realizada de maneira artesanal, utilizando técnicas e instrumentos rudimentares, resultando em uma produção de pequena escala (Diegues,1983). A falta de conhecimento sobre questões de higiene ambiental e pessoal, dos utensílios e equipamentos por parte das trabalhadoras, durante o processamento artesanal da carne de marisco e da carne do caranguejo pode vir comprometer a obtenção de alimento seguro. Práticas higiênicas eficientes são necessárias em cada passo da produção do trabalho desde a coleta até o consumidor final, pois cada passo pode influenciar na qualidade e segurança dos alimentos.

Algumas modificações importantes acerca dos papéis sexuais nas atividades de pesca também vêm ocorrendo em Casa Branca, com as mulheres realizando atividades, antes consideradas apenas masculinas como a catação de crustáceos, conserto de redes, preparação da lenha, isso vêm representando mais um ganho das mulheres na busca por igualdade de direitos na sua atividade laboral.

A análise de gênero no contexto da CCB é uma variável necessária para a formulação de políticas públicas voltadas para as Mulheres Pescadoras que visem garantir os espaços naturais para a realização das atividades na pesca e na reprodução sociocultural das comunidades, levando à equidade da participação feminina visando a garantia de valorização de seu trabalho como pescadora artesanal.

Na construção da arquitetura da pesquisa entendemos que se faz necessário levantar algumas recomendações a partir das reflexões feitas a respeito da proteção e desproteção das mulheres na reivindicação junto com a comunidade, a melhor localização para a instalação física de uma estrutura adequada ao processamento dos recurso pesqueiros.

Promover ações de caráter educativo e formativo com as mulheres para que as reivindicações e os acesos aos direitos sociais aconteçam de forma efetiva

no território. O correto acondicionamento do resíduo sólido (lixo) é uma medida sanitária fundamental pra garantir a ausência de insetos e roedores, bem como o assoreamento do rio, além de diminuir a contaminação dos alimentos, prevenindo assim os riscos à saúde do manipulador e da população consumidora;

Através do estudo das relações de vida, trabalho, gênero e de proteção social identificamos que as famílias em situação de (des)proteção social, como é o caso das mulheres pescadoras da comunidade de Casa Branca localizadas as margens do estuário do Rio Paraíba no município de Bayeux, não pode, assim, dissociar os eixos público e privado. Diante do estudo apresentado, consideramos que este trabalho pretende contribuir para dar visibilidade as camadas mais vulneráveis de nossa sociedade e, portanto, dirige-se aos estudiosos, profissionais das diversas áreas do conhecimento, bem como aos formuladores, implementadores e gestores das políticas públicas na área social. Tal postura possibilita evitar que se deixe a cargo do privado, da esfera doméstica, da família – principalmente das mulheres, a responsabilidade pela promoção de cuidados e bem-estar de seus membros, para buscar a efetiva universalização dos direitos cidadãos por meio do Estado.

Esperamos que este trabalho acadêmico seja também uma ferramenta para subsidiar incorporação de planos de implantação de políticas públicas e desenvolvimento socioeconômico do território. E que a partir dos resultados apresentados as trabalhadoras possam tomar decisões concretas para melhorar as suas condições de trabalho e de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENCAR, E. F. Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (eds.). Povos das Águas, Realidade e Perspectivas na Amazônia. Belém: MCT/CNPq/Museu Goeldi, 1993. pp. 63-81.

ARAÚJO, Silvana Marques Porto, LEITÃO, Maria de Fatima Andrade. Mulher além da maré. Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamento, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289836_ARQUIVO_Artigofazendogenero.pdf> Acesso em: 15 de outubro de 2014.

AGARWAL, B. **The gender and environment debate: Lessons from India.** Feminist Studies, v. 18, n. 1, 2001.

AGUIAR, R. **Direito do meio ambiente e participação popular.** 3 ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

AOKI,

P. C. M.; DALBOM, F. L.; SODRÉ, F. N. G. S. A extensão pesqueira na prática organizativa das mulheres pescadoras do distrito de Itaipava – ES, com enfoque na perspectiva de gênero e economia solidária. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 2, n. 2, 2007.

BAYEUX. PEHIS - **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado da Paraíba,** 2014.
<http://www.cehap.pb.gov.br/arqs/conselho/original/201411250543550000001362.pdf> Acesso em: 02 de abril de 2015.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v.2, 1980. p 449-451.

BARBOSA, S. R.; BEGOSSI, A. Fisheries, gender and local changes at Itaipu Beach, Rio da Janeiro: an individual approach. Multiciência, n. 2, p. 1-14, 2004.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner – 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Vade Mecum – 13ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012. Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

BRASIL. Instituto brasileiro de geografia e estatística - IBGE. Dados disponíveis do Censo de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 30 de março de 2014 as 08:38

BRASIL. Instituto brasileiro de geografia e estatística - IBGE. Cidades-Paraíba. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/1XQ1D> . Acesso em 25 de junho de 2014.

BRASIL, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República-SEAP. Disponível em http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap/ Acesso em janeiro 2015.

BRASIL, SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres: Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2013. 114 p.: il. < http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf> Acesso em: 25 de janeiro de 2015, 13:53.

CARDOSO, D. M. Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 485-490, 2007.

CARRASCO, B. M. C. En tiempo de trabajo de las mulheres: entre la invisibilidad y la necesidad. In: Tiempos, Trabajos y Género. Barcelona: Ediciones UB, 2002.

CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. In: EL DÉCIMO CONGRESO BIENAL DE LA ASOCIACIÓN INTERNACIONAL PARA EL ESTUDIO DE LA PROPIEDAD COLECTIVA (IASCP), 2004, Oaxaca. Los recursos de uso común en una transición global: retos, riesgos y oportunidades, 2004.

CICIN-SAINT, B. & KNECHT, R.W. **Integrated coastal and ocean management: concepts and practices**. Washington: Island Press. 517 p. 1999.

CONSERVA, Marinalva (coord.). RELATÓRIO TÉCNICO - PROJETO : **PROTEÇÃO SOCIAL E GESTÃO INTERSETORIAL DE TERRITÓRIOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO ESTADO DA PARAÍBA**. NEPPS/UFPB/SEDH/FAPESQ-PB. JOÃO PESSOA/UFPB, 2014.

DEERE, C. D.; LEON, M. **O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos da propriedade em América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DEMO, P. Participação é conquista. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

DI CIOMMO, R. C. Pescadoras e pescadores: A questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 151-163, 2007.

DIEGUES, A. C. (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Pescadores, Camponeses e trabalhadores do Mar**, São Paulo: ática, 1983.

FARIAS JÚNIOR, J.J. Ocupação urbana e degradação ambiental na comunidade casa branca – Bayeux/PB: uma abordagem geográfica. Trabalho Final de Graduação defendido no curso de Geografia da UFPB. João Pessoa: 2013.

FOUCAULT, M. 1978. **The History of Sexuality**. Herculine Barbin, dite Alexina B. París, Gallimard. Edición em español: Herculine Barbin, llamada Alexina B. Madrid, Talasa Ediciones, 1985.

FUNARI, P. P. A cidadania entre os romanos. In: **História da cidadania**. Obra coletiva. São Paulo: Editora Contexto, 2003, p. 49-50. Org. PINSK, Jaime e PINSK, Carlla B.

FRENCH, P. W. Coastal and estuarine management. Routledge environmental management series, London and New York: Routledge, pp. 251, 1997.

FURRIELA, R. Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

GARCIA, L. Impacto da Via Expressa Sul sobre a Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé/RESEX. Universidade Livre do Meio Ambiente, Curitiba, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos, 10ª ed.- São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GUALBERTO. L. A. **Diagnóstico preliminar das condições ambientais do Estado da Paraíba**. Conselho Estadual de Controle de Poluição das Águas. CAGEPA-PB, 1977. p.103.

HIRATA, H. **Nova Divisão Sexual do Trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2002.

KERGOAT, D. **Le rapport social de sexe – De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion**. In: Les rapports sociaux de sexe, actuel Marx. Paris: Presses Universitaires de France, n. 2, 2. sem. 2001.

KIDDER, D. P. **Reminiscência de viagens e permanência no Brasil** (Província do Norte), São Paulo: Martins, 1943, p112.

KOSIK Karel. Dialética do concreto. 3. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KRONEN, M. Socioeconomic status of fisherwomen. SPC Women in fisheries information bulletin, n. 1, p.17-22, 2002.

LAMBETH, L. An assessment of the role of women within fishing communities in the Republic of Palau. New Zeland: Secretariat of the Pacific Community, 1999. 41 p.

LEITÃO, W. Pesca e Políticas Públicas. Boletim do Museu Paranaense Emilio Goeldi, ser. Antropologia – v. 11 n. 2, p.185, Belém, 1995.

MACNAE, W. A general account of the fauna and flora of mangrove swamps and florests in the Indo-West-pacific region. Adv. Mar. Biol. 6: 73-270.

MAGALHÃES, A. et al. The role of women in the mangrove crab (*Ucides cordatus*, Ocypodidae) production process in North Brazil(Amazon region, Pará). Ecological Economics, v.6, n.1, p.559 – 565, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Grijalbo. 1977.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Tradução de Rubens Eduardo. São Paulo: Centauro, 2004.

MENDONÇA, C. O. L. **Estuário do Rio Paraíba**. ed. Moderna: João Pessoa. 2005.

MENICUCCI, E. A mulher, a sexualidade e o trabalho. São Paulo: Hucitec. 1999.

MOSER, O. N.C. Planificación de gênero: teoria, práctica & capacitacion. Edição Redentre mujeres/ Centro Flora Tristan – Centro de la mujer peruana, 1995.

MINAYO M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco; 2007.

NISHIDA, A. K. Catadores de moluscos do litoral Paraibano: estratégias de subsistência e formas e percepção da natureza. 2000. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 2000.

NOGUEIRA, C. M. A feminização no mundo do trabalho. Campinas: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, M. L. L. Transformação das desigualdades de gênero? narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de assentamentos do Cariri

paraibano. 2007. Dissertação de Mestrado em Educação – Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2007.

PAIXÃO, Clodoaldo Almeida da - **Economia familiar**. Disponível em: http://www.moc.org.br/artigos/23-05-2007_16_08_37.pdf Acesso em: 11 de abril de 2015.

PINHEIRO, L. Gênero e divisão de trabalho na pesca artesanal de arrastão de praia, litoral do Paraná. *Fazendo Gênero - Corpo, Violência e Poder*, v. 8, p. 1-7, 2008.

PISUA, L.; LEONARDO, A. Women can fish too. The role of women in Peruvian artisanal fishing sector is often obscured by machismo and bureaucracy. *Samudra*, p. 33-35, 1998.

PRADO, R. —Depois que entrou o Imbambal: percepção de questões ambientais na ilha grande. In: *Reunião Brasileira de Antropologia*, 22, 2000, Brasília. *Anais...* Brasília, 2000.

REVELO, L.; TAMAYO, H.; VILLALOBOS, G. Género y manejo de recursos naturales. 1. ed. San José: UICN : 1995.

RIOS, Antoniel De Oliveira; REGO, Rita de Cassia Franco; PENA, Paulo Gilvane Lopes. Doenças em trabalhadores da pesca/Diseases in fishing workers/Enfermedades de los trabajadores de la pesca. *Ver. Baiana Saúde Pública*; 35, jan-mar.2011.

ROCHA, M. S. P. Mulheres, manguezais e a pesca no estuário do Rio Mamanguape, Paraíba. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. Bongiovani- **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e realidade**-3ª ed.-São Paulo: Expressão Popular, 2013

_____ Gênero, Patriarcado, Violência- 1ª ed.- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 –(coleção Brasil Urgente).

SAMPAIO Jr., Plínio A. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente**. Petrópolis, Vozes, 1999.

SANTOS, A. (org.). Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis: IEB – Instituto Internacional de Educação no Brasil, 2005.

SILVA, Emanuel Luiz Pereira da. Da casa ao mangue: abordagem sócio-ecológica do processo de trabalho das marisqueiras do estuário do Rio Paraíba-PB/ Emanuel Luiz Pereira da Silva. - - João Pessoa: [s.n.], 2011 (a). 201f. : il.

_____ Um debate necessário: as desigualdades no cotidiano das mulheres pescadoras do estuário do rio paraíba, brasil. Anais do I Circuito de Debate Academico, 2011, <http://www.ipea.gov.br/>

SILVA, E. L. P. da; CONSERVA, M. de S.; OLIVEIRA, P. Socioecologia do processo de trabalho das pescadoras artesanais do estuário do rio Paraíba, Nordeste, Brasil. *Ecologi@*, Lisboa, n. 3, p. 47-61, 2011(b).

SILVA, E. L. P.; CONSERVA, M. S. Marisqueiras e caranguejeiros: a questão da equidade de gênero e trabalho no estuário do rio paraíba, brasil. In: Reunião Equatorial de Antropologia e XI Reunião de Antropólogos do Norte-Nordeste, 2009, Natal. Anais. Natal: UFRN, 2009. p. 1-1

SILVA, L. G. **Os pescadores na História do Brasil** (Colônia e Império) 1 ed. Petrópolis: vozes, 1988. v.1, 168p.

SILVA, L. G. Pescadores, militares e burgueses: Legislação pesqueira e cultura marítima no Brasil. 1991, 106 p. Dissertação Mestrado em História Universidades Federal de Pernambuco. Recife, 1991.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**, 2ª ed.- São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo, 2011.304p.

SPOSATI, Aldaíza- O cidadão pode contar com o quê?, Artigo, 2011. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=865>, Acesso em: 15 de abril de 2014.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo-SP. ed. Atlas. 1995.

VERAS, Dimas Brasileiro; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. O labor da maré: gênero, trabalho e cotidiano das mulheres pescadoras em pernambuco. III Seminário Nacional Gênero e práticas culturais: olhares diversos sobre a diferença. João Pessoa-PB, outubro de 2011. Disponível em <http://www.itaporanga.net/genero/3/05/18.pdf> acesso em: 25 de janeiro de 2015.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
NÍVEL DE MESTRADO

Pesquisa gravada, com seis mulheres pescadoras da Comunidade Casa Branca, Cidade de Bayeux-Pb.

TÍTULO: PROTEÇÃO SOCIAL E GÊNERO: O PROTAGONISMO DAS MULHERES PESCADORAS DA CIDADE DE BAYEUX -PB.

Mestranda: Maria do Socorro de Pontes Bezerra

Orientadora: Dra. Marinalva de Sousa Conserva

Objetivo: Dissertar a partir da história de vida das mulheres pescadoras do Município de Bayeux-PB.

Perguntas:

- 1- Quais são as necessidades sociais apresentadas pelas pescadoras artesanais?
 - 1.1- Qual a importância do manguezal/Rio para sua vida?
 - 1.2- Como era sua vida antes da pesca?
 - 1.3- Com sua entrada no trabalho da pesca artesanal, mudou em alguma coisa o seu modo de vida?
 - 1.4- Quais os motivos que lhe levou a pesca artesanal?
- 2- Como o PBF se materializa na proteção social a essas mulheres pescadoras que vivem nas comunidades ribeirinhas da cidade de Bayeux?

2.1- O que é ser protegida pra você?

2.3- Pra você o Bolsa família garante proteção?

2.4- Como era sua vida antes e depois do Bolsa Família?

2.5- O que aconteceria com sua família caso o Bolsa família fosse cortado?

3- Quais as políticas de proteção social voltadas para as trabalhadoras da pesca existentes e que contribuam para reprodução social desses sujeitos sociais enquanto garantia de direitos?

3.1- Você usa o PSF, CRAS, CREAS, Escola, ou outra unidade pública?

3.2- Quais as iniciativas do Ministério da Pesca na Comunidade voltadas para as pescadoras artesanais?

3.3- E na Prefeitura Municipal, existe iniciativas, através da Secretária de Mulheres?

3.4- Quais ações vêm acontecendo em Bayeux, para fortalecer a luta por melhores condições de trabalho na pesca artesanal?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Pesquisadora/mestranda: Maria do Socorro de Pontes Bezerra
Orientadora: Dr^a. Prof^a Marinalva Conserva**

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Cidade da pesquisa Bayeux, comunidade Casa Branca.

Qual sua idade? _____

2. Qual sua cor/etnia?

a) () Pardo b) () Branco

c) () Negro d) () Amarelo

e) () outro. Qual? _____

3. Estado Civil:

a) () Casado (a) b) () Solteiro (a)

c) () Divorciado (a) d) () Viúvo (a)

e) () outro. Qual? _____

4. Quantos filhos tem: _____

5. Quantos frequentam escola/creche? _____

6. Escolaridade:

a) () Não alfabetizada b) () Ensino Fundamental Completo

c) () Ensino Fundamental Incompleto d) () Ensino Médio Completo

e) () Ensino Médio Incompleto f) () Ensino Superior Completo

g) () Ensino Superior Incompleto

**7. Já trabalhou em outra atividade ou sempre foi pescadora? Se já teve outra atividade, qual? _____ Carteira assinada? SIM () NÃO ()
quanto tempo:**

8.Há quanto tempo trabalha como pescadora? _____

9.Qual sua especificidade/função, como pescadora? _____

10. Trabalha todos os dias na pesca? SIM () NÃO ()

11. Quantas horas por dia? _____

12. Tem capacidade física para trabalhar mais? SIM () NÃO ()

13. Participa de alguma associação ou Colônia de pescadores/as:

() Sim () não

Se sim, quais os benefícios, vantagens em participar? _____

Se não, Por quê? _____

14. Quais são suas condições de vida na pesca?

() Ótima () Boa () Ruim () Péssima

15. E quais são as condições de vida de sua família?

() Ótima () Boa () Ruim () Péssima

16.Sua renda familiar é ?

a) () Entre 1 a 2 salários mínimos. b) () entre 2 a 3 salários mínimos.

c) () entre 3 a 4 salários mínimos. d) () acima de 4 salários mínimos.

e) () outros. Qual? _____.

17. Qualquer pessoa pode ser pescador/a? Por quê?

18. Gostaria de trabalhar em outra atividade que não fosse essa? Qual?

19. Sua família recebe algum benefício do governo?

() Bolsa Família / Valor: _____ / Há quanto tempo recebe o benefício? _____

() BCP/Valor: _____ / Há quanto tempo recebe o benefício? _____

() Seguro defeso/ valor: _____ / Há quanto tempo e o período

() Auxílio Aluguel/ Valor: _____ / Há quanto tempo recebe o benefício? _____

() Outro. Qual? _____ / Há quanto tempo recebe o benefício? _____

20. Como você sobrevive com sua família na época do defeso? Tem ajuda de outras pessoas? _____

21. É difícil ser pescadora? Por quê? _____

22. Você participa de outros espaços de participação comunitária? () Sim

() Não Se sim, qual? _____

23. Com a implementação do Ministério da pesca pelo Governo Federal, em que ampliaram no reconhecimento e benefícios específicos as mulheres pescadoras?

24. Você tem conhecimento da legislação que regulamenta as políticas destinadas as mulheres e homens da pesca? () Sim () não Quais:

25. O que você entende por proteção social? _____

26. Que serviços de Proteção Social existem na sua comunidade/território ? _____

27. Você sabe quais as políticas implementadas especificamente para as mulheres pescadoras no município?

28. PARA VC QUAIS AS PRICIPAIS DIFICULDADE PARA A AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DAS MULHERES PESCADORAS E Quais os maiores desafios encontrados na busca pela efetivação da Política no município de Bayeux?

29. Você acredita que o benefício de transferência de renda do Bolsa Família tem melhorado as condições de vida das Mulheres Pescadoras?
() Sim () Não. Em que? _____

30. Você precisou alguma vez da ajuda de um político para acessar os serviços ou benéficos da Política da assistência social para você ou alguém da comunidade? Como aconteceu? _____

31. O poder municipal tem contribuído para a implementação da Política de Assistência Social no município? () Sim () Não
Se sim de que forma: _____

32. Você conta com ajuda de alguém? Quem? E como? _____

32. QUAIS AS SUGESTÕES PARA MELHORIA DA ORGANIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO das POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS PARA AS MULHERES PESCADORAS?

APÊNDICE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa decorrerá sobre os Programas de Proteção Social e a Relação de Gênero no território da pesca, especificamente com as Pescadoras da Cidade de Bayeux-PB e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Maria do Socorro de Pontes Bezerra, aluna do Curso de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Marinalva de Sousa Conserva. Os objetivos do estudo visa um aprofundamento acadêmico tendo como foco de análise as políticas públicas existentes na cidade de Bayeux-PB e as políticas públicas voltadas para as mulheres pescadoras que residem na comunidade ribeirinha de Casa Branca, município de Bayeux-Paraíba. A finalidade deste trabalho é analisar as relações socioculturais e socioeconômicas das pescadoras que acessam o Programa Bolsa Família, bem como a relação de gênero enquanto trabalhadoras no convívio da pesca.

Solicitamos a sua colaboração para participar de entrevistas, responder questionário, como também sua autorização para fotografar as atividades do dia a dia dentro do território da pesca, especificamente da Comunidade Casa Branca, gravar e apresentar o resultado desse estudo em eventos nas áreas de Ciências Humanas e Estudos sobre Gênero e Políticas Públicas, bem como publicar em revistas científicas e apresenta-los em congressos.

Esclarecemos que, sua participação se dará através de concessão de informações e de entrevista semiestruturadas. Para garantir maior fidedignidade no registro das falas utilizaremos gravação eletrônica, em MP4. Em todos os momentos da pesquisa e na publicação, em veículos científicos, não haverá identificação dos participantes. O anonimato e a confidencialidade dos sujeitos da pesquisa estarão garantidos e não serão reproduzidas e utilizadas para outros fins senão do presente estudo e de produções científicas correlatas, que podem ser divulgadas em seminários, congressos e em publicações científicas (impressas ou online). O material decorrente desses registros será arquivado e ficarão sob minha total responsabilidade quanto à guarda e confidencialidade. Em relação aos possíveis riscos podem, por vezes, ocorrer situações que gerem algum tipo de desconforto e tensão aos participantes de maneira que procurarei minimizá-los através da escuta e suporte necessário.

Para esclarecimento em qualquer fase da pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora, professora orientadora ou com o Comitê de Ética da UFPB, através dos endereços e contatos disponibilizados no presente termo. Sua participação na pesquisa estará formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, ficando uma via com você e outra com a pesquisadora. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária, não remunerada e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Nome do participante ou Responsável Legal

Maria do Socorro de Pontes Bezerra
Pesquisadora responsável Assinatura

Assinatura



Espaço para impressão de Dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com:

- a) Pesquisadora Socorro Pontes pelo ☎ 83.88082923 ou ainda por e-mail: socorropontes2@gmail.com; b) Orientadora Profª Drª Marinalva Conserva, ☎ 83. 888679944; ou mconserva@uol.com.br.
- b) Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB ☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

Pesquisador:

Título da Pesquisa:

Instituição Proponente:

Versão:

CAAE:

PROTEÇÃO SOCIAL E GÊNERO: O PROTAGONISMO DAS MULHERES
PESCADORAS DA CIDADE DE BAYEUX -PB.

Maria do Socorro de Pontes Bezerra

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

3

39066214.1.0000.5188

Área Temática:

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Número do Parecer:

Data da Relatoria:

1.041.149

23/04/2015

DADOS DO PARECER

Esta pesquisa decorrerá sobre os Programas de Proteção Social e a Relação de Gênero no território da pesca, especificamente com as Pescadoras da Cidade de Bayeux-PB e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Maria do Socorro de Pontes Bezerra, aluna do Curso de Pós Graduação

em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof.^a Dr^a Marinalva de Sousa

Conserva.

Apresentação do Projeto:

Objetivo Primário:

Analisar os elementos de proteção social voltados para as mulheres pescadoras beneficiaria do programa

bolsa família das comunidades ribeirinhas - Casa Branca e Porto da Oficina do Município de Bayeux-PB.

Objetivo Secundário:

• Caracterizar o território da cidade de Bayeux-PB, destacando os serviços de proteção social existentes no

município de vivência das mulheres pescadoras; • Identificar se as mulheres pescadoras que acessam os

serviços e benefícios de proteção social; • Diagnosticar o perfil sócio-econômico das mulheres pescadoras

beneficiárias do PBF.

Objetivo da Pesquisa:

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA EDUCACAO

58.051-900

(83)3216-7791 E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

Endereço:

Bairro: CEP:

Telefone:

UNIVERSITARIO S/N

CASTELO BRANCO

UF: PB **Município:** JOAO PESSOA

Fax: (83)3216-7791

Página 01 de 03

UNIVERSIDADE FEDERAL DA

PARAÍBA - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Continuação do Parecer: 1.041.149

Riscos:

O território ao qual será analisado localiza-se numa área ribeirinha, onde existem vários problemas sociais, como: Desemprego, juventude envolvida com drogas e etc. A maioria das pessoas que moram nessa comunidade tiram seu sustento na pesca e a juventude não vê a continuidade por conta da degradação da natureza.

Benefícios:

A proposta de dissertação visa um aprofundamento acadêmico tendo como foco de análise as políticas públicas existentes na cidade de Bayeux-PB e as políticas públicas voltadas para as mulheres pescadoras que residem na comunidade ribeirinha de Casa Branca. Nessa perspectiva de análise pretendemos partir de 2003, com a criação da SEAP/PR-Secretária Especial de Pesca e Aquicultura, e que a partir de 2009 se constituiu em MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil, onde pretendemos finalizar essa pesquisa chegando até os dias atuais. Dentro desse campo temático inscrevemos a proposta de dissertação, na perspectiva de este se constituir, por um lado em um dos produtos desta rede de intercâmbio e parceria na área do Serviço Social, e, por outro lado, contribuir na articulação das políticas pública com o território e a proteção social de mulheres pescadoras cadastradas ao programa Bolsa família.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Esta pesquisa decorrerá sobre os Programas de Proteção Social e a Relação de Gênero no território da pesca, especificamente com as Pescadoras da Cidade de Bayeux-PB, tendo como foco de análise as políticas públicas existentes na cidade de Bayeux-PB e as políticas públicas voltadas para as mulheres pescadoras que residem na comunidade ribeirinha de Casa Branca, município de Bayeux-Paraíba, com o fim de analisar as relações socioculturais e socioeconômicas das pescadoras que acessam o Programa Bolsa Família.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

58.051-900

(83)3216-7791 E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

Endereço:

Bairro: CEP:

Telefone:

UNIVERSITARIO S/N

CASTELO BRANCO

UF: PB Município: JOAO PESSOA

Fax: (83)3216-7791

Página 02 de 03

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Continuação do Parecer: 1.041.149

Apresentados todos adequadamente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Sem recomendações.

Recomendações:

Aprovado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Situação do Parecer:

Não

Necessita Apreciação da CONEP:

Considerações Finais a critério do CEP:

JOAO PESSOA, 29 de Abril de 2015

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Assinado por:

58.051-900

(83)3216-7791 E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

Endereço:

Bairro: CEP:

Telefone:

UNIVERSITARIO S/N

CASTELO BRANCO

UF: PB Município: JOAO PESSOA

Fax: (83)3216-7791

Página 03 de 03

Termo de Anuência (Anexar aqui)

Mulheres Pescadoras da Comunidade Casa Branca

Tabela 2- Caracterização do perfil:

Idade	20 a 30	15%
	40 a 55	75%
	60 a 70	10%
Cor	Branco	24%
	Negro	43%
	Pardo	28%
	Não respondeu	5%
Estado Civil	Solteira	40%
	Casada	40%
	Divorciada	10%
	União estável	5%
	viúva	5%
Escolaridade	Não Alfabetizada	35%
	Ensino Fundamental	15%
	Ensino Fund. Incompleto	35%
	Ensino Médio	5%
	Ensino médio incomp.	5%
Quantidade de Filhos/as	1 a 4	70%
	5 a 9	20%
	A cima de 10	10%
Quantos frequentam escola/creche?	Apenas 1	35%
	Até 5	25%
	Nenhum	40%

Tabela 3- Quanto ao Trabalho:

Tempo que trabalha na Pesca	De 1 a 10 anos	35%
	Acima de 20anos	40%
	Até 20 anos	15%
	Menos de 1 ano	10%
Sempre foi pescadora?	Sim	75%
	Não	25%
Função:	Marisqueira	50%
	Tiradeira	20%
	Todo tipo de pesca	30%
Trabalha quantos dias na pesca?	Todos os dias	45%
	De 3 a 5 dias	50%
	Não tem mais condições/aposentada	5%
Quantas horas por dia?	De 4 a 10hs	65%
	Mais de 12 hs	20%
	Não sabe/não respondeu	15%
Condições de vida na pesca	Boa	80%

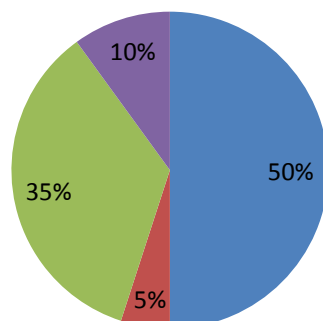
	Ótima	5%
	Ruim	10%
	Péssima	5%
Gostaria de ter outra profissão?	Sim	85%
	Não	15%
É difícil ser pescadora?	Sim	60%
	Não	40%
Renda familiar	De 1 a 2 salários mínimos	65%
	A baixo de 1 sal. mínimo	35%
É difícil ser pescadora?	Sim	60%
	Não	40%
Qualquer Pessoa pode ser pescador/a ?	Sim	80%
	Não	20%

Tabela 4- Quanto aos Benefícios de proteção social:

Qual o benefício recebido?	PBF-	80%
	Cortada ou nunca recebeu o BF	10%
	BPC (filho)	5%
	Cadastrada	10%
Benefício recebido, específico aos pescadores/as?	Seguro Defeso	5%
	Curso- PRONAF	21%
	Nunca recebeu	74%
O PBF melhorou sua vida?	Sim	86%
	Não	14%
O que entende por proteção social?	Não sabe	90%
	Proteger na pesca	5%
	Família estruturada	5%
O Município contribui para implementar as políticas sociais na Comunidade?	Sim	10%
	Não	90%
Conhece a Lei que regulamenta o serviço da pesca?	Sim	10%
	Não	90%
Condições de vida da família	Ótima	11%
	Boa	84%
	Ruim	5%
Quais os serviços públicos existentes/acessa na comunidade?	PSF	50%
	Escola	30%
	Nenhum	20%

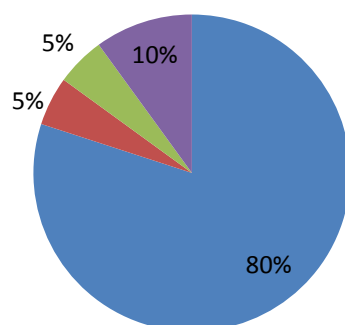
Participação em organização

■ Associação de Moradores/as ■ Colonia ■ Associação/colonia ■ não participa



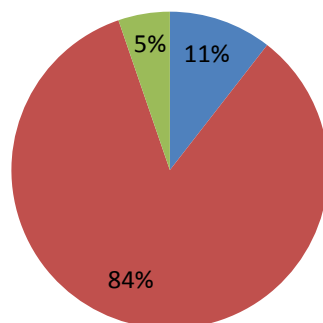
Benefício recebido

■ Bolsa família ■ BPC ■ Seguro defeso ■ Já recebeu o BF



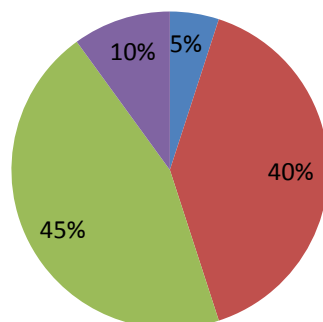
Condições de vida da família

■ ótima ■ boa ■ ruim



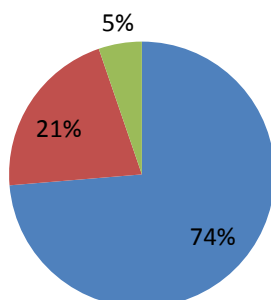
Ajuda de outra/as pessoas

■ BPC do marido ■ ajuda de familiares ■ Não tem ajuda ■ aposentadoria



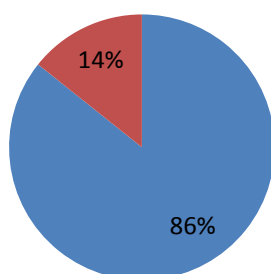
Benefícios específicos as mulheres pescadoras

■ nenhum ■ curso/pronaf ■ não respondeu



O Benefício do PBF melhorou as condições de vida

■ Sim ■ Não



Serviço de proteção na comunidade

■ PSF e Escola ■ nenhum ■ não sabe

